



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG
Pró-Reitoria de Graduação
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 37130-001
Fone: (35) 3701-9152 | grad@unifal-mg.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL-MG
COLEGIADO DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 083, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O Colegiado da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, tendo em vista o que consta no Processo 23087.010300/2017-46 e o que foi decidido em sua 252ª Reunião, realizada em 10 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública, Campus de Varginha-MG, da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, para os alunos ingressantes a partir do 1º (primeiro) semestre letivo de 2018, cujo teor encontra-se na forma impressa do referido projeto junto à Pró-Reitoria de Graduação.

Art. 2º Determinar que a alteração seja consolidada na Resolução CEPE nº 46 de 21/6/2017, que aprovou o referido Projeto Pedagógico

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Quadro de Avisos da Pró-Reitoria de Graduação.

Prof. Alessandro Aparecido Pereira
Presidente do Colegiado da Pró-Reitoria de Graduação

Publicada no Quadro de Avisos
em 16/11/2017
Pró-Reitoria de Graduação
Universidade Federal de Alfenas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG
Câmpus Varginha - MG
Avenida Celina Ferreira Ottoni, 4000 - Padre Vitor
Varginha - MG. CEP: 37048-395



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO

BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Varginha - MG

2017



MISSÃO INSTITUCIONAL

Promover a formação plena do ser humano, gerando, sistematizando e difundindo o conhecimento, comprometendo-se com a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, com base nos princípios da reflexão crítica, da ética, da liberdade de expressão, da solidariedade, da justiça, da inclusão social, da democracia, da inovação e da sustentabilidade.

VISÃO INSTITUCIONAL

Ser conhecida por sua excelência acadêmica, científica, cultural e social nos cenários nacional e internacional.

VALORES INSTITUCIONAIS

Constituem valores precípuos, adotados e cultivados pela UNIFAL-MG:

- Ética
- Excelência
- Eficiência
- Inovação
- Sustentabilidade
- Pluralidade
- Transparência



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG
Câmpus Varginha - MG
Avenida Celina Ferreira Ottoni, 4000 - Padre Vitor
Varginha - MG. CEP: 37048-395



DADOS INSTITUCIONAIS

Fundação:

A Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA) foi fundada no dia 03 de abril de 1914, por João Leão de Faria.

Federalização:

A federalização ocorreu com a publicação, no DOU de 21 de dezembro de 1960, da Lei nº 3.854/1960. A transformação em Autarquia de Regime Especial efetivou-se através do Decreto nº 70.686 de 07 de junho de 1972.

Transformação em Universidade

Transformação em Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG ocorreu pela Lei nº 11.154, em 29 de julho de 2005.

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e no Ministério da Educação

A UNIFAL-MG é uma Autarquia Federal, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, número: 17.879.859-0001-15. No sistema E-MEC apresenta o Código: 15031, como mantenedora, e Código: 595, para instituição de ensino superior - IES.

Endereços:

Sede

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Centro
Alfenas - MG. CEP: 37 130-000
Telefone: (35) 3299-1062
Fax: (35) 3299-1063
E-mail: unifal@unifal-mg.edu.br
Home Page: <http://www.unifal-mg.edu.br>

Unidade II - Alfenas

Av. Jovino Fernandes Sales, 2600 - Santa Clara
Alfenas - MG. CEP: 37130-000
Telefone: (35) 3291-4009

Câmpus Avançado de Poços de Caldas

Rodovia José Aurélio Vilela, nº 11.999 -
Cidade Universitária
Poços de Caldas - MG. CEP: 37.715-400
Telefone: (35) 3697 – 4600
Fax: (35) 3697 – 4602

Câmpus Avançado de Varginha

Avenida Celina Ferreira Ottoni, 4000 - Padre Vitor
Varginha - MG. CEP: 37.048-395
Telefone: (35) 3219-8640
Fax: 35 3219-8608



DIRIGENTES

Reitor

Prof. Dr. Paulo Márcio de Faria e Silva

Vice-Reitora

Prof^a. Dra. Magali Benjamim de Araújo

Pró-Reitora de Graduação

Prof^a. Dra. Lana Ermelinda da Silva dos Santos

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof^a. Dra. Eva Burger

Pró-Reitora de Extensão

Prof^a. Dra. Eliane Garcia Rezende

Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis

Prof^a. Dra. Maria de Fátima Sant'Anna

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Júlio César Barbosa

Pró-Reitora de Administração e Finanças

Vera Lúcia de Carvalho Rosa

Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional

Prof. Tomas Dias Sant'Ana

Procuradoria Jurídica

Soraya Helena Coelho Leite

Diretor do Câmpus Avançado de Varginha

Prof. Dr. Leandro Rivelli Teixeira Nogueira

Diretora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA

Prof^a. Dra. Gislene Araújo Pereira



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CORDENAÇÃO DO CURSO:

Profa. Dra. Fernanda Mitsue Soares Onuma (Coordenadora)
Prof. Dr. Adílio Renê Almeida Miranda (Vice-Coodenador)

COLEGIADO DO CURSO:

Discente Barbara Ferreira da Silveira
Profa. Dra. Fernanda Mitsue Soares Onuma
Prof. Dr. Adílio Renê Almeida Miranda
Profa. Dra. Aline Lourenço de Oliveira
Profa. Dra. Virgínia Donizete de Carvalho

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Fernanda Mitsue Soares Onuma (Presidente);
Adílio Renê Almeida Miranda;
Ana Carolina Guerra;
Aline Lourenço de Oliveira;
Bruno Eduardo Freitas Honorato;
Cláudio Roberto Caríssimo
Dimitri Augusto da Cunha Toledo;
Elisa Zwick;
Everton Rodrigues da Silva;
Fernanda Santinelli;
Hélio Lemes Costa Junior;
José Roberto Porto de Andrade Junior;
Juliana Guedes Martins;
Layon Carlos César;
Luciano Cavini Martorano;
Luiz Antonio Staub Mafra;
Santiane Arias Ribeiro
Virgínia Donizete de Carvalho.

ASSESSORIA PEDAGÓGICA

Edna de Oliveira – Pedagoga



Memorial do Projeto Político-Pedagógico do Curso		
Órgão	Documento	Descrição
CONSUNI	Res. 036/2008	Aprova o Projeto de Implantação do BICE e Administração Pública, Ciências Atuariais e Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria
CONSUNI	Res. 011/2010	Altera o Projeto de Implantação do BICE e Administração Pública, Ciências Atuariais e Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria
CONSUNI	Res. 023/2011	Altera a dinâmica curricular do Projeto de Implantação do BICE e Administração Pública, Ciências Atuariais e Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria
CEPE	Res. 043/2011	Aprova as regras de transição do BICE e ingresso nos cursos de Administração Pública, Ciências Atuariais e Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria
MEC/SERES	Res. 049/2011	Autoriza o funcionamento do curso de Administração Pública
MEC/SERES	Port. 408/2013	Publica o reconhecimento do curso de Administração Pública
MEC/SERES	Port. 697/2014	Renova o reconhecimento do curso
MEC/CNE/CES	Res. 1/2014	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Administração Pública, bacharelado
NDE Adm. Pública	Processo 23087.008714/2016- 24	Solicita aprovação do PPP de reestruturação do curso de Administração Pública
NDE Administração Pública	Processo	Solicita aprovação de alteração do PPP de do curso de Administração Pública



SUMÁRIO

I – APRESENTAÇÃO	10
1. Introdução	10
1.1 Histórico da instituição.....	11
1.2 Breve Histórico do Curso.....	14
1.3 Justificativa da reestruturação	19
1.4 Condições de migração e adaptação curricular	20
1.5 Considerações e encaminhamentos	21
2. Justificativa de oferta do curso	21
3. Objetivos Geral e Específicos	22
4. Identificação e condições de oferta do curso	23
II – CONCEPÇÃO DO CURSO	25
5. Fundamentação filosófica, pedagógica e legal	25
5.1 Fundamentação filosófica	25
5.2 Princípios e objetivos da instituição.....	26
5.3 Fundamentação pedagógica	27
5.4. Fundamentação legal	29
5.4.1 Atos legais da UNIFAL-MG	29
5.4.2 Base legal de referência	30
6. Linhas de formação: habilitações e ênfases.....	31
7. Perfil do(a) egresso(a)	32
7.1 Competências e habilidades	32
III – CURRÍCULO	35
8. Organização curricular	35
8.1 Interdisciplinaridade	36
8.2 Integração graduação e pós-graduação.....	37
8.3 Número de vagas e formas de acesso.....	38
8.4 Critérios para admissão nos cursos de 2º ciclo (cursos específicos).....	38
8.5 Regime didático.....	39
8.6 Carga horária e prazo de integralização do curso.....	39
8.7 Atividades acadêmicas curriculares	40
8.7.1 Unidades curriculares obrigatórias	42
8.7.2 Unidades Curriculares Eletivas.....	44



8.7.3 Unidades curriculares obrigatórias por área de formação	46
8.7.4 Atividades complementares.....	46
8.7.4.1 Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão	46
8.7.4.2 Programa Tutorial Acadêmico.....	47
8.7.4.3 Iniciação científica.....	47
8.7.4.4 Projetos de Extensão.....	48
8.7.5 Trabalho de Conclusão de Curso.....	49
8.7.6 Estágios.....	49
8.7.7 Perfil gráfico do curso	49
8.8 Dinâmica curricular	50
8.9 Ementas das unidades curriculares do curso de Administração Pública.....	56
IV – DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO DO CURSO	72
9. Metodologia de ensino	72
10. Metodologia de avaliação	75
10.1. Avaliação do projeto político pedagógico	76
10.2. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem	78
10.3. Avaliação interna do curso	79
10.4. Avaliação externa do curso	80
10.5 Políticas de apoio à permanência	81
V – ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	83
11 O câmpus da UNIFAL-MG em Varginha-MG	83
12. Recursos físicos, tecnológicos e outros.....	84
12.1 Biblioteca.....	89
12.2 Recursos tecnológicos.....	94
12.3 Recursos humanos	95
13. Corpo docente e pessoal técnico-administrativo	96
14. Bibliografia básica e complementar: descrição de critérios e parâmetros de escolha.....	96
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICES	99
APÊNDICE A	99
RELAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR	99
APÊNDICE B – Tabela de equivalências.....	119



IDENTIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DE OFERTA

Curso:	Graduação em Administração Pública
Modalidade de Grau:	Bacharelado
Habilitação:	-
Título:	Acadêmico: Bacharel(a) em Administração Pública Profissional: Administrador(a) Público(a)
Modalidade de ensino:	Presencial
Regime de Matrícula:	Semestral
Regime de Progressão:	Créditos
Prazo de integralização:	1. Ingresso via Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia a) Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia (1º ciclo) - Mínimo: 6 semestres e Máximo: 9 semestres b) Específico em Administração Pública (2º ciclo) - Mínimo: 3 semestres e Máximo: 5 semestres c) Administração Pública – Bacharelado - Mínimo total (a+b): 9 semestres e Máximo total (a+b): 14 semestres 2. Ingresso direto via SISU no curso de Administração Pública Administração Pública - Bacharelado Mínimo total 9 semestres Máximo total: 14 semestres
Carga Horária:	Administração Pública - Bacharelado Carga horária total: 3.540 horas
Regime de Ingresso:	Semestral
Forma de Ingresso:	Processo seletivo
Turnos de funcionamento:	Integral e Noturno. Sendo no primeiro semestre no período integral (matutino e vespertino) e no segundo semestre no período noturno.
Oferta de Vagas:	Semestral: 65 vagas – 15 vagas para ingresso direto via SISU e 50 vagas via edital de transição do BICE (1º ciclo) para o curso específico em Administração Pública (2º ciclo) Anual: 130 vagas
Local de funcionamento:	Câmpus Avançado de Varginha - MG. Avenida Celina Ferreira Ottoni, 4000 – Padre Vitor. Varginha – MG. CEP: 37048-395.



I – APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o projeto de reestruturação do Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), câmpus avançado de Varginha, proposta pelo seu Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Esta proposta é decorrente das discussões teóricas, metodológicas e pedagógicas realizadas no âmbito do NDE do curso, bem como da experiência de seus seis anos de constituição. Neste período, foi detectada a necessidade de ajustes para coordenar unidades curriculares da formação de primeiro e segundo ciclos, contribuindo para uma melhor adaptação às novas diretrizes curriculares nacionais do curso de Administração Pública.

O projeto acrescenta a possibilidade de ingresso direto via SISU no curso de Administração Pública, além da modalidade de ingresso no 2º ciclo via Bacharelado interdisciplinar em Ciência e Economia (1º ciclo), já implementada.

1. Introdução

Para fazer frente aos desafios deste novo milênio e às crescentes e diversas necessidades da sociedade moderna e do mundo do trabalho contemporâneo, surge, também, a necessidade de propostas pedagógicas inovadoras, que contemplem flexibilidade curricular e a adoção de metodologias que compatibilizam os recursos públicos disponíveis com o elevado incremento de matrículas, mantendo a excelência da qualidade do ensino.

Este documento descreve a reestruturação do projeto político pedagógico do curso (PPC) de bacharelado em Administração Pública ofertado no câmpus Varginha (MG) da UNIFAL-MG. O bacharelado em Administração Pública configura-se de duas formas: a) Curso específico de segundo ciclo, parte integrante do modelo de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia (BICE) implantado no referido câmpus; b) Curso específico com entrada originária direta no bacharelado em Administração Pública via SISU.

O projeto pedagógico de criação do bacharelado em Administração Pública surgiu como parte das atividades do Programa de Expansão da UNIFAL-MG, que teve sua



implantação iniciada a partir de 2009. Após amplo debate ocorrido em todos os segmentos da comunidade universitária, assumiu-se os seguintes compromissos:

- Implantação de currículos consistentes, incorporando atividades acadêmicas de cunho interdisciplinar;
- Flexibilização curricular;
- Adoção de metodologias de ensino mais aptas ao trabalho com turmas de tamanho variado, com formação de equipes didáticas mistas, integradas por docentes, monitores(as) e bolsistas;
- Adotar formas de ingresso de modo a minimizar sua seletividade social; e a
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A modalidade adotada no BICE busca romper barreiras dos bacharelados tradicionais, evitando a escolha precoce da profissão e se tornando um mecanismo efetivo de flexibilização curricular. Aos egressos(as) do BICE, é conferido o grau de bacharel(a) em Ciência e Economia e a possibilidade de formação profissional em um segundo bacharelado oferecido no câmpus Varginha: Administração Pública, Ciências Atuariais e/ou Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria.

Outra possibilidade apresentada neste projeto é o ingresso originário direto, via SISU, no curso de Administração Pública.

1.1 Histórico da instituição

A UNIFAL-MG, originalmente Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA), foi fundada no dia 03 de abril de 1914, com a implantação do curso de Farmácia. No ano seguinte, foi oferecido o curso de Odontologia.

A instituição foi reconhecida pela Lei Estadual nº 657, de 11 de setembro de 1915, do Governo do Estado de Minas Gerais. Sua primeira Diretoria eleita foi composta por: João Leão de Faria, Diretor; Armando de Almeida Magalhães, Vice-Diretor; Nicolau Coutinho, Tesoureiro e José da Silveira Barroso, Secretário. Em 11 de setembro de 1916, doações angariadas por uma comissão de discentes possibilitaram a criação da biblioteca.



O reconhecimento nacional, realizado pelo então Ministério da Educação e Saúde Pública, consta no Art. 26 do Decreto 19.851 e, em 23 de março de 1932, foi aprovado o novo regulamento, enquadrando-a nas disposições das leis federais. A Lei nº 3.854 de 18 de dezembro de 1960 determinou sua federalização, estando, naquele momento, sua direção a cargo do Prof. Paulo Passos da Silveira.

A transformação em Autarquia de Regime Especial efetivou-se através do Decreto nº 70.686, de 07 de junho de 1972. Esta transformação favoreceu a implantação do curso de Enfermagem e Obstetrícia, autorizado pelo Parecer nº 3.246, de 5 de outubro de 1976, e Decreto nº 78.949, de 15 de dezembro de 1976, e reconhecido pelo Parecer do CFE nº 1.484/79, Portaria MEC nº 1.224, de 18 de dezembro de 1979.

Em 1999, foram implantados os cursos de Nutrição, Ciências Biológicas e a Modalidade Fármacos e Medicamentos, no curso de Farmácia, todos autorizados pela Portaria do MEC nº 1.202 de 03 de agosto de 1999, com início de funcionamento em 2000.

A mudança para Centro Universitário Federal (EFOA/Ceufe) ocorreu em 1º de outubro de 2001, através da Portaria do MEC nº 2.101.

Visando atender às exigências legais das Diretrizes Curriculares, o curso de Ciências Biológicas foi desmembrado em modalidades, originando os cursos de Ciências Biológicas (Licenciatura), com início de funcionamento no segundo semestre de 2002, aprovado pela Resolução nº 005/2002 do Conselho Superior da Instituição, de 12 de abril de 2002, e Ciências Biológicas (Bacharelado), com início no primeiro semestre de 2003, baseado na Portaria do MEC 1.202, de 03 de agosto de 1999.

Em 2003, iniciou-se o curso de Bacharelado em Química, aprovado pela Resolução nº 02/2003, de 13 de março de 2003, do Conselho Superior da Instituição.

Em 29 de julho de 2005, a EFOA/Ceufe foi transformada em UNIFAL-MG pela Lei nº 11.154. Atendendo às políticas nacionais para a expansão do ensino superior, a UNIFAL-MG implantou, em 2006, os cursos de Matemática (Licenciatura), Física (Licenciatura), Ciência da Computação e Pedagogia. Em 2007, foram implantados os cursos de Química (Licenciatura), Geografia (Bacharelado), Geografia (Licenciatura), Biotecnologia, e as ênfases Ciências Médicas e Ambientais no curso de Ciências Biológicas. Em 2008, o curso de Ciências Biológicas com ênfase em Ciências Médicas foi transformado no curso de Biomedicina. Em 2009, foram inaugurados os cursos de



História (Licenciatura), Letras (Licenciatura/Bacharelado), Ciências Sociais (Licenciatura/Bacharelado) e Fisioterapia.

Além disso, em sintonia com as tendências de expansão das instituições federais de ensino superior, foi aprovada, pelo Conselho Superior da UNIFAL-MG, a criação dos campi avançados nas cidades de Varginha e Poços de Caldas, além de outra unidade educacional em Alfenas. Foram criados, para o câmpus Varginha, os cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia e os Bacharelados em Administração Pública, Ciências Atuariais e Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria, e, para o câmpus Poços de Caldas, os cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia e os Bacharelados em Engenharia Química, Engenharia de Minas e Engenharia Urbana e Ambiental, todos com início no primeiro semestre de 2009.

A implantação do BICE no câmpus Varginha foi aprovada pelo Conselho Superior em sua 69ª reunião em 30/10/2008, Resolução nº 036. Sua primeira turma iniciou as atividades no primeiro semestre do ano de 2009, em 02 de março.

Em março de 2007, foi aprovada a adesão da UNIFAL-MG à Universidade Aberta do Brasil, com a criação dos cursos à distância de Licenciatura em Química e Ciências Biológicas, além dos cursos de especialização Gestão em Saúde e Teorias e Práticas na Educação. Estes cursos começaram no segundo semestre de 2009. A pós-graduação, iniciada na Instituição na década de 1980, oferece vários cursos de Especialização no câmpus Alfenas: Gerontologia, Farmacologia Clínica, Análises Clínicas, Atenção Farmacêutica, Endodontia, Implantodontia, Periodontia, Atividades Físicas para Grupos Especiais e Terapêutica Nutricional. No câmpus de Varginha são oferecidos dois cursos de Especialização: Controladoria e Finanças; e Gestão Pública.

Há, na UNIFAL-MG, atualmente, 19 programas de pós-graduação *stricto sensu*, recomendados pela CAPES, em nível de mestrado e doutorado. Os programas de pós-graduação contam com o apoio da CAPES, do CNPq e da FAPEMIG, por meio de bolsas concedidas aos discentes, além do programa institucional de bolsas da UNIFAL-MG.

As atividades de pesquisa dos(as) discentes de graduação são viabilizadas por meio dos programas institucionais de bolsas de iniciação científica, sendo eles: Pibic/CNPq (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/CNPq); Pibict/Fapemig (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e



Tecnológica/Fapemig) e Probic/UNIFAL-MG (Programa de Bolsas de Iniciação Científica). Para discentes procedentes de escolas de Ensino Médio da comunidade, estão disponíveis o Pibict-Júnior/Fapemig e o Probic-Júnior/UNIFAL-MG.

As ações de extensão, hoje consolidadas, e a criação da Universidade da Terceira Idade (Unati), representam outra via de direcionamento dos trabalhos acadêmicos. Essas propostas possibilitam o contato e o intercâmbio permanentes entre o meio universitário e o social, intensificando as relações transformadoras entre ambos, por meio de processos educativos, culturais e científicos, visando à melhoria da qualidade do ensino e pesquisa, à integração com a comunidade e ao fortalecimento do princípio da cidadania, bem como o intercâmbio artístico-cultural.

Dessa forma, a UNIFAL-MG busca responder efetivamente às demandas educacionais da sociedade e se envolver com os problemas e desafios impostos pelo desenvolvimento local, regional e nacional.

1.2 Breve Histórico do Curso

O Bacharelado em Administração Pública da UNIFAL-MG tem sua origem no processo de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (EXPANSÃO II), iniciando suas atividades no ano de 2009. Apesar de sua recente trajetória, é possível identificar um conjunto de experiências que refletem, por um lado, os esforços de consolidação do campo de públicas¹ no Brasil e de outro, o enfrentamento de desafios como a interiorização do ensino superior público e a vinculação da formação inicial ao

¹ A expressão “campo de públicas” está em estado de discussão e elaboração por atuantes da área. Em uma primeira definição, elaborada pelo Prof. Valdemir Pires com contribuições do Prof. Carlos Vainer, o Campo de Públicas “é uma expressão que vem sendo utilizada, há pouco mais de uma década, no Brasil, por coordenadores, professores, alunos e egressos de cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Política Pública, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social, referindo-se ao campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometidos com o aperfeiçoamento democrático e republicano, que tem como objetivo formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais, e promover processos que contribuam para o aperfeiçoamento da esfera pública, qualificação e melhoria da ação governamental e intensificação e ampliação das formas de participação democrática da sociedade civil na condução dos assuntos públicos, aí compreendidos tanto as ações de governo quanto a de outros agentes públicos não governamentais - organizações da sociedade civil de modo geral” (CAMPO DE PÚBLICAS, 2016).



BICE, cuja proposta pressupõe o diálogo entre áreas de diferentes campos do conhecimento.

No projeto de implantação do curso almejava-se como perfil do(a) egresso(a) um profissional “com capacidade para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e gerenciamento com vistas a torná-los agentes de mudanças no âmbito de suas futuras organizações” (UNIFAL-MG, 2008, p. 65). A visão da universidade, neste primeiro momento de concepção do curso, era de torná-lo(a) “um instrumento estratégico para a modernização do serviço público, tendo por objetivo formar profissionais para atuar nas áreas de gestão governamental e de formulação, implantação e avaliação de políticas públicas” (UNIFAL-MG, 2008, p. 66). Para atender a essa concepção, a dinâmica curricular do curso foi estabelecida da seguinte forma:

Quadro I – Dinâmica curricular do projeto de implantação do curso de Administração Pública

Período	Unidades Curriculares
1º	Matemática I; Formação Econômica do Brasil; Economia Política; Filosofia e Metodologia da Ciência; Comunicação I; Introdução à Economia e PIEPEX I.
2º	Matemática II; Introdução às Tecnologias de Informação; Ética e Empreendedorismo; Comunicação II; Introdução à Administração; Ciências Sociais e PIEPEX II.
3º	Instituições de Direito Público e Privado; Psicologia; Introdução à Contabilidade; Matemática Financeira; Ciência Política; Unidade Curricular Optativa e PIEPEX III.
4ª	Estatística; Fundamentos do Estado de Direito; Gestão de Custos; Sistemas Administrativos Informatizados; Economia das Organizações; Economia do Setor Público e PIEPEX IV.
5º	Administração Pública I; Contabilidade e Controladoria; Direito Constitucional; Teoria Macro Econômica; Unidade Curricular Optativa e PIEPEX V
6º	Políticas Públicas: Formulação e Avaliação; Direito do Trabalho e Legislação Previdenciária; Auditoria e Controle; Política Econômica da Regulação e PIEPEX VI.
7º	Administração Pública II; Direito Administrativo; Gestão dos Recursos Humanos; Marketing no Setor Público; Comércio Exterior e PIEPEX VII.
8º	Organização de Sistemas e Métodos; Logística e Suprimentos na área Pública; Estrutura Tributária e Finanças Públicas; Direito Fiscal e Tributário; Direito Civil; Unidades Curriculares Optativas e PIEPEX VIII.
9º	Planejamento Governamental e Estratégico; Gestão e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas; Instituições Políticas e Administração Pública: Análise Comparada; Teoria dos Jogos e Modelos Matemáticos e PIEPEX IX.
Unidades Curriculares Eletivas: Desenvolvimento Econômico; Econometria; Demografia e Introdução às Finanças.	

Fonte: UNIFAL-MG (2008).



Após a nomeação dos(as) professores(as), iniciaram-se os estudos de reformulação da dinâmica curricular prevista no projeto de implantação. O NDE do BICE ficou responsável pela reestruturação dos períodos iniciais, enquanto os(as) professores(as) vinculados ao curso de Administração Pública criaram o grupo de pesquisa “Sociedade, Estado e Gestão Pública” (SEGEP), que, nesse primeiro momento, tornou-se um espaço de reflexão e discussão sobre a concepção do curso.

Nesse ínterim, foi instituído o NDE do curso de Administração Pública que finalizou os trabalhos desenvolvidos pelo SEGEP, concluindo o projeto pedagógico do bacharelado em Administração Pública, bem como a reestruturação da dinâmica curricular. Dentre as várias alterações, destaca-se a ampliação da concepção do curso, não sendo esse apenas um “instrumento estratégico para a modernização do serviço público” (UNIFAL, 2008.p.66), mas, sim, um curso que contempla:

(...) o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além de uma formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, apto a atuar de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las a atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade (UNIFAL, 2013, p.19-20).

Essa nova concepção do curso, gestada nas reuniões do grupo de pesquisa SEGEP e aperfeiçoada pelo NDE, amplia o papel da graduação em Administração Pública que, de instrumentalizador do serviço público, passa a ter como eixo norteador a compreensão das interações contemporâneas entre sociedade e Estado.

As unidades curriculares do curso de Administração Pública foram reformuladas de modo a atender conteúdos de formação básica; conteúdos de formação profissional, conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias; formação complementar e teórico prática, como se observa no quadro a seguir:



Quadro II – Primeira reestruturação da dinâmica curricular do curso de Administração Pública

Formação Básica	Introdução à Economia; Introdução à Atuária; Introdução à Contabilidade; Matemática I; Matemática II; Estatística; Filosofia da Ciência e Ética; Ciências Sociais; Ciência Política; Comunicação; História Econômica Geral; História do Pensamento Econômico; Fundamentos do Estado; Instituições de Direito Privado; Direito Constitucional; Psicologia; Ética na Administração Pública; Direito financeiro e tributário.
Formação Profissional	Introdução à Administração; Teoria das Organizações; Matemática Financeira; Microeconomia I; Fundamentos da Administração Pública; Macroeconomia I; Microeconomia II; Gestão de Custos; Análise de Demonstrações Contábeis; Macroeconomia II; Contabilidade pública; Gestão ambiental; Instituições políticas brasileiras; Marketing no setor público; Políticas públicas I; Modelos de democracia; Gestão de pessoas no setor público; Direito administrativo; Gestão financeira; Políticas públicas II; Administração da produção e serviços; Administração Pública contemporânea; Movimentos sociais e terceiro setor; Gestão estratégica pública; Finanças e Orçamento público.
Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias	Metodologia de Pesquisa; Cálculo de Probabilidade; Sistemas de Informação.
Formação Complementar	Demografia; Contabilidade Social; Tópicos Especiais em Adm. Pública I; Tópicos Especiais em Ciências Atuariais I; Tópicos Especiais em Economia I; Tópicos Especiais em Adm. Pública II; Tópicos Especiais em Ciências Atuariais II; Tópicos Especiais em Economia II; Matemática Atuarial I; Tópicos Especiais em Adm. Pública III; Tópicos Especiais em Ciências Atuariais III e Tópicos Especiais em Economia III.
Conteúdos Teórico Práticos	PIEPEX – Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão; Estágio Obrigatório e Trabalho de Conclusão de Curso.

Fonte: UNIFAL-MG (2013).

Destacam-se, nessa primeira reestruturação, a preocupação com temas como a participação social na Administração Pública, as questões ambientais e inovações na gestão.

A preocupação com a participação da sociedade na gestão pública é tratada em Unidades Curriculares como “Organizações Sociais e Terceiro Setor” (Tópicos Especiais em Administração Pública I) e “Modelos de Democracia”.

Já as questões ambientais são tratadas nas Unidades Curriculares “Desenvolvimento Local e Sustentabilidade” (Tópicos Especiais em Administração Pública II) e “Gestão Ambiental”, que focam, respectivamente, o desenvolvimento sustentável e a gestão ambiental na área pública.

Por fim, as inovações como o governo eletrônico e os novos arranjos institucionais foram tratadas respectivamente nas Unidades Curriculares “Sistemas de Informação” e “Administração Pública Contemporânea”.



Esse primeiro ciclo de reestruturação, iniciado em 2009 e que se encerrou em 2013, com a aprovação do Projeto Pedagógico, acompanhou o movimento nacional de fortalecimento dos cursos de Administração Pública, após a crise enfrentada pelo mesmo, conforme aponta Coelho (2006).

Com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, em 2014, dentre outros fatores que serão explicitados no tópico seguinte, constatou-se a necessidade de um novo processo de reestruturação.

A síntese da trajetória histórica do curso de Administração Pública é apresentada no quadro a seguir:

Quadro III - Trajetória histórica do curso de Administração Pública (2009 a 2016)

Ano	Histórico do curso
2009	Reformulação do projeto de implantação do BICE. Criação do Grupo de Pesquisa Sociedade Estado e Gestão Pública (SEGEP).
2010	Reformulação do projeto de implantação do BICE. SEGEP atua na reestruturação do Curso de Administração Pública, constrói as linhas de pesquisa do grupo e aprova o projeto “Observatório de Políticas Públicas”, em edital interno para estruturação de novos grupos de pesquisa.
2011	Criação do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Administração Pública (Portaria PROGRAD nº 24 de 12 de maio de 2011), composto pelos membros: Luiz Antonio Staub Mafra – Presidente; Ana Carolina Guerra; Fernanda Santinelli; Luiz Henrique Vilas Boas; Tatiana Cardoso Teixeira; Virgínia Donizete Carvalho. Continuidade dos trabalhos do SEGEPE pelo NDE. Redação do Projeto Pedagógico do Curso.
2012	Ingresso da primeira turma ao curso específico de Administração Pública. Paralisação – professores(as) da UNIFAL aderem à greve nacional no mês de maio. Fim da paralisação no mês de setembro e readequação do calendário de graduação. Início da interlocução com o núcleo de acadêmicos envolvidos na criação e consolidação do campo de públicas no Brasil.
2013	Aprovação do Projeto Pedagógico do curso aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE em 8/3/2013. Resolução N°008/2013. Alteração do NDE (Portaria PROGRAD nº2005 de 1 de outubro de 2013) composta pelos membros: Ana Carolina Guerra — Presidente; Luiz Antonio Staub Mafra; Adílio Renê Almeida Miranda; Aline Lourenço de Oliveira; Cláudio Roberto de Jesus; Elisa Zwick; Fernanda Mitsue Soares Onuma; Fernanda Santinelli; Hélio Lemes Costa Júnior; Tatiana Cardoso Teixeira Viana; Virgínia Donizete Carvalho. NDE, juntamente com os demais professores(as) do curso, inicia o estudo das ementas do curso com intuito de observar possíveis sombreamentos. Discentes, representados pelo Diretório Acadêmico Florestan Fernandes (D.A.F.F), apresentam aos coordenadores sugestões de reformulações nos cursos.



2014	<p>I Seminário do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas no mês de março. Durante o seminário, foram criados grupos de trabalhos dos cursos específicos e as demandas levadas pelos(as) discentes de Administração Pública foram apresentadas, pela coordenação do curso, aos professores(as) presente no grupo de trabalho.</p> <p>NDE, juntamente com os(as) demais professores(as) do curso, inicia um seminário interno para a reformulação do Projeto Pedagógico tendo como pontos de partida: 1) Demandas apresentadas à coordenação pelos(as) discentes no ano de 2013; 2) Constatação pelos(as) docentes das necessidades de melhoria do curso; 3) Aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública. (Resolução CNE/CES 1/2014, em 14 de janeiro de 2014).</p>
2015	<p>II Seminário do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas no mês de fevereiro. Durante o seminário, foram criados grupos de trabalhos dos cursos específicos. O NDE de Administração Pública e demais professores(as) do curso continuam os debates iniciados no seminário interno instituído no ano de 2014.</p> <p>Alteração do NDE (Portaria PROGRAD nº 2172 de 19 de outubro de 2015) composto pelos membros: Adílio Renê Almeida Miranda – Presidente; Ana Carolina Guerra; Aline Lourenço de Oliveira; Bruno Eduardo Freitas Honorato; Dimitri Augusto da Cunha Toledo; Elisa Zwick; Fernanda Mitsue Soares Onuma; Fernanda Santinelli; Gabriel Rodrigo Gomes Pessanha; Gustavo Ximenes Cunha; Hélio Lemes Costa Junior; Juliana Guedes Martins; Lincoln Thadeu Gouvêa de Frias; Luiz Antonio Staub Mafra; Paulo Roberto Rodrigues de Souza; Vanessa Tavares de Jesus Dias; Virgínia Donizete de Carvalho.</p> <p>NDE da Administração Pública inicia uma série de reuniões com os NDEs dos Cursos: BICE, Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria, e Ciências Atuariais visando a reestruturação dos Projetos Pedagógicos.</p>
2017	<p>Reestruturação do PPC do Bacharelado em Administração Pública. Alteração do PPC para incluir a possibilidade de entrada originária direta via SISU no Bacharelado em Administração Pública</p>

Fonte: Elaboração própria.

1.3 Justificativa da reestruturação

Diante dos fatos apresentados, faz-se necessária a reestruturação do projeto pedagógico do curso de bacharelado em Administração Pública, sobretudo, a partir da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Administração Pública (Resolução CNE/CES 1/2014), em 14 de janeiro de 2014. A aprovação das DCNs é uma conquista histórica que evidencia as diferenças entre os cursos de Administração Pública e Administração de Empresas. Embora o projeto corrente já faça tal distinção, ele ainda é fruto da DCNs do curso de Administração de Empresas.

Outro fator que justifica a reestruturação é a constatação, tanto pelo corpo docente como pelo corpo discente, da necessidade de melhorias no curso desde seus estágios de



formação inicial que estão presentes do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Economia. Com a formação das primeiras turmas e o próprio desenvolvimento natural do curso constatou-se diversos pontos que devem ser aperfeiçoados.

Este projeto traz, por fim, uma alteração incluindo a possibilidade do(a) discente ingressar diretamente (via SISU) no curso de Administração Pública. Essa possibilidade busca contribuir para a divulgação do bacharelado em Administração Pública e oportuniza a escolha profissional do(a) discente já no momento do ingresso no curso superior.

1.4 Condições de migração e adaptação curricular

Este tópico trata da adaptação curricular que se dará conforme a Tabela de Equivalências apresentada no APÊNDICE B. A adaptação curricular ocorrerá por meio da execução de duas dinâmicas: os(as) alunos(as) já matriculados no curso de Administração Pública (2º ciclo) anteriormente à mudança do projeto (até 2017-1), não migrarão para a nova dinâmica, já os(as) ingressantes no curso de Administração Pública, após a alteração do projeto (2017-2), migrarão para a nova dinâmica. Dessa forma, os(as) alunos(as) que já haviam ingressado no curso específico de Administração Pública (2º ciclo) terão que cumprir as exigências do projeto pedagógico anterior, inclusive, o cumprimento do estágio obrigatório. Os(as) docentes e demais servidores(as) diretamente envolvidos no processo de reestruturação tomarão uma série de medidas, para que os(as) discentes não sejam prejudicados(as). Em caso de necessidade, algumas ações prioritárias como as exemplificadas abaixo, serão executadas:

- Poderá ter oferta de uma mesma Unidade Curricular em mais de um período;
- Poderão ser ofertadas turmas especiais para a complementação de créditos dos discentes;
- As Unidades Curriculares Obrigatórias ou Eletivas cursadas no período do BICE, que se tornarão Unidades Curriculares Específicas² de Administração Pública,

² Unidade Curricular que pertence ao núcleo das Unidades Curriculares específicas de um dos três cursos ofertados na UNIFAL-MG, campus Varginha (Administração Pública, Ciências Atuariais ou Economia). No contexto deste projeto, a palavra “Específica” refere-se a uma Unidade Curricular obrigatória do curso de Administração Pública.



terão os créditos contabilizados como Eletivas no BICE e no segundo ciclo o(a) aluno(a) terá que cursar outras Unidades Curriculares para integralização da carga horária.

Os(as) alunos(as) que ingressarem diretamente, via SISU, no curso de Administração Pública cumprirão as exigências acadêmicas do atual projeto.

1.5 Considerações e encaminhamentos

Durante as discussões do NDE sobre a reestruturação do PPPC apresentaram-se as alternativas: trabalhar com duas dinâmicas curriculares simultaneamente ou implantar uma dinâmica única para todos(as) os(as) discentes. Optou-se pela primeira alternativa, ou seja, migrar somente os(as) alunos(as) que ingressarem no específico de Administração Pública (2º ciclo) ou ingresso direto, via SISU, no bacharelado em Administração Pública, a partir da reestruturação do projeto 2017-2, por ser operacionalmente mais eficiente e representar melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

Todas as deliberações em relação à reestruturação foram tomadas conjuntamente no âmbito do curso de Administração Pública após discussões com a comunidade acadêmica.

Além disso, é importante destacar, que todos os casos omissos neste projeto pedagógico serão tratados pelo Colegiado do Curso de Administração Pública e/ou demais órgãos institucionais competentes para deliberação e execução.

2. Justificativa de oferta do curso

O curso de Administração Pública procura acompanhar as transformações de um mundo dinâmico e integrado e de uma sociedade baseada na informação e no conhecimento. Combina a formação profissional específica, típica da graduação tradicional, ao conhecimento humanístico geral, visando preparar cidadãos(as) para enfrentar de maneira crítica e inovadora os desafios que o esperam no trabalho e na sociedade e vem suprir as necessidades de uma universidade que se expande e as demandas do município de Varginha (MG), que pretende se consolidar como pólo econômico regional. Caracteriza-se como um espaço privilegiado para formar



cidadãos(as) críticos(as) e preparados(as) para dar suporte não só ao crescimento econômico da cidade e região, mas ao seu desenvolvimento entendido de maneira mais ampla, contemplando a inclusão e a melhoria das condições de vida das pessoas.

O curso se insere em uma região atraente para novos investimentos, caracterizada hoje como uma das mesorregiões mais desenvolvidas do Estado, contando com várias cidades de porte médio que se destacam em diversas atividades econômicas, facilitadas pelo intercâmbio com os centros mais dinâmicos do país, além da existência de grande número de repartições e instituições públicas, as quais demandam profissionais qualificados(as) para o seu desenvolvimento e atuação. Nessa perspectiva, oferece uma modalidade nova de graduação que procura acompanhar as transformações do mundo contemporâneo de maneira a formar um(a) cidadão(a) com competências múltiplas para enfrentar questões profissionais específicas e problemas sociais mais gerais.

3. Objetivos Geral e Específicos

A exposição anterior sobre o contexto e a justificativa da reestruturação do projeto político pedagógico do bacharelado em Administração Pública serviu como fundamentação para a definição dos objetivos gerais e específicos do referido curso. Na sequência, ambos são descritos.

Objetivo geral

Formar profissionais com amplo conhecimento de Administração Pública, capazes de atuarem no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência, numa perspectiva crítica e interdisciplinar, as organizações governamentais e não-governamentais, de modo proativo, democrático e ético, visando a transformação e o desenvolvimento da sociedade e do país.

Objetivos específicos

- Estimular no(a) discente uma postura ética, moral, legal e cívica na realização de suas atividades profissionais, que promova o desenvolvimento intelectual do ser humano, a cidadania e a defesa do interesse coletivo.



- Propiciar a formação integral do(a) egresso(a), de tal forma a possibilitar-lhe uma visão sistêmica e interdisciplinar que o(a) permita pesquisar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo de públicas.
- Capacitar o(a) egresso(a) para enfrentar os desafios e peculiaridades locais e regionais, refletidas no próprio mercado de trabalho; e estimulá-lo(a) a compreender sua função social, por meio de uma formação ampla, que lhe dê um embasamento técnico, político e humanístico.
- Preparar futuras lideranças para a administração pública, capazes de se envolver no processo decisório do Estado nas suas diferentes esferas de atuação (federal, estadual e municipal); gerar articuladores sociais; e capacitar profissionais inseridos(as) no mercado para atuação no campo de públicas.
- Despertar no(a) discente o interesse pela pluralidade temática e teórica presente no campo de públicas, de modo a incentivá-lo(a) a trabalhar com as mais diferentes situações e necessidades da sociedade que envolvam a defesa do interesse público, da cidadania e do ser humano.
- Despertar no(a) discente o interesse pela vida profissional acadêmica mediante a oferta de atividades complementares internas e externas ao câmpus, que envolvam ensino, pesquisa e extensão e que sirvam de estímulo à futura atuação profissional como docente.

4. Identificação e condições de oferta do curso

O curso de Administração Pública é oferecido na modalidade presencial, com regime de matrícula semestral e progressão curricular estruturada por meio do sistema de créditos, que correspondem à carga horária de cada uma das Unidades Curriculares constituintes do curso. O tempo mínimo para integralização do curso é de quatro anos e meio (nove semestres) e o máximo de sete anos (14 semestres).

O curso oferece a possibilidade duas formas de ingresso:

- a) Via Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia (1º ciclo) e transição para o curso específico de Administração Pública (2º ciclo), por meio de regulamentação específica. Neste caso, no período mínimo de três anos (seis



semestres) ou máximo de quatro anos e meio (nove semestres) deverá ser cursado o BICE, a partir do qual o(a) discente ingressará no específico em Administração Pública, no qual dará continuidade aos seus estudos por um período mínimo de um ano e meio (três semestres), ou máximo de dois anos e meio (cinco semestres).

- b) Ingresso originário direto, via SISU, no bacharelado em Administração Pública, com tempo de integralização mínimo de quatro anos e meio e máximo de sete anos.

Aos concluintes do curso é conferido o título acadêmico de bacharel(a) em Administração Pública e o título profissional de Administrador(a) Público(a).

O ingresso no curso é semestral e são oferecidas 65 vagas aos estudantes, sendo: 15 vagas para ingresso originário, via SISU, no bacharelado em Administração Pública e 50 vagas para ingresso no curso específico de 2º ciclo, após a conclusão do BICE. Os turnos de oferta são integral e noturno intercalados a cada semestre, de modo que anualmente são abertas 130 vagas, metade dessas com entrada no turno integral (primeiro semestre) e a outra metade no turno noturno (segundo semestre).

A carga horária do curso compreende um total de 3.540 horas. Para os alunos que ingressarem por meio do BICE, 2.424 horas deverão ser cumpridas nesse 1º ciclo e as 1.116 horas restantes no específico em Administração Pública, correspondente ao 2º ciclo. O(a) aluno(a) que fizer o ingresso originário, via SISU, no bacharelado em Administração Pública terá a mesma carga horária, totalizando as mesmas 3.540 horas. Para a obtenção do certificado de conclusão do curso é obrigatório que os(as) estudantes cumpram todas as atividades descritas no PPC. Para aprovação nas unidades curriculares, o(a) estudante deverá alcançar o mínimo de 60% dos pontos distribuídos, além de atender à frequência mínima de 75% das atividades. As questões atinentes ao ingresso, transferência, trancamento de matrícula e desligamento do curso obedecerão às normas e regimentos da UNIFAL-MG.



II – CONCEPÇÃO DO CURSO

A concepção do curso de Administração Pública segue a fundamentação filosófica, pedagógica e legal embasada nos pressupostos da formação acadêmica definida pela Diretriz Curricular Nacional do Curso (Resolução CNE/CES 1/2014) e demais determinações legais. A formação profissional e acadêmica adquirida pelo discente é dinâmica, fazendo com que esteja preparado, como egresso, para enfrentar desafios de diferentes naturezas como gestor público.

5. Fundamentação filosófica, pedagógica e legal

5.1 Fundamentação filosófica

A fundamentação filosófica do curso de Administração Pública se ampara na busca pelo desenvolvimento do *ethos* republicano e democrático, bem como a responsabilidade pela *res publica* e a defesa pelo caráter público do Estado.

O curso de Administração Pública possui enfoque não só na formação de agentes ativos(as) de sua própria história, que sejam altamente capacitados(as) no plano científico e técnico, mas também cidadãos(as) conscientes, capazes de assumir suas responsabilidades individuais e sociais. Isso porque, no exercício de suas atribuições, o espaço que lhes aguarda é de múltiplos conflitos, em que se estreitam, cada vez mais, as relações interculturais, favorecidas pelos avanços da tecnologia, da informática e das redes sociais, em suas diferentes vias de comunicação.

Assim, busca-se fortalecer a formação do(a) discente como um(a) cidadão(a) ativo(a), que afirme sua identidade cultural e social como base imprescindível para inserir-se no mundo e compreender os problemas mais urgentes que o(a) afetam. E, ao compreendê-los, saber atuar em prol do interesse público, preservando os direitos civis, sociais e políticos alcançados, bem como defender, sempre que possível, a sua ampliação, bem como preservar o patrimônio histórico, cultural da nação, veiculando a expressão da sua diversidade ao valorizar as manifestações de diferentes grupos.

Para tanto, é necessário o empenho na garantia do acesso a uma educação voltada para o caráter emancipatório, autônomo e transformador, que tenha sempre como



horizonte a democracia. Uma educação na qual o diálogo substitua o monólogo e em que os valores humanos sejam supremos e a preservação dos direitos humanos esteja verdadeiramente presente. Nesse sentido, o curso de Administração pública considera a formação humanística a base para que se promova o desenvolvimento econômico e social sustentável, em oposição às múltiplas manifestações de depredação e extermínio dos recursos naturais, que põem em perigo a própria existência da humanidade.

Propõe-se, portanto, promover uma preparação intelectual que propicie ao(a) discente o desenvolvimento pleno da capacidade de pensamento autônomo, de modo que esteja seguro(a) para tomar decisões embasadas em critérios racionais e com serenidade. Que preserve uma postura de contínuo aperfeiçoamento, motivando os(as) pares e toda a comunidade acadêmica no desenvolvimento de um clima harmônico e propício ao avanço do campo do conhecimento da Administração Pública.

5.2 Princípios e objetivos da instituição

A UNIFAL-MG tem-se caracterizado, historicamente, pela busca de excelência no ensino, pelo atendimento às demandas regionais, estendendo sua atuação a outras áreas do entorno regional, e pela atenção às necessidades sociais, em sua área de ação.

Além da área do ensino nos níveis de graduação e de pós-graduação, a UNIFAL-MG vem se ocupando também das atividades de pesquisa e extensão, de acordo com as perspectivas consideradas relevantes para a formação universitária oferecida.

Do ponto de vista educacional é concebida como instituição de ensino, dinâmica e contemporânea, atuante na produção de novos conhecimentos científicos e tecnológicos e com forte articulação com o meio social.

Assim, modernizar e humanizar se apresentam como duas dimensões complementares do processo educativo, expressando a busca do equilíbrio entre a produção e transmissão do conhecimento e a formação integral do ser humano e do(a) cidadão(a) em um contexto de mudanças nos campos cultural, social, econômico e da ciência e tecnologia.

A UNIFAL-MG se concebe, do ponto de vista social, atuando em parceria com outras instituições, como responsável pelo desenvolvimento de sua área de abrangência, objetivando contribuir para a solução dos problemas existentes no meio local e regional,



por meio de ações extensionistas que facilitem o intercâmbio da comunidade acadêmica com o social, na promoção do desenvolvimento de ambos.

O trabalho institucional visa formar profissionais dotados(as) de ampla perspectiva cultural, científica e tecnologicamente competentes, aptos(as) a interpretar e responder às questões colocadas pelo meio social. Pretende ainda favorecer o desenvolvimento da ciência pelo fortalecimento do ensino, do estímulo à investigação científica, à extensão, à preservação e difusão dos bens culturais, buscando a promoção humana e social.

Esses objetivos relacionam-se às estratégias desenvolvidas pela Instituição com vista a:

- Avaliar e reestruturar as ações no ensino, pesquisa e extensão com base nos resultados e análises produzidas pela comissão responsável pelo programa institucional de avaliação;
- Favorecer e estimular a participação de discentes, docentes e corpo técnico-administrativo nos diversos programas da instituição;
- Favorecer e estimular a integração de discentes de graduação nos projetos de pesquisa e extensão;
- Valorizar e incentivar o debate, o questionamento, a criatividade, o trabalho em equipe e a liberdade de pensamento;
- Incorporar as reações de seus(as) beneficiários(as) como uma das bases para definição e formulação das políticas, diretrizes e ações relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

5.3 Fundamentação pedagógica

O curso de Administração Pública se propõe a desenvolver um ideário pedagógico com base nas seguintes considerações:

- Compreensão da educação como parte da sociedade, entendida como uma totalidade dialética, indissociável dos aspectos econômicos, culturais, políticos, antropológicos, entre outros;
- Consideração do momento histórico presente, com todas as suas dificuldades e



possibilidades, como base para projetar o futuro e compreender o passado;

- Entendimento do ser humano como ser integral, síntese resultante de múltiplas determinações e relações sociais;
- Assunção do trabalho humano como categoria universal que reflete as condições sociais da existência humana e que constitui uma forma de realização pessoal;
- Comprometimento com o avanço do conhecimento científico, filosófico e cultural;
- Busca do avanço técnico associado ao bem-estar social, à qualidade de vida, ao respeito aos direitos humanos e ao equilíbrio ecológico;
- Compromisso com a superação das desigualdades sociais;
- Identificação das necessidades e problemas sociais como ponto de partida para reflexão teórica, para busca de soluções práticas, e a intervenção na realidade como ponto de transição para o desempenho profissional;
- Busca de superação das dicotomias ensino-pesquisa, ensino-extensão, graduação-pós-graduação, de modo a garantir a integração eficiente e eficaz do trabalho universitário;
- Assunção do(a) acadêmico(a) como agente de seu próprio processo educativo, devendo a instituição, por isso, proporcionar-lhe as condições e os requisitos essenciais para que possa construir seu projeto de vida;
- Orientação do(a) acadêmico(a) quanto à escolha profissional para adoção de postura profissional comprometida com o desenvolvimento da região e do país;
- Compromisso com a formação continuada, face à necessidade atual de aprender a aprender como condição para se tornar agente transformador(a) da realidade.

Abaixo, são enumeradas as condições necessárias para promoção do desenvolvimento do ideário pedagógico do curso de Administração Pública:

- Aquisição de fundamentação teórica sólida, instrumentalização técnica e conhecimento da realidade, para intervenção no mundo físico e social;
- Valorização da mentalidade científica e técnica nos estudos e trabalhos que desenvolverem;
- Aprendizagem comprometida com o processo de libertação e de auto realização dos acadêmicos, por meio de uma metodologia ativa de caráter científico-



reflexivo;

- Educação de natureza reflexiva e crítica, formadora de agentes conscientes e participantes de sua realidade histórico-social;
- Organização do trabalho acadêmico de forma flexível e redirecionada para o alcance dos propósitos institucionais;
- Preparação para o enfrentamento de problemas reais e consciência de que a sua solução exige contribuições interdisciplinares e transversalidade do conhecimento.

Dessa maneira, a partir da perspectiva anunciada, o curso concebe como aspectos inter-relacionados aqueles correspondentes ao tripé de toda universidade brasileira, a saber: ensino, pesquisa e extensão, expressos nos momentos da docência, da produção científica e da investigação empírica. O tripé da universidade tem sido orientado pelos princípios básicos de articulação sistemática da formação acadêmica dos(as) estudantes universitários(as) com sua futura atividade profissional, por meio de sua inserção direta e efetiva na prática do trabalho e na prática de investigação em todos os anos de sua formação.

A descentralização acadêmica, expressa na autonomia de cada curso, permite que cada um defina seu currículo e trace as diretrizes da formação profissional de acordo com o nível de desenvolvimento científico e tecnológico alcançado, as características regionais e o diagnóstico dos recursos humanos e materiais com que conta. Pressupõe a orientação das ações acadêmicas a partir dos princípios de liberdade acadêmica, autonomia administrativa e responsabilidade de dar respostas às exigências da sociedade.

5.4. Fundamentação legal

O curso de Bacharelado em Administração Pública se fundamenta na base legal vigente, a saber:

5.4.1 Atos legais da UNIFAL-MG

- Resolução do Conselho Superior da UNIFAL-MG nº 55/2007, aprovada na 45ª reunião: autorização do bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia e dos



bacharelados em Administração Pública, Ciências Atuariais e Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria.

- Resolução do Conselho Superior da UNIFAL-MG nº 36/2008, aprovada na 69ª reunião e publicada em 04/11/2008: aprovação da implantação do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia, no câmpus Varginha.
- Resolução 049/2011 que ratifica a resolução nº 12/2009 e aprova o curso de Administração pública.
- Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UNIFAL-MG.

5.4.2 Base legal de referência

- Lei Federal nº 9.394/96: Lei de diretrizes e bases da educação nacional.
- Parecer CNE/CES nº 67, 11 de março de 2003: estabelece referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação.
- Parecer CNE/CES nº 134/2003: Relatório que apresenta histórico de construção das diretrizes estabelecidas a partir de 2004 para os cursos de graduação em Administração.
- Resolução CNE/CES nº 01, de 02 de fevereiro de 2004: estabelece as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em administração, bacharelado, e dá outras providências.
- Resolução CNE/CES nº 1/2014: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências.
- Resolução nº 04 de 13 de julho de 2005: Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.
- Resolução CNE/CES nº 02, de 18 de junho de 2007: dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Fundamentação legal quanto à formação em temas transversais:



- Resolução CNE/CP nº 01/2004 e Lei nº 11645/2008, que tratam da temática da história e cultura afro-brasileira e indígena, cuja abordagem é feita nas Unidades Curriculares Ciências Sociais e Relações Raciais no Brasil (Unidade Curricular Eletiva);
- Lei nº 9.795/1999 e Resolução nº 2/2012 – CNE/CP, que tratam da política e diretrizes para a Educação Ambiental, abordadas na unidade curricular Gestão Ambiental;
- Resolução CNE/CP nº 01/2012, que trata da Educação em Direitos Humanos, abordada pela unidade curricular Direitos Humanos (Unidade Curricular Optativa);
- Lei nº 10.436/2002 e Decreto Presidencial nº 5.626/2005, que tratam da inserção da matéria de Libras como Unidade Curricular optativa nos cursos de educação superior, atendidos pela unidade curricular optativa Libras;
- Parecer CNE/CP nº 9/2003, que trata da prevenção ao uso e abuso de drogas pelos alunos de todos os graus de ensino, abordada em palestras ou outras ações promovidas pelo PTA.

6. Linhas de formação: habilitações e ênfases

A Resolução CNE/CES nº 1/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública, aborda em seu art. 2º os princípios fundamentais que devem orientar o funcionamento dos cursos de Administração Pública. Dentre eles, cita: “a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais”

Diante da autonomia conferida às IES, o curso de bacharelado de Administração Pública da UNIFAL-MG opta por não oferecer linhas de formações específicas, portanto possibilitará uma formação sem habilitações e ênfases específicas.



7. Perfil do(a) egresso(a)

O curso de graduação em Administração Pública busca fornecer ao(à) discente uma sólida formação acadêmica que contemple conteúdos de caráter geral, teórico-quantitativo e qualitativo, teórico-prático e histórico, que o capacita a entender e aplicar o conhecimento adquirido em diferentes frentes. O(a) egresso(a) do curso de Administração Pública da UNIFAL-MG apresenta um dinamismo e versatilidade em suas alternativas de atuação profissional, desde a atuação em órgãos da administração pública do país, da administração direta e indireta, como secretarias e gabinetes, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, ao âmbito da atuação federal, estadual, regional e municipal, além da possibilidade da continuidade na carreira acadêmica nas áreas de ensino, pesquisa e extensão por meio de estudos de pós-graduação e atuação ampla na área das Ciências Sociais Aplicadas, bem como aplicação dos conhecimentos aprendidos na atuação em instituições privadas em interface com o setor público.

Além disso, como prevê a Resolução CNE/CES nº1/2014, em seu Art. 3º, “o curso de graduação em Administração Pública deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores(as), tornando-os(a) aptos(as) a atuar como políticos(as), administradores(as) ou gestores(as) públicos(as) na administração pública estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores(as) de políticas públicas”.

7.1 Competências e habilidades

A concepção do curso de Administração Pública contempla o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do(a) gestor(a) público(a), além de uma formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador(a) público(a) moderno(a), apto(a) a atuar de forma a corresponder, à luz da ética, aos princípios da administração pública.

Assim, o curso de Administração Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores(as) com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados(as) para exercitar a gestão



na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

A formação teórico-quantitativa e teórico-prática fornece capacidade analítica e visão crítica dos problemas econômicos e sociais, além de estimular a competência para adquirir novos conhecimentos. O(a) bacharel(a) é preparado(a) para pensar soluções para problemas econômicos e sociais em escala regional, nacional e internacional, como também às questões interpessoais e interinstitucionais que se fazem presentes no exercício de funções em órgãos públicos, organizações não governamentais, entidades multilaterais, agências reguladoras, fundações, entre outras. Também será preparado(a) para dar sequência à pesquisa na pós-graduação, transformando-se assim, em um(a) profissional habilitado(a) para atuar em múltiplas frentes. Isto porque, sua formação geral e histórica deve lhe propiciar uma base cultural ampla, que possibilite entender as questões econômicas em seu contexto histórico e social e lhe garantir o domínio da habilidade de comunicação oral e escrita.

Dessa forma, o(a) egresso(a) do curso de Administração Pública terá acesso às habilidades e competências dispostas na Resolução CNE/CES nº1/2014, em seu Art. 4º, a saber:

I - reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;

II - apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;

III - desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;

IV - estar preparado(a) para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;

V - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;

VI - expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;



VII - ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

Diante do disposto, a formação do(a) profissional de Administração Pública visa desenvolver uma postura crítica, criativa, flexível e aberta as mudanças que enfrentem as desigualdades sociais. Também objetiva preservar e ampliar atitudes de respeito aos valores democráticos, éticos, de justiça e igualdade entre os(as) cidadãos(as), bem como a manutenção e restauração dos recursos naturais do país. Assim, o conhecimento desenvolvido fornece fundamentos para atuar na reprodução e exercício de atividades que tenham como foco o interesse público.



III – CURRÍCULO

8. Organização curricular

A organização curricular do curso de bacharelado em Administração Pública oferece duas possibilidades ao(à) discente, de acordo com sua escolha no momento do ingresso:

a) Ingresso via BICE (1º ciclo): nesta primeira possibilidade, após o(a) discente cumprir todas as exigências para a conclusão deste 1º ciclo (Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia), participa de processo seletivo (com regulamentação específica) e ingressa no curso específico de Administração Pública (2º ciclo).

O BICE tem duração mínima de três anos e oferece ao(à) discente um curso de formação geral, no âmbito humanístico e técnico. Ao mesmo tempo prepara-o(a) para cursar as formações específicas, oferecidas atualmente, pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), que são: Administração Pública, Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria e Ciências Atuariais.

Nos primeiros dois semestres do BICE, são ofertadas as Unidades Curriculares (UCs) básicas, do núcleo comum, que são obrigatórias para todos os discentes e abrangem conteúdos que garantem sua formação geral. No terceiro semestre, iniciam-se as UCs diretivas, que são de livre escolha e têm como finalidade apresentar-lhe as áreas de formação específica. A partir do quarto período são ofertadas também UCs Eletivas, que irão complementar a formação do(a) discente, conforme seus interesses pessoais. Para ingressar na formação específica (2º ciclo), o(a) discente deverá cursar todas as UCs diretivas obrigatórias do campo de formação de segundo ciclo para o qual optou.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é algo almejado no curso e tem como seu principal mecanismo o Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX). Para concluírem o BICE, os(as) discentes precisam integralizar horas em cada uma dessas ações acadêmicas e isso é possível por meio da participação em projetos desenvolvidos pelos(as) docentes ou atividades realizadas no câmpus.



A conclusão do BICE confere ao(à) discente diploma de nível superior e lhe propicia três alternativas: a) encerrar a graduação e buscar trabalho como egresso(a) da educação superior; b) dar continuidade à educação superior em uma das formações específicas do ICESA; ou, c) complementar sua formação em cursos de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.

Ao optar por seguir estudando na UNIFAL-MG, em uma das formações específicas, ele cursará mais três semestres de unidades curriculares direcionadas ao campo de formação escolhido.

b) Ingresso originário direto, via SISU, no bacharelado em Administração Pública: nesta segunda possibilidade, serão ofertadas aos(às) discentes, as mesmas UCs da modalidade de ingresso anterior. Nos dois primeiros períodos são ofertadas unidades curriculares obrigatórias que abrangem conteúdos que garantem sua formação geral. A partir do terceiro período, além de UCs obrigatórias, os(as) discentes deverão cursar UCs Eletivas. As UCs Eletivas podem ser escolhidas tanto entre os tópicos especiais das diferentes áreas (Administração Pública, Economia ou Ciências Atuariais), quanto entre as diretivas das demais áreas (Economia e Ciências Atuariais) e objetivam complementar a formação do(a) discente, conforme seus interesses pessoais. Ingressando por esta possibilidade, o(a) discente também precisa cumprir a carga horária estabelecida pelo PIEPEX, sem a necessidade de elaboração do TCP, conforme regulamentação específica do Programa.

8.1 Interdisciplinaridade

O significado de interdisciplinaridade não é consensual e, muitas vezes, o conceito é confundido com outros correlatos, como multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. Para além do debate, a interdisciplinaridade é entendida aqui como qualquer esforço de interação entre diferentes Unidades Curriculares, tendo em vista a compreensão de um objeto por meio de uma síntese resultante da multiplicidade de perspectivas adotadas.

Como já referido anteriormente, ela é um processo que envolve a cooperação entre os docentes e a reformulação do processo de ensino-aprendizagem, um movimento cujo produto final está em permanente construção.



8.2 Integração graduação e pós-graduação

A graduação envolve a construção de saberes conceituais, procedimentais e atitudinais relacionados ao campo do conhecimento e a atuação profissional da área em formação. A pós-graduação, por outro lado, se propõe a realizar estudos avançados em disciplinas específicas (GATTI, 2001). A integração entre esses dois níveis de formação é importante em pelo menos dois aspectos.

O primeiro deles relaciona-se ao(à) docente e sua atividade em sala de aula. O ensino e a pesquisa de pós-graduação permitem ao(à) docente manter-se atualizado(a) em suas áreas de atuação e aplicar o “conhecimento de fronteira” não só em sua produção científica, como também no ensino de graduação.

O segundo aspecto relaciona-se ao discente e sua vivência acadêmica. O contato com a pós-graduação oportuniza ao graduando(a) participar de espaços ricos de construção do conhecimento, enquanto para o(a) pós-graduando(a) é enriquecedor ter contato com a dinâmica ensino-aprendizagem da graduação, uma vez que alguns se tornarão professores. Desta forma, espera-se que as atividades de ensino, pesquisa e extensão se desenvolvam concatenadamente, possibilitando iniciativas inovadoras.

O ICSA oferta cursos de pós-graduação relacionados à área de Administração Pública – um mestrado acadêmico e outro profissional, na modalidade *stricto sensu*; e uma especialização, na modalidade *lato sensu*. O mestrado acadêmico em Gestão Pública Sociedade teve início em 2012, com o objetivo de desenvolver atividades de ensino e pesquisa, de natureza interdisciplinar, abrangendo a interação entre os setores público e privado. O mestrado profissional em Administração Pública integra a rede nacional ProfiAP e teve início em 2015. Destina-se, principalmente, a servidores(as) públicos(as), tendo como objetivo abordar o papel do Estado no Brasil, o exercício da cidadania e a preocupação com as questões éticas, sociais e ambientais que subsidiarão as políticas públicas que impactam a sociedade. Por sua vez, a especialização, à distância, em Gestão Pública Municipal busca capacitar gestores(as) para atuarem na área pública.

A integração destes cursos com a Administração Pública, inicia-se na concepção dos cursos de pós-graduação, que foram gestados a partir da graduação, como forma de oferecer aos(às) egressos(as) formas de continuarem sua formação acadêmica e de



ampliar a atuação docente. Observa-se que isso tem ocorrido pela a) participação de discentes em grupos de pesquisa liderados por docentes-pesquisadores(as) dos programas; b) realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão por meio do PIEPEX; c) iniciação científica com bolsa ou voluntária oferecidas pelo CNPq, pela FAPEMIG e pela própria UNIFAL-MG; e, d) pelos estágios docência realizados pelos(as) discentes pós-graduandos(as) nas Unidades Curriculares da graduação.

8.3 Número de vagas e formas de acesso

O curso oferece 65 (sessenta e cinco) vagas semestrais, sendo no primeiro semestre no período integral (matutino e vespertino) e no segundo semestre no período noturno.

O acesso ao curso pelo(a) discente ocorre por meio de duas possibilidades:

a) Ingresso no BICE e, após a integralização deste 1º ciclo, aprovação em processo seletivo (com regulamentação específica) para acesso ao curso específico de Administração Pública (2º ciclo). Nesta situação, serão ofertadas 50 (cinquenta) vagas.

b) Ingresso originário direto, via SISU, no bacharelado em Administração Pública. Neste caso serão ofertadas 15 (quinze) vagas.

Após 6 semestres da implantação da possibilidade de entrada originária direta, via SISU, no Bacharelado em Administração Pública, o número de vagas de ingressantes no 2º ciclo de Administração Pública será reajustado.

8.4 Critérios para admissão nos cursos de 2º ciclo (cursos específicos)

Os critérios para admissão no curso de Administração Pública, segundo ciclo, são estabelecidos por regulamentação específica e demais normas fixadas pelo órgão federal competente, pelo Estatuto e Regimento Geral da UNIFAL-MG e pelo Regulamento Geral dos cursos de graduação da UNIFAL-MG.



8.5 Regime didático

O regime didático adotado no curso de Administração Pública é o de créditos. Este sistema de integralização de conteúdo didático é mais flexível e permite ao(a) discente organizar seu percurso formativo conforme suas necessidades, sua disponibilidade de tempo e interesses, resguardando o núcleo rígido da área de formação com Unidades Curriculares obrigatórias.

No regime de créditos a base de organização é a carga horária semanal e no curso de Administração Pública, o(a) estudante encontrará Unidades Curriculares de dois ou quatro créditos correspondendo a duas ou quatro horas semanais de aula.

8.6 Carga horária e prazo de integralização do curso

A carga horária total mínima para conclusão do curso de Administração Pública é de 3.540 (três mil quinhentos e quarenta) horas distribuídas em unidades curriculares, incluindo o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, além do componente curricular PIEPEX.

O tempo total da integralização subdivide-se da seguinte forma, de acordo com a modalidade de ingresso do(a) discente:

1) Ingresso via BICE:

- a) BICE (1º ciclo): período mínimo de 6 semestres e máximo de 9 semestres.
- b) Específico de Administração Pública (2º ciclo): período mínimo de 3 semestres e máximo de 5 semestres.
- c) BICE + Específico (a+b): período mínimo de 9 semestres e máximo de 14 semestres.

- ### 2) Ingresso originário direto, via SISU, no Bacharelado em Administração Pública:
- período de integralização curricular mínimo de 9 semestres e o prazo máximo de 14 semestres.



8.7 Atividades acadêmicas curriculares

Para a integralização do curso de Administração Pública, serão ofertados aos discentes UCs Obrigatórias, Diretivas³, Eletivas, e os componentes curriculares.

No caso do(a) discente que ingressar no curso de Administração, via BICE, a carga horária em UCs obrigatórias é de 2.844 (duas mil, oitocentos e quarenta e quatro) horas. Esta é composta por UCs do BICE do núcleo comum e diretivas obrigatórias, que totalizam 1.728 (um mil, setecentos e vinte e oito) horas e, ainda, por unidades curriculares do período específico em Administração Pública, que perfazem 1.116 (um mil, cento e dezesseis) horas.

O núcleo de UCs de natureza Eletiva será composto por disciplinas Diretivas de Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria e Ciências Atuariais ou Tópicos Especiais, das quais o(a) discente deverá cumprir carga horária de 432 (quatrocentos e trinta e duas) horas.

O(a) discente que optar pelo ingresso originário direto, via SISU, no curso de Administração Pública, cursará uma carga horária de 2.844 (duas mil, oitocentos e quarenta e quatro) horas em UCs obrigatórias e 432 (quatrocentos e trinta e duas) horas em UCs eletivas.

Em relação aos componentes curriculares, o PIEPEX apresenta uma carga horária de 264 (duzentas e sessenta e quatro) horas e tem que ser realizado conforme a regulamentação específica para as duas formas de ingresso.

Já o TCC, é dividido em duas UCs de 36 horas cada, totalizando uma carga horária de 72 (setenta e duas) horas e é considerado parte integrante das UCs obrigatórias que deve ser cursado no oitavo e nono períodos, respectivamente.

O Quadro IV apresenta uma distribuição sintética das atividades curriculares do curso de Administração Pública.

³ No caso do ingresso originário direto, via SISU, as UCs Diretivas correspondem a UCs Obrigatórias.



Quadro IV – Distribuição de unidades curriculares, segundo natureza, núcleo, créditos e carga horária do Bacharelado em Administração Pública.

Natureza	Núcleo	Créditos	Percentual de créditos totais	Carga horária (horas)	Percentual de carga horária total
Obrigatórias	Obrigatórias (1º ao 6º período)	76	42,69%	1.368	38,64%
	Diretivas ⁴ Obrigatórias de Administração Pública (1º ao 6º período)	20	11,23%	360	10,18%
	Obrigatórias (7º ao 9º período)	58	32,59%	1.044	29,5%
	PIEPEX	0	-	264	7,45%
	TCC	4	-	72	2,03%
Eletivas	Eletivas (1º ao 6º período)	24*	13,49%	432	12,20%
Total		182	100,00%	3540	100,00%

* Valor correspondente aos créditos mínimos de Eletivas de Administração Pública e Diretivas de outros cursos de 2º ciclo que os(as) discentes devem cumprir.

O Gráfico I apresenta a distribuição da quantidade dos créditos, segundo os núcleos das unidades curriculares.

⁴ No caso do ingresso originário direto, via SISU, as UCs Diretivas correspondem a UCs Obrigatórias.

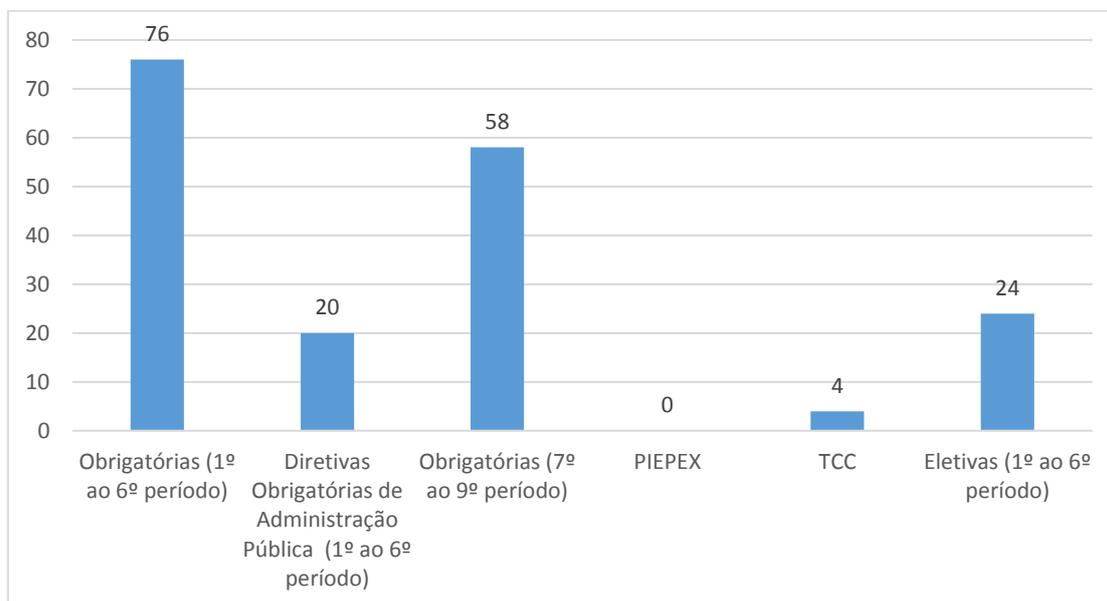


Gráfico I – Distribuição dos créditos, segundo núcleo da organização curricular, do curso de Administração Pública.

A seguir, são apresentadas as Unidades Curriculares de caráter obrigatório e não obrigatório.

8.7.1 Unidades curriculares obrigatórias

O Quadro V apresenta as UCs do núcleo comum que são ofertadas do primeiro ao sexto período do curso, com carga horária e correspondência de créditos.

Quadro V – Unidades Curriculares Obrigatórias Ofertadas do 1º ao 6º Período

Unidades curriculares	CH (teórica/prática)	Créditos	Pré-Requisito
Introdução à Administração Pública	72	4	Não há
Introdução à Economia	72	4	Não há
Introdução às Ciências Atuariais	72	4	Não há
Matemática I	72	4	Não há
Comunicação	72	4	Não há
Ciências Sociais	72	4	Não há
História Econômica Geral	72	4	Não há
Matemática II	72	4	Não há



Matemática Financeira	72	4	Não há
Administração Pública Brasileira	72	4	Não há
Estatística	108	6	Não há
Fundamentos do Estado	36	2	Não há
Ciência Política	72	4	Não há
Microeconomia I	72	4	Não há
Prática de Pesquisa	72	4	Não há
Introdução à Contabilidade	72	4	Não há
Macroeconomia I	72	4	Não há
Gestão de Custos	72	4	Não há
Instituições de Direito Privado	36	2	Não há
Análise de Demonstrações Contábeis	36	2	Não há
Total	1368	76	

No Quadro VI são apresentadas as UCs do núcleo diretivas obrigatórias, que são ofertadas do 1º ao 6º período do curso, com carga horária e correspondência de créditos.

Quadro VI – Unidades Curriculares Diretivas* obrigatórias de Administração Pública

Unidades curriculares	CH (Teórica/prática)	Créditos	Pré-Requisito
Administração Pública Contemporânea	72	4	Não há
Desenvolvimento Local e Sustentabilidade	72	4	Não há
Classes e Movimentos Sociais	72	4	Não há
Psicologia do Trabalho e das Organizações	36	2	Não há
Direito Constitucional aplicado à Administração Pública	36	2	Não há
Políticas Públicas	72	4	Não há
Total	20	360	

*Para os discentes que ingressarem direto, via SISU, no Bacharelado em Administração Pública, estas UCs são consideradas obrigatórias.

O Quadro VII apresenta as UCs que são ofertadas do 7º ao 9º período do bacharelado em Administração Pública, com carga horária e correspondência de créditos.



Quadro VII – Unidades curriculares obrigatórias ofertadas do 7º ao 9º Período do Bacharelado em Administração Pública

Unidades curriculares	CH (Teórica/Prática)	Créditos	Pré-Requisitos
Direito Administrativo	72	4	Não há
Projetos Públicos	72	4	Não há
Gestão Ambiental	72	4	Não há
Instituições Políticas Brasileiras	36	2	Não há
Contabilidade Pública	72	4	Não há
Modelos de Democracia	36	2	Não há
Teoria das Organizações	72	4	Não há
Direito Financeiro e Tributário	72	4	Não há
Gestão de Pessoas no Setor Público	72	4	Não há
Gestão de Serviços Públicos	72	4	Não há
Avaliação de Políticas Públicas	72	4	Não há
TCC I	36	2	Não há
Ética na Administração Pública	36	2	Não há
Gestão Pública Municipal	72	4	Não há
Planejamento Governamental	72	4	Não há
Arranjos Institucionais Contemporâneos	36	2	Não há
Território e Espaço Público	36	2	Não há
Finanças e Orçamento Público	72	4	Não há
TCC II	36	2	Não há
Total	1116*	62*	

*Incluindo TCC I e II.

8.7.2 Unidades Curriculares Eletivas

No Quadro VIII são apresentadas as Unidades Curriculares do núcleo Eletivas, que são ofertadas do 1º ao 6º período, com carga horária e correspondência de créditos.



Quadro VIII – Unidades Curriculares Eletivas (Tópicos Especiais de todas as áreas ou Diretivas das demais áreas)

Unidades curriculares	Carga Horária	Créditos	Pré-Requisito
Tópicos Especiais em Administração Pública I	72	4	Não há
Tópicos Especiais em Economia I	72	4	Não há
Tópicos Especiais em Ciências Atuariais I	72	4	Não há
Tópicos Especiais em Administração Pública II	72	4	Não há
Tópicos Especiais em Economia II	72	4	Não há
Tópicos Especiais em Ciências Atuariais II	72	4	Não há
Tópicos Especiais em Administração Pública III	72	4	Não há
Tópicos Especiais em Economia III	72	4	Não há
Tópicos Especiais em Ciências Atuariais III	72	4	Não há
Demografia	72	4	Não há
Matemática III	72	4	Não há
Fundamentos de Programação	72	4	Não há
Cálculo de Probabilidade	72	4	Não há
Matemática Atuarial I	72	4	Não há
História do Pensamento Econômico	72	4	Não há
Matemática III	72	4	Não há
Contabilidade Social	72	4	Não há
Microeconomia II	72	4	Não há
Macroeconomia II	72	4	Não há
Total	1368	76	

Serão ofertadas no total 1368 h de UCs Eletivas, sendo 648h de Tópicos Especiais e 720h de UCs Diretivas dos cursos Ciências Atuariais e Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria. O(a) discente deverá cursar uma carga horária mínima de 432h de UCs Eletivas.

Destaca-se que será ofertada a unidade curricular de **Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS** como **optativa**.



8.7.3 Unidades curriculares obrigatórias por área de formação

A proposta do curso contempla UCs de diversas áreas de formação, em acordo com as Resoluções CNE/CES nº 266/2010 e CNE/CES nº 1/2014, tais como: Administração, Ciências Contábeis, Ciência Política, Economia, Direito, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Psicologia, Comunicação e Tecnologia da Informação.

8.7.4 Atividades complementares

As atividades complementares do curso de Administração Pública caracterizam atividades de formação que, como o próprio nome diz, visam complementar a formação dos(as) discentes através da frequência em eventos culturais, acadêmicos, científicos, dentre outros.

As atividades complementares, no curso de Administração Pública serão contempladas no âmbito do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX), de modo que os(as) discentes possam aliar estas atividades, sempre que possível, aos seus projetos de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidos.

8.7.4.1 Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão

O PIEPEX integra o curso de Administração Pública com o objetivo de promover ações complementares à formação do(a) discente nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Sua característica marcante é a busca por metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem diferenciadas.

Enquanto programa, o PIEPEX incorpora a complexidade crescente e gradual e a integração dos conteúdos de graduação desenvolvidos no decorrer do curso. Isso se dá por meio da participação dos(as) discentes em atividades, tais como: projetos (pesquisa e extensão), cursos, estudos dirigidos, estágios não obrigatórios, oficinas, workshops, entre outras, todas abordando temas diretamente ligados ao curso. Com isso espera-se: (1) o contínuo enriquecimento acadêmico dos(as) discentes; e, (2) a interação com a comunidade de Varginha e região.



O programa está estruturado de modo que um(a) docente assume sua coordenação e outros(as) formam seu colegiado. Esse núcleo gestor tem a função de sistematizar e avaliar as atividades desenvolvidas no âmbito do programa, de acordo com o regulamento da Pró-Reitoria de Graduação e do próprio programa. O suporte para o funcionamento do PIEPEX acontece por meio do registro sistemático de projetos, cursos, eventos e demais atividades na secretaria do programa e no Controle de Ações de Extensão (CAEX).

O PIEPEX tem carga horária total de 264 (duzentas e sessenta e quatro) horas, sendo obrigatório o cumprimento destas horas para a integralização do curso.

O PIEPEX possui regulamentação específica.

8.7.4.2 Programa Tutorial Acadêmico

O Programa Tutorial Acadêmico (PTA) busca integrar o(a) discente à universidade, procurando potencializar todos os saberes e oportunidades propiciadas pelo meio acadêmico e suas múltiplas relações com as áreas do conhecimento. Desta forma, considera-se que sua atividade primordial é a coordenação e a implementação de ações relacionadas a ensino, que tenham como público-alvo os(as) discentes do curso. O PTA possui regulamentação específica.

8.7.4.3 Iniciação científica

A iniciação científica é um dos principais instrumentos de interligação entre graduação e pós-graduação. Trata-se de uma atividade de pesquisa desenvolvida por discentes de graduação acompanhados por um(a) docente-pesquisador(a) que atua como orientador(a). Como o nome indica, em geral, os(as) discentes que se dedicam a essa atividade possuem pouca ou nenhuma experiência em trabalhos ligados à pesquisa e, assim, a iniciação científica representa o seu primeiro contato com a produção do conhecimento na universidade.

Nessa atividade, o(a) discente-pesquisador(a) exerce os primeiros momentos da pesquisa científica, como a escrita acadêmica, a apresentação de resultados em eventos, a sistematização de ideias, a sistematização de referenciais teóricos, a síntese de



observações ou experiências, a elaboração de relatórios e demais atividades envolvidas no ofício do(a) pesquisador(a).

As principais agências financiadoras da atividade de iniciação científica no Brasil, por meio da concessão de bolsas de incentivo à pesquisa, são o CNPq (Pibic) e a FAPEMIG (Bic). A UNIFAL-MG (Probic) também concede tais bolsas e ainda permite que o(a) discente possa optar pela iniciação científica voluntária, isto é, realizar as atividades de iniciação científica mesmo sem receber bolsa, a fim de complementar sua formação acadêmica.

8.7.4.4 Projetos de Extensão

Os projetos de extensão fazem parte do processo educativo da Instituição propiciando a interdisciplinaridade além da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, ampliando assim a relação da instituição com a sociedade e possibilitando uma formação mais abrangente.

Para a formação de profissionais com consciência cidadã, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar.

A extensão, entendida como prática que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação cidadã e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.

Pode-se dizer que atualmente as ações de extensão da UNIFAL-MG representam importante instrumento de inserção da universidade no processo de desenvolvimento da região, prestando importante contribuição na forma de programas, projetos, eventos, cursos e prestações de serviços.

Além dessas atividades estarem contempladas no âmbito do PIEPEX, por meio da Coordenação de Extensão do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, serão oferecidas outras atividades com essa finalidade.



8.7.5 Trabalho de Conclusão de Curso

O TCC é composto por UCs Obrigatórias do curso de Administração Pública e corresponde a uma carga horária total de 72 (setenta e duas) horas, que deverão ser realizadas no 8º e 9º períodos do curso. Essas UCs terão a coordenação de docente designado(a) para tal.

No 8º período o(a) discente será orientado(a) a se inscrever na Unidade Curricular Trabalho de Conclusão de Curso I - TCC I, no qual iniciará o desenvolvimento do trabalho. No 9º período, dando continuidade ao processo, tendo concluído o TCC I, o(a) discente deverá se inscrever na UC Trabalho de Conclusão de Curso II - TCC II, para que se habilite para entrega e apresentação do trabalho.

O TCC possui regulamentação específica, contendo critérios, procedimentos, mecanismos de avaliação e diretrizes técnicas, conforme regulamento geral dos cursos de graduação da UNIFAL-MG e será ofertado na modalidade semipresencial em plataformas de ensino à distância.

8.7.6 Estágios

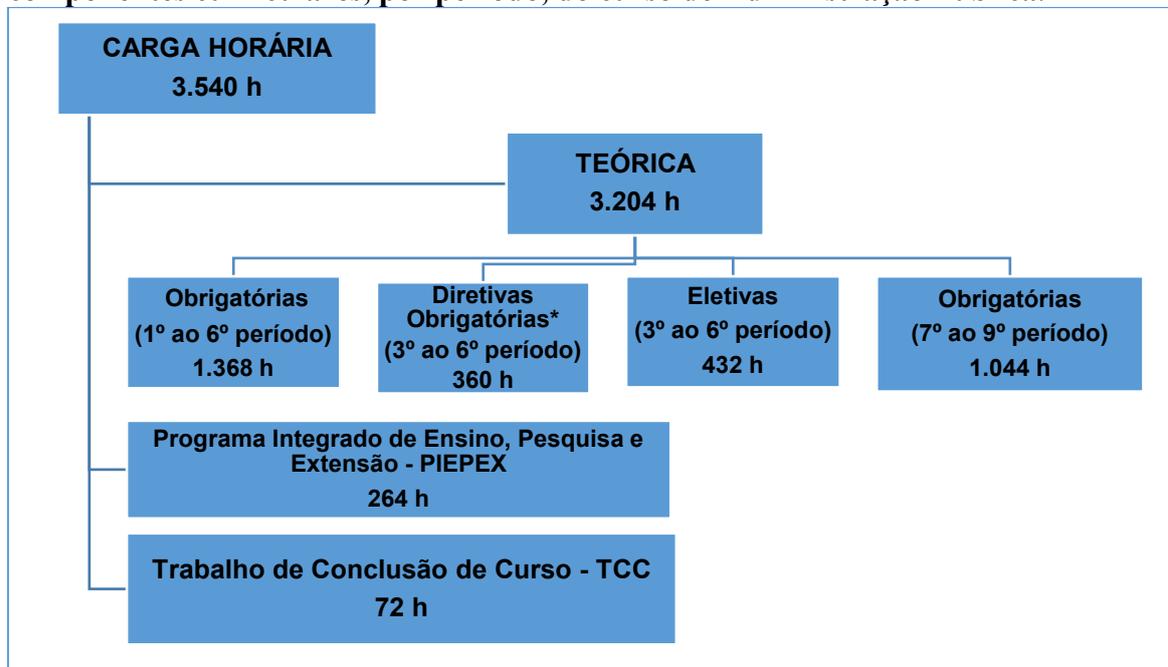
O estágio supervisionado no curso de Administração Pública tem regulamentação específica e é de natureza **não obrigatória** para os(as) ingressantes a partir de 2017-2. Apesar disso, sempre que houver demanda e solicitações de empresas e instituições, o estágio será incentivado pela Coordenação e oficializados por meio da Assessoria de Relações Institucionais da UNIFAL-MG.

8.7.7 Perfil gráfico do curso

A Figura I é um diagrama que sintetiza a carga horária do curso de Administração Pública e demonstra a distribuição por períodos e os componentes curriculares.



Figura I – Diagrama da carga horária (h) das unidades curriculares e dos componentes curriculares, por período, do curso de Administração Pública.



* No caso do ingresso originário direto, via SISU, as UCs Diretivas correspondem a UCs Obrigatórias.

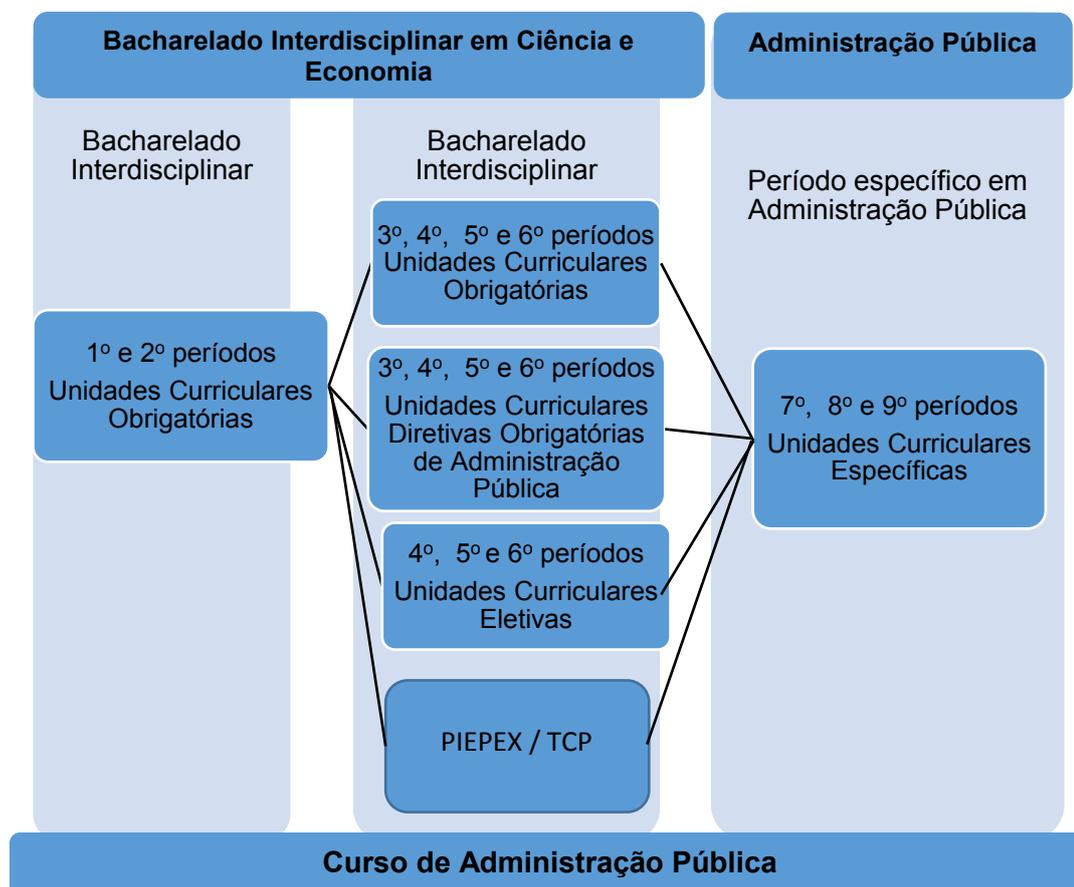
8.8 Dinâmica curricular

O curso de Administração Pública está organizado em 9 (nove) semestres letivos, conforme a modalidade de ingresso do(a) discente:

a) Ingresso via BICE: nesta modalidade, os 6 (seis) primeiros períodos são dedicados ao BICE e os 3 (três) últimos, dedicados ao segundo ciclo de formação, de caráter específico, em Administração Pública, conforme itinerário formativo representado pela Figura II:



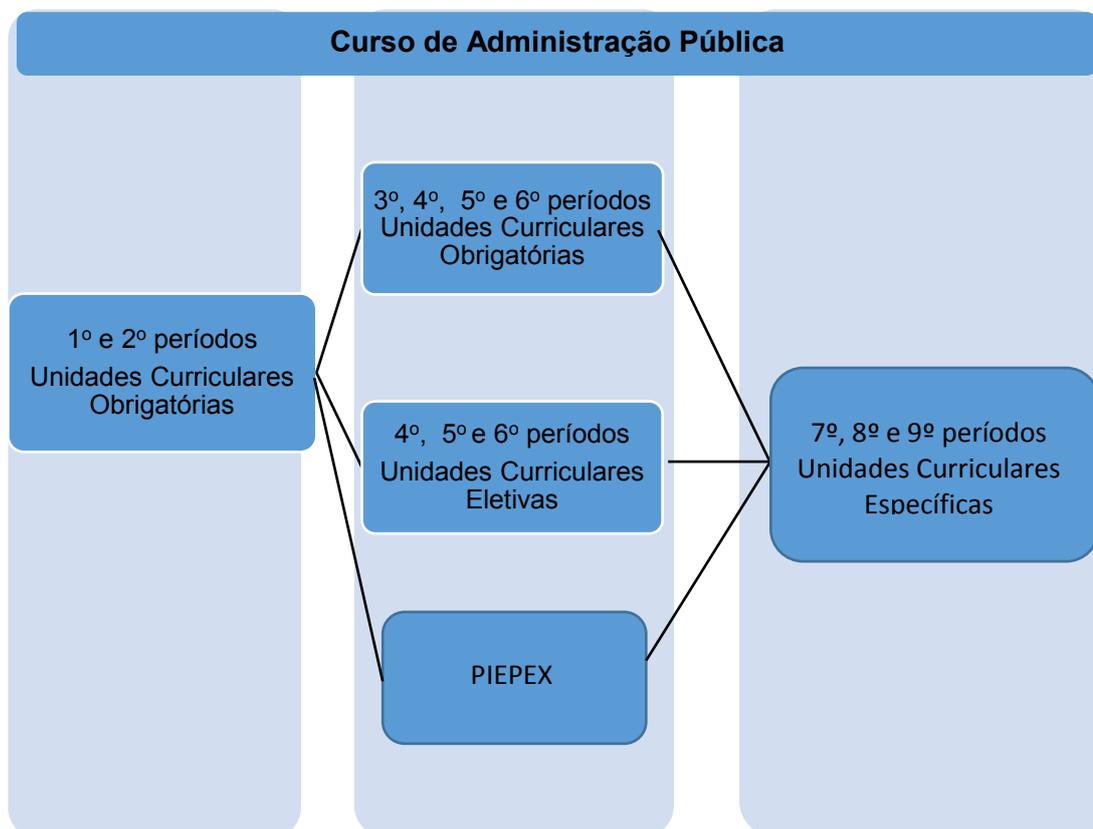
Figura II – Itinerário formativo do curso de Administração Pública com ingresso via BICE



b) Ingresso originário direto, via SISU, no Bacharelado em Administração Pública: nesta modalidade, o(a) discente cursará os 9 (nove) períodos do itinerário formativo anterior, já na condição de aluno(a) do curso de Administração Pública, conforme Figura III.



Figura III – Itinerário formativo do curso com ingresso originário direto, via SISU, no Bacharelado em Administração Pública



A seguir, será detalhado o itinerário formativo regular do curso de Administração Pública, organizado em nove períodos, para as duas formas de ingresso:

1º PERÍODO				
Unidades Curriculares	Créditos	Horas		Tipo
		Teórica	Prática	
Introdução à Administração Pública	4	72	-	Obrigatória
Introdução à Economia	4	72	-	Obrigatória
Introdução às Ciências Atuariais	4	72	-	Obrigatória
Matemática I	4	72	-	Obrigatória
Comunicação	4	72	-	Obrigatória
TOTAL DE CRÉDITOS	20	360		



2º PERÍODO				
Unidades Curriculares	Créditos	Horas		Tipo
		Teórica	Prática	
Ciências Sociais	4	72	-	Obrigatória
História Econômica Geral	4	72	-	Obrigatória
Matemática II	4	72	-	Obrigatória
Matemática Financeira	4	72	-	Obrigatória
Administração Pública Brasileira	4	72	-	Obrigatória
TOTAL DE CRÉDITOS	20	360		

3º PERÍODO				
Unidades Curriculares	Créditos	Horas		Tipo
		Teórica	Prática	
Estatística	6	108	-	Obrigatória
Fundamentos do Estado	2	36	-	Obrigatória
Ciência Política	4	72	-	Obrigatória
História Pensamento Econômico	4	72	-	DOB ⁵ Eco
Administração Pública Contemporânea	4	72	-	DOB Adm Pública*
Demografia	4	72	-	DOB Atuária
Matemática III	4	72	-	DOB Eco e Atuária
Desenvolvimento Local e Sustentabilidade	4	72	-	DOB Adm Pública
TOTAL DE CRÉDITOS OFERTADOS	32	576		

*Para os discentes que ingressarem direto, via SISU, no Bacharelado em Administração Pública, estas UCs são consideradas obrigatórias.

⁵ DOB: Unidade Curricular Diretiva Obrigatória



4º PERÍODO				
Unidades Curriculares	Créditos	Horas		Tipo
		Teórica	Prática	
Microeconomia I	4	72	-	Obrigatória
Prática de Pesquisa	4	72	-	Obrigatória
Classes e Movimentos Sociais	4	72	-	DOB Adm Pública
Fundamentos de programação	4	72	-	DOB Atuária
Contabilidade Social	4	72	-	DOB Eco
Tópicos Adm Pública I	4	72	-	Eletiva
Tópicos Ciências Atuariais I	4	72	-	Eletiva
Tópicos Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria I	4	72	-	Eletiva
TOTAL DE CRÉDITOS OFERTADOS	32	576		

5º PERÍODO				
Unidades Curriculares	Créditos	Horas		Tipo
		Teórica	Prática	
Introdução à Contabilidade	4	72	-	Obrigatória
Macroeconomia I	4	72	-	Obrigatória
Psicologia do Trabalho e das Organizações	2	36	-	DOB Adm Pública
Direito Constitucional aplicado à Administração Pública	2	36	-	DOB Adm Pública
Cálculo de Probabilidade	4	72	-	DOB Atuária
Microeconomia II	4	72	-	DOB Economia
Tópicos Adm Pública II	4	72	-	Eletiva
Tópicos Ciências Atuariais II	4	72	-	Eletiva
Tópicos Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria II	4	72	-	Eletiva
TOTAL DE CRÉDITOS OFERTADOS	32	576		



6º PERÍODO				
Unidades Curriculares	Créditos	Horas		Tipo
		Teórica	Prática	
Gestão de Custos	4	72	-	Obrigatória
Instituições de Direito Privado	2	36	-	Obrigatória
Análise de Demonstrações Contábeis	2	36	-	Obrigatória
Políticas Públicas	4	72	-	DOB Adm Pública
Matemática Atuarial I	4	72	-	DOB Atuária
Macroeconomia II	4	72	-	DOB Economia
Tópicos Adm Pública III	4	72	-	Eletiva
Tópicos Ciências Atuariais III	4	72	-	Eletiva
Tópicos Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria III	4	72	-	Eletiva
TOTAL DE CRÉDITOS OFERTADOS	32	576		

7º PERÍODO				
Unidades Curriculares	Créditos	Horas		Tipo
		Teórica	Prática	
Direito Administrativo	4	72	-	Obrigatória
Projetos Públicos	4	72	-	Obrigatória
Gestão Ambiental	4	72	-	Obrigatória
Teoria das Organizações	4	72	-	Obrigatória
Instituições Políticas Brasileiras	2	36	-	Obrigatória
Modelos de Democracia	2	36	-	Obrigatória
TOTAL DE CRÉDITOS	20	360		

8º PERÍODO				
Unidades Curriculares	Créditos	Horas		Tipo
		Teórica	Prática	
Contabilidade Pública	4	72	-	Obrigatória
Direito Financeiro e Tributário	4	72	-	Obrigatória
Gestão de Serviços Públicos	4	72	-	Obrigatória
Arranjos Institucionais Contemporâneos	2	36	-	Obrigatória
Território e Espaço Público	2	36	-	Obrigatória
Avaliação de Políticas Públicas	4	72	-	Obrigatória
TCC I	2	36	-	Obrigatória
TOTAL DE CRÉDITOS	22	396		



9º PERÍODO				
Unidades Curriculares	Créditos	Horas		Tipo
		Teórica	Prática	
Ética na Administração Pública	2	36	-	Obrigatória
Gestão de Pessoas no Setor Público	4	72	-	Obrigatória
Gestão Pública Municipal	4	72	-	Obrigatória
Planejamento Governamental	4	72	-	Obrigatória
Finanças e Orçamento Público	4	72	-	Obrigatória
TCC II	2	36	-	Obrigatória
TOTAL DE CRÉDITOS	20	360		

CARGA HORÁRIA DO CURSO (EM HORAS)	
Unidades curriculares	3.276
PIEPEX – Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão	264
TOTAL	3.540

8.9 Ementas das unidades curriculares do curso de Administração Pública.

A seguir, são apresentadas as ementas de todas as unidades curriculares do curso de Administração Pública.

1º Período

Introdução à Economia

Ementa

O problema econômico. Natureza e método da Economia. Curva de Possibilidades de produção. Oferta e Demanda. Deslocamentos da curva e movimentos ao longo da curva. Demanda de mercado e receitas total, média e marginal. Elasticidade preço. Elasticidade e receitas total e marginal. Elasticidade-renda e elasticidade preço-cruzada. Elasticidade preço da oferta. Excedente do produtor. A firma no curto prazo: produtos total, médio e marginal, lei dos rendimentos decrescentes, custos fixos e variáveis. Estruturas de mercado. Macroeconomia básica: principais agregados macroeconômicos. Introdução ao sistema monetário: conceito e tipos de inflação.



Introdução à Administração Pública

Ementa

Organizações e organizações públicas. Administração e Administração Pública. O campo de Públicas: pluralidade temática e teórica; interesse público como elemento integrador; surgimento dos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil. Atuação do(a) administrador(a) público(a) nas áreas acadêmica, governamental, no terceiro setor, nos movimentos sociais e na iniciativa privada. Teorias introdutórias do pensamento administrativo e suas críticas: Escola Clássica e Administração Científica, Teoria da Burocracia, Escola de Relações Humanas, Abordagem Comportamental, Teoria dos Sistemas, Abordagem Contingencial. Influência das teorias administrativas na Administração Pública. Racionalidade e tomada de decisão na administração pública. Áreas funcionais na administração pública (Planejamento Público, Marketing Público, Administração da Produção e Serviços na Administração Pública, Gestão de Pessoas na Administração Pública e Finanças Públicas)

Introdução às Ciências Atuariais

Ementa

Princípios / Conceitos sobre Seguros. Ramos de operação; Definições. Análise de ambiente interno e externo. Apólice: Condições Gerais, Especiais e/ou Particulares. Nota Técnica Atuarial. Cosseguro. Resseguro. Planos de Capitalização. Planos de Previdência. Conceitos básicos de Solvência. Caracterização dos principais tipos de risco. Conceitos básicos de gerenciamento de risco.

Matemática I

Ementa

Números Reais. Funções de uma variável a valores reais. Limite. Derivadas e Aplicações.



Comunicação

Ementa

O texto como linguagem e estrutura. Fases de elaboração do texto. Coerência e coesão textuais. Gêneros textuais. Gêneros acadêmicos: resenha, resumo e projeto de pesquisa. Principais problemas de linguagem na escrita acadêmica. Aspectos gramaticais da linguagem culta.

2º Período

Ciências Sociais

Ementa

Perspectiva histórica do desenvolvimento da ciência social. A Imaginação Sociológica. Debate sobre os dilemas teóricos da sociologia. Natureza e cultura. Indivíduo e sociedade. Agência e estrutura. Conflito e Consenso. Pensamento social clássico. Positivismo e Funcionalismo. Sociologia Compreensiva. Materialismo Histórico. Ação social, relação social. O fato social. Divisão social do trabalho. Classes e estamentos. Classes e luta de classes. Temas contemporâneos da sociologia.

História Econômica Geral

Ementa

Antiguidade; Feudalismo; Transição para o capitalismo; Revolução Industrial e industrializações retardatárias; Imperialismo e capital monopolista; Socialismo.

Matemática Financeira

Ementa

Valor do dinheiro no tempo. Juros e desconto simples. Juros compostos. Taxas nominais, proporcionais, equivalentes e efetivas. Descontos. Equivalência de capitais. Rendas ou séries de pagamentos. Sistemas de amortização. Avaliações de investimentos.



Matemática II

Ementa

Integrais de funções de uma variável real a valores reais. Noção de Geometria Analítica. Funções de várias variáveis reais a valores reais. Derivadas parciais. Diferenciabilidade. Derivada direcional. Máximos e Mínimos.

Administração Pública Brasileira

Ementa

Trajetória da Administração pública brasileira; Princípios da Administração Pública; Modelos de administração pública (Patrimonialismo, Burocracia, Gerencialismo e Administração pública societal); Reforma do Estado e da administração pública no Brasil.

3º Período

Estatística

Ementa

Estatística descritiva. Probabilidade: Conceito, axiomas e teoremas fundamentais. Variáveis aleatórias. Distribuições de probabilidade unidimensionais. Introdução à Teoria da Amostragem. Inferência Estatística: Teoria da Estimação, Processos de decisão, Testes de Hipóteses.

Fundamentos do Estado

Ementa

Teoria do Estado e Teoria da Constituição. O Estado como uma unidade jurídica. Estado Democrático de Direito no Brasil: princípios fundamentais, direitos políticos, organização administrativa e organização dos poderes.

Ciência Política

Ementa

Estado, capitalismo e luta de classes. Estado, liberalismo e bem-comum. Ideologia, trabalho e alienação. Formas de governo e regimes políticos: democracia,



ditadura, presidencialismo, parlamentarismo, república e monarquia. Representação política: os partidos políticos, direita e esquerda. Burocracia: controle, poder e alienação. Globalização, neoliberalismo.

Matemática III

Ementa

Integrais Múltiplas. Sequência e Série numéricas. Séries de potências. Séries de Taylor. Equações diferenciais ordinárias de primeira e segunda ordem.

História do Pensamento Econômico

Ementa

Mercantilismo; Economia política clássica; Pensamento econômico socialista e Marx; Revolução marginalista; Ortodoxia neoclássica; Schumpeter; Revolução Keynesiana.

Administração Pública Contemporânea

Ementa

A modernidade e a globalização; o Estado e a administração pública compreendidas em perspectiva interdisciplinar e histórico-crítica; tendências ideológicas e desafios contemporâneos das teorias e práticas do campo.

Desenvolvimento Local e Sustentabilidade

Ementa

Aspectos conceituais e dilemas sobre desenvolvimento e crescimento econômico. Ciência e tecnologia na sociedade industrial capitalista. Articulação entre o local e o global; Relações entre a sociedade e a natureza. Desenvolvimento Humano, Social e Ambiental. Desenvolvimento sustentável: possibilidades e limites. Desenvolvimento local: perspectivas e estratégia de desenvolvimento. Movimentos ambientalistas e a pressão pela preservação ambiental. Políticas de desenvolvimento local e meio ambiente no Brasil; Participação e desenvolvimento. Metodologias participativas: diagnóstico e planejamento participativos.



Demografia

Ementa

Conceitos e variáveis em Demografia. Fontes de dados demográficos. Medidas de período e medidas de coorte. Mortalidade. Técnicas de padronização. Fecundidade e natalidade. Estrutura etária e dinâmica da população.

4º Período

Microeconomia I

Ementa

Teoria do consumidor. Abordagem ordinal da utilidade. Curvas de Indiferença. Restrição Orçamentária. Escolha do consumidor. Bens normais, inferiores, comuns, de Giffen, substitutos e complementares. Curvas de renda-consumo e preço-consumo. Preferência Revelada. Efeitos preço, substituição e renda. Equação de Slutsky. Excedente do consumidor.

Prática de pesquisa

Ementa

Os critérios de cientificidade e o senso comum (falsificacionismo de Popper, os paradigmas de Kuhn, os programas de pesquisa de Lakatos e a retórica científica). O método científico: hipóteses e evidências; dedução e indução; experimentação e observação; causalidade e correlação. Tipos de pesquisa: descritiva, explicativa, preditiva e propositiva. As especificidades das ciências sociais aplicadas: objetividade e subjetividade; descrição e prescrição. Dados quantitativos e qualitativos. Técnicas de coleta de dados (entrevistas, grupos focais e registros administrativos). Revisão de literatura; artigos científicos (modelo IMRD e modelo ensaio); mecanismos de busca de artigos. Regras da ABNT sobre formatação de trabalhos acadêmicos. Noções básicas de escrita em editores de texto, de elaboração de tabelas e gráficos em planilhas eletrônicas e de montagem de apresentação de slides. Elaboração de artigos científicos e sua apresentação em eventos científicos.



Classes e Movimentos Sociais

Ementa

Fundamentos históricos, teóricos e práticos que compreendem a construção dos entendimentos acerca de classes sociais e movimentos sociais. Luta e consciência de classe. Estudo de movimentos sociais contemporâneos. As classes sociais e os movimentos sociais no Brasil. Classes sociais e a administração pública. Movimentos sociais e a administração pública.

Fundamentos da Programação

Ementa

Conceitos básicos de algoritmos; construção de algoritmos; variáveis; expressões; identificadores; entrada de dados; operadores; vetores e matrizes; caracteres; strings; operadores lógicos; estruturas condicionais; estruturas de repetição; modularização (funções e procedimentos).

Contabilidade Social

Ementa

Conceitos básicos e introdutórios; Sistema de Contas Nacionais; Números índices; Balanço de Pagamentos; Taxa de Câmbio e Mercado Cambial; Indicadores Sociais.

Tópicos Especiais em Administração Pública I

Ementa

Conteúdos contemporâneos e em evidência relativos à Administração Pública.

Tópicos Especiais em Economia I

Ementa

Conteúdos contemporâneos e em evidência relativos às Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria.



Tópicos Especiais em Ciências Atuariais I

Ementa

Conteúdos contemporâneos e em evidência relativos às Ciências Atuariais.

5º Período

Macroeconomia I

Ementa

Modelo Clássico, Modelo Keynesiano Simplificado, Mercado de Bens, Mercado Monetário, Modelo IS-LM, Consumo e Investimento.

Introdução à Contabilidade

Ementa

Noções preliminares. Estrutural, Conceitual básica e Princípios Fundamentais da Contabilidade. Método das Partidas Dobradas. Situação Econômica e Situação Financeira. Regime de Caixa e Regime de Competência. Técnicas Contábeis. Variações do Patrimônio Líquido. Plano de contas. Escrituração e Fatos Contábeis diversos. Razonete e Balancete. Relatórios Contábeis: Balanço Patrimonial – BP, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL e Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, Demonstração do Valor Adicionado – DVA e notas explicativas.

Psicologia do Trabalho e das Organizações

Ementa

A Psicologia como ciência e seu objeto de estudo. Psicologia aplicada ao estudo do trabalho e das organizações. Comportamento humano, subjetividade, saúde e sofrimento no trabalho. Processos psicossociais envolvidos nas relações de trabalho.



Direito Constitucional aplicado à Administração Pública

Ementa

Introdução ao Direito Constitucional. Direitos Fundamentais. Administração Pública: conceito, princípios e estruturação. Noções constitucionais sobre finanças públicas.

Microeconomia II

Ementa

Isoquantas. Elasticidade de substituição. Rendimentos de escala. Maximização de lucros. Produção e custos: curto e longo prazo. Minimização de custos. Curvas de custo. Economias de escala e de escopo. Concorrência perfeita: O equilíbrio da firma competitiva. A oferta da indústria no curto e no longo prazo. Avaliação de ganhos e perdas de políticas governamentais. Monopólio. Discriminação de preços. Concorrência monopolística. Oligopólio. Mercado de fatores de produção.

Cálculo de Probabilidade

Ementa

Conceitos Fundamentais de Probabilidade. Variáveis aleatórias multidimensionais. Função Geradora de Momentos. Teorema Central do Limite. Lei dos Grandes Números.

Tópicos Especiais em Administração Pública II

Ementa

Conteúdos contemporâneos e em evidência relativos à Administração Pública

Tópicos Especiais em Economia II

Ementa

Conteúdos contemporâneos e em evidência relativos às Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria.



Tópicos Especiais em Ciências Atuariais II

Ementa

Conteúdos contemporâneos e em evidência relativos às Ciências Atuariais.

6º Período

Gestão de custos

Ementa

Custos e despesas. Custos e despesas fixas e variáveis. Custos e despesas diretas e indiretas. Métodos de custeio. Ponto de equilíbrio contábil, econômico e financeiro. Formação do preço de venda.

Instituições de Direito Privado

Ementa

Dicotomia entre Direito Público e Privado. Conceito e classificação das leis. Pessoas naturais: capacidade, personalidade e terminalidade. Pessoas jurídicas: sociedade simples e empresariais. Fatos e atos jurídicos. Noções sobre direitos das obrigações e contratos. Noções sobre Registros públicos. Noções sobre propriedade: material, intelectual e industrial.

Análise de Demonstrações Contábeis

Ementa

Estrutura das Demonstrações Financeiras, objetivos da Análise das Demonstrações Financeiras, Análise Vertical e Análise Horizontal. Análise através de índices: Índices de Estrutura de Capital, Índices de Liquidez e índices de Rentabilidade. Ciclo Operacional, Ciclo financeiro e Ciclo Econômico. Análise do Capital de Giro.

Políticas Públicas

Ementa

Principais vertentes teóricas em políticas públicas. Atores, instituições e instrumentos de políticas públicas. Tipologias e Modalidades de Políticas Públicas. Ciclos do processo de políticas: montagem de agenda, formulação, tomada de decisão política,



implementação e avaliação. A evolução das Políticas Públicas no Brasil. Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos municipais vêm assumindo quanto às políticas públicas.

Matemática Atuarial I

Ementa

Teoria das Anuidades por Sobrevivência. Seguros de vida individuais. Prêmios puros. Anuidades e Pecúlios a Prêmios Nivelados. Teoria das Reservas Matemáticas. Teoria dos Prêmios Comerciais.

Macroeconomia II

Ementa

Mercado de Trabalho, Modelo OA-DA, Curva de Phillips, Novos Clássicos, Novos Keynesianos, Ciclos Econômicos.

Tópicos Especiais em Administração Pública III

Ementa

Conteúdos contemporâneos e em evidência relativos à Administração Pública.

Tópicos Especiais em Economia III

Ementa

Conteúdos contemporâneos e em evidência relativos às Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria.

Tópicos Especiais em Ciências Atuariais III

Ementa

Conteúdos contemporâneos e em evidência relativos às Ciências Atuariais.



7º Período

Teoria das Organizações

Ementa

Mecanização organizacional. Teorias Ambientais. Indivíduo nas organizações. Cultura e simbolismo nas organizações. Poder e Política nas Organizações. Organizações como controle social.

Direito Administrativo

Ementa

Introdução ao Direito Administrativo. Administração Pública. Poderes da Administração Pública. Agentes Públicos. Ato Administrativo. Administração Direita e Indireta. Licitações, contratos e convênios. Bens públicos. Intervenções do Estado no direito de propriedade. Noções sobre controle externo da Administração Pública.

Projetos Públicos

Ementa

Projetos Públicos: conceitos, características, tipos. Elaboração de projetos públicos, tipos de elaboração e fases. Formas de captação de recursos: fundos, incentivos fiscais, instituições públicas e privadas de apoio ao desenvolvimento de projetos públicos. Gerenciamento de projetos públicos: implantação, controle, análise e avaliação.

Gestão Ambiental

Ementa

Sustentabilidade: visões e críticas. Gestão ambiental pública e o papel do gestor público. Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Políticas de gestão socioambiental. Cidades sustentáveis.



Instituições Políticas Brasileiras

Ementa

Traços constitutivos do agente público brasileiro. A incorporação de valores e costumes às instituições políticas nacionais. A “gramática” política do Brasil. Mudanças sócio institucionais contemporâneas.

Modelos de Democracia

Ementa

Democracia: conceito e história. Democracia em diferentes escalas. Democracia e seus modelos: liberal, representativa, participativa e deliberativa. Administração Pública, burocracia e democracia. Transição democrática no Brasil. Voto e reforma eleitoral no contexto brasileiro. Democracia, políticas públicas e participação social.

8º Período

Contabilidade Pública

Ementa

Noções Gerais: Campo de aplicação e abrangência do sistema contábil; Objeto da Contabilidade Pública; Regime contábil – características das receitas e despesas públicas. Receita Pública. Despesa Pública. Plano de contas da Administração Federal. Contabilização das operações típicas na Administração Federal. Balanço orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstrações das variações patrimoniais e outros demonstrativos. Tomadas e prestações de Contas. Controle Interno. Controle externo.

Gestão de Serviços Públicos

Ementa

Organização, estruturas e administração de serviços. Conceituação: serviços e serviços públicos. Características e classificação de serviços. Atividade meio e atividade fim na Administração Pública. Tipos de serviços públicos. Privatização e a regulação econômica no Brasil. A gestão dos Serviços Públicos. Monitoramento, avaliação e



controle de processos de Serviços Públicos. Qualidade em serviços. Responsabilidade do Estado por ação ou omissão na prestação de serviços públicos.

Direito Financeiro e Tributário

Ementa

Normas de Direito Financeiro na Constituição. Visão geral sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Princípios tributários. Classificação dos tributos. Competência tributária. Imunidades e isenções. Obrigação tributária. Fato gerador. Sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária. Lançamento. Suspensão e extinção da obrigação tributária. Administração tributária.

Avaliação de Políticas Públicas

Ementa

A importância da avaliação na gestão pública. O papel da avaliação no ciclo da política pública. Institucionalização da avaliação de programas. Conceitos de monitoramento e avaliação de Políticas Públicas. Tipologia, funcionalidade e construção de indicadores para Políticas Públicas.

Território e Espaço Público

Ementa

Território e subjetividade. Apropriação e ocupação de territórios urbanos. A política e o político no espaço urbano. Espaço urbano e espaço público. A cidade como questão. Contra-usos da cidade. Trajetórias sociais e práticas políticas. Fluxos, circulação e fronteiras. Territorialidades e embates entre gestão e políticas.

Arranjos Institucionais Contemporâneos

Ementa

Os novos paradigmas para a administração pública, a administração pública como sistema e suas relações, parcerias público privadas, Terceirizações, Concessionárias, Permissionárias, consórcios, as agências reguladoras, OSCIPs.



Trabalho de Conclusão de Curso I

Ementa

Metodologia de pesquisa; Elaboração de Projeto de pesquisa. Realização de pesquisa e elaboração do trabalho de conclusão de curso.

9º Período

Gestão de Pessoas no Setor Público

Ementa

Gestão de pessoas nas organizações: histórico, evolução, objetivos, políticas e funções. Subjetividade e gestão: tendências e desafios. Especificidades das relações de trabalho e da gestão de pessoas no setor público brasileiro. Subsistemas de gestão de pessoas e suas aplicações na esfera pública.

Gestão Pública Municipal

Ementa

Administração pública e o território: reflexões a partir dos municípios. A organização dos poderes no município. Relações interorganizacionais: autonomia, centralização e descentralização. O estatuto da cidade e os planos diretores: reflexões críticas sobre os processos. Perfil dos municípios brasileiros: dilemas urbanos e conflitos sociais. Os novos papéis dos governos locais e a ampliação da agenda local. Inovações nas políticas locais.

Ética na Administração Pública

Ementa

Ética na Administração Pública Ética e moral; crise ética; ética, política e poder; ética profissional na administração pública; responsabilidade social; políticas afirmativas e questões étnico-raciais; responsabilidade civil.



Finanças e Orçamento Público

Ementa

Atividade Financeira do Estado. Regulação da Economia. Política Fiscal e Monetária. Eficiência e eficácia nas Finanças Públicas. Qualidade dos Gastos Públicos. Avaliação e análise financeira de políticas públicas. Lei de Responsabilidade Fiscal. Orçamento Programa. Orçamento Participativo.

Planejamento Governamental

Ementa

Conceitos básicos em estratégia e planejamento. Planejamento governamental: Evolução do planejamento governamental no Brasil, abordando as dimensões gerencial (metodologias/processos), orçamentária, política e econômica, compreendidas historicamente. O processo estratégico governamental e a importância do planejamento para o desenvolvimento institucional. Principais metodologias e instrumentos de Planejamento; Formulação e implementação de estratégias públicas; Sistemas de avaliação de indicadores e controle estratégico. Instrumentos de planejamento público (PPA, LDO, LOA, planos setoriais): O Plano Plurianual; Integração entre PPA e orçamento; Compatibilidade entre PPA, LDO e LOA; Relação do Plano Plurianual de Ação com o planejamento de longo prazo.

Trabalho de Conclusão de Curso II

Ementa

Desenvolvimento de pesquisa e análise de dados. Trabalho de conclusão de curso será desenvolvido sob a orientação de um professor responsável, dentro dos temas relevantes e atuais da Administração Pública.



IV – DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO DO CURSO

9. Metodologia de ensino

Todo processo de ensino passa pela definição dos objetivos ou finalidades do que é ensinar, que, consonante aos pressupostos político-pedagógicos do curso de bacharelado em Administração Pública da UNIFAL-MG, é entendido aqui como um conjunto de ações que não pode se pautar apenas no desenvolvimento das capacidades cognitivas dos(as) estudantes, mas também de sua autonomia e sua capacidade de inserção e atuação social. Por esta razão, tratar da metodologia de ensino, em um curso de nível superior de uma universidade pública federal, pressupõe a consideração do caráter de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, constituidores dos pilares da educação universitária, bem como a questão da interdisciplinaridade.

No curso, a interdisciplinaridade, compreendida como processo de diálogo contínuo entre Unidades Curriculares e saberes, é continuamente buscada em sala de aula e permanentemente discutida fora dela, pois constitui o núcleo de sua metodologia de ensino. A estrutura do curso favorece a conexão e integração dos diferentes saberes numa síntese que transcende os saberes compartimentados, a partir da redefinição da atitude docente rumo a um trabalho de cooperação contínua e reorganização do processo de ensino-aprendizagem. Esse processo se reflete nos bacharelados específicos oferecidos pelo ICSA/UNIFAL-MG, como o bacharelado em Administração Pública.

Nesse sentido, os cursos oferecidos pela UNIFAL-MG, no câmpus Varginha, não possuem estrutura acadêmica departamentalizada e seu corpo docente possui formação variada, contribuindo diretamente para a discussão e incorporação de diferentes saberes às UCs. De modo complementar, como já mencionado, os cursos contam com dois importantes programas de consolidação do ensino interdisciplinar: o PIEPEX e o PTA. Tais programas possuem regulamentação específica.

Outra peculiaridade do curso é a variedade do tamanho das turmas, o que exige metodologias de ensino alternativas. Nas UCs diretas obrigatórias, nas obrigatórias dos três últimos períodos, nas eletivas ou nas optativas, as turmas são menores. No entanto, nas UCs Obrigatórias dos seis primeiros períodos, as turmas são grandes. Neste último caso específico, o PIEPEX e o PTA contribuem para amenizar a distância entre docente



e discente, resultante do tamanho dessas turmas. Além disso, a tecnologia torna mais efetiva a comunicação entre docente e discente, por meio da plataforma Moodle, recurso didático inovador que possibilita que o(a) docente disponha de materiais de apoio ao estudo bem como atividades de ensino-aprendizagem na modalidade de Educação Aberta à Distância (EAD).

A UNIFAL-MG vem desenvolvendo a modalidade de EAD desde 2005, quando foi criado o Centro de Educação Aberta e à Distância (CEAD). Este órgão é responsável pela coordenação, supervisão, assessoramento e prestação de suporte técnico a execução de atividades na área de EAD. O curso de Administração Pública utiliza as ferramentas de Educação à Distância já existentes no CEAD-UNIFAL-MG. Os recursos disponíveis servem como suporte ao ensino presencial no curso, no qual, são utilizadas as tecnologias do CEAD para facilitar o acesso aos conteúdos das UCs, bem como, outros recursos que são empregados na aplicação de avaliações e discussões no ambiente virtual de aprendizagem.

Por fim, complementando o PTA, existem ainda as atividades de monitoria remunerada e voluntária, que ajudam a equacionar o problema do tamanho das turmas, mas não retiram o desafio de se buscar metodologias de ensino que possam lidar com discentes tão heterogêneos em sua formação. O estímulo constante, por parte dos(as) docentes, ao estudo individual e em grupo e à busca ativa de conhecimento, aliado às bolsas de assistência estudantil, que garantem as condições mínimas de manutenção do(a) discente, compõem um caminho promissor para lidar com essa peculiaridade do curso.

Consonante com a integração ensino-pesquisa-extensão que caracteriza a metodologia de ensino no bacharelado em Administração Pública da UNIFAL-MG, o seu corpo docente dedica-se também a atividades de pesquisa e pós-graduação, como forma de aprimoramento das discussões dentro e fora de aula na graduação. Tal integração se faz importante em virtude de que o(a) docente pesquisador(a) precisa ser capaz de lidar com conhecimentos oriundos de diversos campos para a compreensão de fenômenos e eventos, articulando, assim, saberes interdisciplinares e despertando nos(as) discentes, tanto em sala de aula quanto em atividades de extensão e iniciação científica, a habilidade de análise reflexiva interdisciplinar para a condução de pesquisas e a proposição de alternativas para a resolução de problemas da realidade social.



Nesse processo, as atividades de ensino e pesquisa se retroalimentam e se completam na formação acadêmica do(a) discente e nas atividades de ensino e pesquisa do docente. A maior parte das pós-graduações e das atividades de pesquisa no país está concentrada nas universidades públicas, federais e estaduais. Sem dúvida, essa é uma das principais razões pelas quais essas universidades se destacam nos indicadores de qualidade do ensino de graduação. O grande desafio atualmente é alargar a ponte que integra graduação e pós-graduação.

Concluindo a apresentação da metodologia de ensino do bacharelado em Administração Pública da UNIFAL–MG, o mesmo oferece ainda a possibilidade de realização de estágio supervisionado não obrigatório aos(as) discentes, no qual, com a orientação de um(a) docente do ICESA e de um(a) profissional supervisor(a) na organização, os(as) discentes podem viver a experiência profissional em uma organização pública (seja governamental ou não-governamental) como mais uma forma de desenvolver suas habilidades analíticas reflexivas, articulando teoria e prática, tal como já vêm desenvolvendo em sala de aula, bem como nas atividades de extensão e pesquisa.

A partir da metodologia de ensino apresentada, espera-se que o processo de ensino-aprendizagem se torne significativo para os(as) estudantes, permitindo seu papel ativo dentro e fora de sala de aula e proporcionando-lhes experiências que permitam explorar, analisar e comparar saberes e conhecimentos com suas experiências vividas e profissionais, a fim de que se tornem profissionais capazes de avaliar situações diversas, de maneira autônoma e reflexiva, e propor formas de atuação e transformação de suas realidades sociais e profissionais sempre que julgarem necessário. A fim de despertar a consciência crítica e o espírito questionador e reflexivo dos(as) estudantes, as diversas atividades do PIEPEX, bem como as próprias Unidades Curriculares do curso, vêm desenvolvendo temas transversais de relevância à Administração Pública, como as relações de trabalho, a história política brasileira e os novos cenários políticos contemporâneas, a história e a cultura de povos africanos e indígenas, as relações raciais, o meio ambiente, as relações de gênero, os direitos humanos, os movimentos sociais urbanos e rurais, as organizações não-governamentais, dentre outras temáticas contemporâneas de relevância para a formação crítica dos(as) estudantes.



Com essa proposta metodológica de ensino, acredita-se, portanto, abranger conteúdos não só conceituais, mas também procedimentais e atitudinais, visão refletida na definição da metodologia de avaliação, apresentada no item seguinte.

10. Metodologia de avaliação

A avaliação precisa romper com as finalidades exclusivas de seleção, regulação e hierarquização que lhe são comumente atribuídas. Sobretudo em relação ao ensino superior público, julga-se necessário que a avaliação precisa considerar o papel da universidade pública brasileira como espaço social de produção, compartilhamento e divulgação de conhecimentos, visando à formação de profissionais aptos(as) para a resolução de problemas sociais e comprometidos(as) com as consequências de suas ações para a sociedade, atuando também como lugar que oportunize o acesso à cultura universal e às diversas ciências, bem como resgatando as culturas populares existentes em meio da(s) cultura(s) nacional(is) e valorizando-a(s).

Diante do papel da universidade pública brasileira, não basta que a metodologia de avaliação se pautar exclusivamente em aspectos meramente quantitativos de produtividade acadêmica e de formação de egressos(as), mas que se preocupe com o ensino superior enxergado de maneira ampla, abrangendo as ações de ensino, pesquisa e extensão em conjunto, consonante com a metodologia de ensino adotada no curso.

Assim, em termos de ensino, é preciso reconhecer a existência de diferentes tipos de conteúdo que precisam ser abordados, a saber: os conteúdos conceituais, os conteúdos procedimentais e os conteúdos atitudinais. Os conteúdos conceituais consistem no conhecimento de fatos, teorias e conceitos que, embora extremamente importantes à formação dos futuros(as) administradores(as) públicos(as), não podem ser os únicos conteúdos privilegiados no processo de ensino, nem em sua avaliação. É preciso que a metodologia de avaliação aborde também os conteúdos procedimentais, que se fazem conhecer pelo exercício analítico de reflexão sobre a própria situação dos(as) estudantes como sujeitos(as), bem como sobre suas atividades, além da realização de ações proporcionadas pelos projetos de extensão, pesquisa, monitorias e estágios. Por fim, é necessária a avaliação do ensino no tocante aos conteúdos atitudinais, para que os(as) estudantes se tornem capazes de adotarem atitudes éticas e responsáveis diante da



realidade social que encontrarão como administradores(as) públicos(as), preocupando-se com as consequências de suas ações e avaliando-as em termos não só de sua adequação com as normas morais da sociedade brasileira, mas também com os valores que norteiam suas decisões profissionais.

A avaliação, portanto, deve servir para se conhecer se os objetivos do ensino, abarcando a relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão – abordados na metodologia de ensino – e entre os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, vem ocorrendo de acordo com a intencionalidade de formação crítica e global dos(as) estudantes, expressa no projeto político pedagógico. Este documento, por definir tal intencionalidade, bem como as ações e escolhas pedagógicas e políticas que orientam os objetivos do curso, constitui o primeiro objeto de avaliação do curso, como se discute a seguir.

10.1. Avaliação do projeto político pedagógico

O projeto político-pedagógico de um curso superior define suas opções políticas, intencionalidades e o perfil profissional desejado aos(às) egressos(as), buscando organizar não apenas currículos, mas também analisar condições reais e objetivas para o direcionamento de esforços, visando o alcance dos compromissos a que o curso se propõe. Em virtude da proposta do curso de bacharelado em Administração Pública da UNIFAL–MG se voltar para a formação global e crítica de todos(as) os(as) envolvidos(as), como já expresse, torna-se fundamental o questionamento a respeito de seu próprio projeto político-pedagógico, visto que este deve refletir tal compromisso e favorecer a construção da identidade do curso sob esta orientação.

A proposta político-pedagógica do curso não pode ser encarada, portanto, como mero artefato técnico e, por esta razão, a sua intencionalidade deve ser objeto central de sua avaliação, visto que é ela que lhe garante clareza. Tal intencionalidade deve decorrer da reflexão e posicionamento dos membros do curso perante a sociedade, o papel do(a) administrador(a) público(a) e da universidade pública. Para tal, é que o projeto político-pedagógico precisa ser fruto da reflexão coletiva dos(as) envolvidos(as) no curso, buscando clareza em sua intencionalidade, e sua construção deve se pautar pela autocrítica constante para que favoreça a crítica ao que se encontra previamente



estabelecido, a fim de colaborar para que o curso transcorra na direção de sua intencionalidade expressa e dos compromissos sociais e de formação profissional a que se propõe.

Nesta perspectiva, a sistematização de um projeto pedagógico é processual e sua avaliação deverá oportunizar a interlocução entre as pessoas envolvidas em sua dinâmica. A análise da qualidade e adequação do que foi planejado será feita por meio de instrumentos de avaliação das UCs e do aprendizado, que constituirão indicadores para acompanhamento do curso e do projeto pedagógico. Serão utilizados instrumentos pontuais e contínuos, que darão subsídios às discussões e avaliações do Núcleo Docente Estruturante, que atua no âmbito do curso, conforme apresentado a seguir:

Avaliações pontuais:

- Avaliação das Unidades Curriculares, realizada semestralmente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), seguindo normas próprias.
- Fóruns de discussão do curso, realizados semestralmente, ou quando se considerar necessário, pelo NDE, para avaliar alguns aspectos relativos ao projeto pedagógico do curso, com relação às questões estruturais e pedagógicas. Os(as) acadêmicos(as) serão incentivados a participar, sugerindo questões aos coordenadores.
- Reuniões dos(as) acadêmicos(as) com os(as) docentes tutores(as) e coordenador(a) do PTA, nas quais eles terão a oportunidade de apresentar dúvidas ou problemas relativos ao curso, UCs, estrutura do câmpus e outras relacionadas à vida acadêmica. As questões obtidas das reuniões do PTA são encaminhadas aos responsáveis no âmbito do curso.
- Análises e pareceres realizados pelo colegiado de Curso, a fim de coordenar e supervisionar o funcionamento do curso, além de estabelecer mecanismos de orientação acadêmica aos estudantes.

Avaliações contínuas:

- Avaliações em cada UC ou estágio, incentivado o diálogo entre docentes e discentes, enquanto as diversas UCs ou estágios estão em andamento, para que haja um debate frequente no decorrer do curso e a solução de possíveis problemas.
- Atendimento individualizado a discentes realizados pelos(as) docentes tutores(as) e coordenador(a) do PTA para o tratamento de assuntos pertinentes à vida acadêmica.



Os resultados das avaliações do curso subsidiam o processo de avaliação do Projeto Pedagógico por parte do NDE, que possui as funções definidas por resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

A avaliação se coloca, portanto, como momento do processo de ensino-aprendizagem em que seus agentes buscam rever e refletir a respeito do caminho que vem sendo percorrido pelo curso, proporcionando a sua crítica, interrupção e/ou alteração para que seja possível o alcance da proposta político-pedagógica do curso, visando manter e aprimorar a sua identidade e reforçando, ao longo da caminhada do curso, seu compromisso com a formação global e crítica de futuros(as) administradores(as) públicos(as).

10.2. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação de ensino aprendizagem do curso de Administração Pública tem como princípio a busca pela diversidade de metodologias no intuito de não se prender exclusivamente às provas ao final do conteúdo. Partindo desse princípio, adota-se como diretriz orientadora, a metodologia particular dos(as) docentes de cada UC, uma vez que cada conteúdo pode prezar por metodologias específicas de avaliação. Dessa forma, metodologias avaliativas como provas dissertativas, provas de múltipla escolha, seminários, sabatinas, relatórios, debates, dentre outros, podem configurar como metodologias de avaliação no processo de ensino-aprendizagem. O processo de avaliação do processo ensino-aprendizagem atenderá ao disposto no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UNIFAL - MG.

O propósito central do curso é a elaboração de avaliações que, de fato, atendam aos conteúdos expostos em sala, a partir das ementas das UCs, prezando pela adoção de uma abordagem construtiva e formativa. Construtiva, pois entende-se que, dada a multidisciplinaridade na formação do(a) discente, há ampla necessidade de formatos que não priorizem apenas uma forma de análise da construção social. Formativa, por compreender a necessidade de fortalecimento do conteúdo trabalhado pelo(a) docente ao longo de UCs que se complementam e que permitam ao(à) discente visualizar sua contribuição enquanto profissional formado a partir de diferentes áreas.



10.3. Avaliação interna do curso

A avaliação interna do curso de Administração Pública consiste em um processo contínuo, permanente e participativo, buscando o aprimoramento e qualidade no que tange às demandas dos(as) discentes, dos(as) docentes e da própria UNIFAL-MG. Assim, a avaliação principal é realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), prevista pela Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Conforme descrito no Art. 11 da respectiva lei:

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

- I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;
- II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior. (BRASIL, 2004).

Destarte, a composição da CPA dar-se-á por representantes discentes, docentes, técnicos(as) administrativos(as) e representantes da sociedade civil organizada.

O objetivo da CPA é coordenar, conduzir e articular o processo contínuo de autoavaliação da UNIFAL-MG, em todas as suas modalidades de atuação, com o intuito de fornecer informações sobre o desenvolvimento da instituição, bem como acompanhar as ações implementadas para a melhoria de qualidade do ensino e de seus possíveis impactos sociais. Complementarmente, os resultados apresentados nos relatórios da CPA são discutidos nos fóruns e reuniões realizadas pelo NDE do curso de Administração Pública e, posteriormente, encaminhados para discussões nas reuniões de colegiado do



curso. O propósito dessa ação é garantir sinergia entre as diferentes instâncias do curso, na busca de forma articulada, pela constante melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Ao colegiado do curso de Administração Pública, cabe, além do supracitado, o uso de diferentes abordagens e indicadores para o acompanhamento do curso, avaliando continuamente o aperfeiçoamento da dinâmica curricular bem como do aprendizado do discente. Este trabalho torna-se possível, uma vez que cabe a este órgão ouvir toda a comunidade acadêmica e não acadêmica do município de Varginha-MG.

10.4. Avaliação externa do curso

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela lei 10.861, de 14 de Abril de 2014, é constituído pelas dimensões: avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos(as) estudantes. Além de considerar na avaliação das instituições o tripé ensino, pesquisa e extensão, leva em consideração a responsabilidade social, o desempenho dos(as) discentes, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e outros aspectos.

A avaliação institucional considera 10 dimensões: missão e PDI; política para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; responsabilidade social da IES; comunicação com a sociedade; políticas de pessoal e carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; organização de gestão da IES; infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento aos(às) estudantes; sustentabilidade financeira.

A avaliação dos cursos é feita a partir de 3 dimensões: organização didático-pedagógica; perfil do corpo docente; e instalações físicas. A avaliação dos(as) estudantes é feita por meio do ENADE, na qual, periodicamente, no final do primeiro e do último ano, discentes dos cursos de graduação se submetem a uma prova.

Os resultados das avaliações do SINAES permitem avaliar a qualidade dos cursos e instituições de ensino superior. Para tanto, possui como instrumentos complementares a auto-avaliação, avaliação externa, ENADE, avaliação dos cursos de graduação, censo e cadastro (que são instrumentos de informação). O processo de avaliação é coordenado e supervisionado pela Comissão Nacional de Educação Superior (CONAES), mas a operacionalização fica a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).



10.5 Políticas de apoio à permanência

As políticas de apoio à permanência subdividem-se em dois grupos: atividades acadêmicas e atividades voltadas para assistência estudantil. Com relação às atividades acadêmicas, destacam-se:

- Acompanhamento pedagógico dos(as) discentes deficientes pela comissão que compõe o PTA, por meio de reuniões específicas para este fim;
- Monitorias: são realizadas por discentes pré-selecionados(as) através de avaliações dos(as) docentes das unidades curriculares. São oferecidas com o propósito de que os(as) discentes possam aperfeiçoar seus conhecimentos nos conteúdos oferecidos;
- Turmas especiais sob regime de dependência: oferecidas em turmas menores que as tradicionalmente ofertadas no curso, nas quais o(a) docente busca promover a recuperação e o aprendizado das unidades curriculares por parte dos(as) discentes.

A existência de laboratório de informática e de biblioteca adequados também contribui para o bom desempenho acadêmico dos(as) discentes. Outra atividade importante são os relatórios semestrais de acompanhamento do desempenho dos(as) discentes, nos diversos períodos do curso. O objetivo destes relatórios é entender as causas do baixo desempenho acadêmico e propor soluções para a melhoria do desempenho acadêmico e apoio a permanência no curso.

No que se refere à assistência estudantil, a instituição oferece os seguintes recursos:

- Auxílio alimentação – apoio financeiro para estudantes custearem despesas de alimentação.
- Auxílio creche – apoio financeiro oferecido a estudantes que tenham filhos(as) até 6 anos de idade.
- Auxílio permanência – suporte financeiro para custear despesas de moradia e transporte.
- Auxílio a atividades pedagógicas – apoio pecuniário aos(as) estudantes nos seguintes casos: atividades de campo, participação em eventos científicos e culturais, isenção de taxas em eventos científicos e culturais da UNIFAL–MG, curso de idioma, participação em eventos esportivos representando a UNIFAL–MG, apoio pedagógico



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG
Câmpus Varginha - MG
Avenida Celina Ferreira Ottoni, 4000 - Padre Vitor
Varginha - MG. CEP: 37048-395



para participação em eventos de representação do movimento estudantil oficiais do DCE, DAs e CAs.

Deve-se destacar, ainda, que a existência de uma boa estrutura física do câmpus, formada pela cantina, Restaurante Universitário (RU), área de convivência e área esportiva, contribui significativamente para a melhor e mais rápida adaptação dos(as) discentes à vida estudantil.



V – ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

11 O câmpus da UNIFAL-MG em Varginha-MG

A UNIFAL-MG, por meio de parceria com o poder municipal, tem uma área de, aproximadamente, 135.000 m² na qual foi instalada seu câmpus. Este possui localização privilegiada, distante aproximadamente 4 km do centro da cidade, em local de fácil acesso, servido por importantes avenidas que se conectam à BR-491 e ao centro da cidade. A região possui comércio bem desenvolvido e independente do centro comercial da cidade, proporcionando facilidades e conforto aos(as) estudantes, e dispõe de áreas que possibilitam expansão futura da Universidade. A área também é próxima ao Batalhão da Polícia Militar, o que proporciona segurança à comunidade acadêmica e à estrutura do câmpus. Também há a Unidade de Pronto Atendimento – UPA próxima ao câmpus.

A estrutura física do câmpus contempla, atualmente, 4 prédios em uso. O prédio A tem cerca de 1.200 m² e é neste prédio que está alocado a estrutura administrativa e acadêmica. Possui sala de reunião, atendimento a discentes, sala de reprografia, sala de aula e laboratório de informática para pós-graduação e pesquisa.

O prédio B, de dois andares, tem área de 2.200 m², com 7 salas de aula com capacidade para 70 discentes e um laboratório de informática com 48 computadores. Os computadores do laboratório disponibilizam acesso ao portal de periódicos da CAPES e têm a seguinte configuração: Sistema Operacional Windows Vista Business – Service Pack 2 - 32 bits, Processador: *Pentium Dual Core*, Memória: 2GB, Disco Rígido: 300GB. Para atividades de extensão, pesquisa e representação estudantil, são disponibilizadas salas para o PET - Programa de Educação Tutorial, Empresa Júnior, ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e DAFF – Diretório Acadêmico Florestan Fernandes.

A versatilidade é uma característica do projeto dessas salas, uma vez que podem ser divididas em salas menores ou ainda serem usadas como auditórios. Quanto ao prédio D, esse possui três andares e é o maior prédio do câmpus, com área construída de 4.000 m². Neste espaço está instalada a biblioteca com 450 m², salas individuais para 66 professores, 1 laboratório de informática, 1 auditório, cantina e 6 salas de aula.



É importante ressaltar que o câmpus conta com ruas e estacionamentos asfaltados, além de redes de esgoto, água e energia elétrica e está em processo de consolidação da sua estrutura física com a construção de novos prédios, conforme pactuado entre o Ministério da Educação e a UNIFAL-MG.

Dessa forma, o câmpus foi concebido para atender às necessidades da graduação, pós-graduação e atividades administrativas.

12. Recursos físicos, tecnológicos e outros

O câmpus Varginha da Universidade Federal de Alfenas conta com área de aproximadamente 135.000 m², onde está alocado o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Este possui localização privilegiada, distante aproximadamente 4 km do centro da cidade, em local de fácil acesso, servido por importantes avenidas que se conectam à BR-491 e ao centro da cidade. A região possui comércio bem desenvolvido e independente do centro comercial da cidade, proporcionando facilidades e conforto aos(as) estudantes, e dispõe de áreas que possibilitam expansão futura da Universidade. A área, também, é próxima ao Batalhão da Polícia Militar, o que proporciona segurança à comunidade acadêmica e à estrutura do Câmpus. Também há a Unidade de Pronto Atendimento – UPA próxima ao Câmpus.

A estrutura física do câmpus contempla, atualmente, 4 prédios para o desenvolvimento de atividades administrativas e 2 prédios adicionais, sendo um onde funciona o Restaurante Universitário e outro denominado “Serviços Gerais”, onde funciona parte da área administrativa, informática, transportes, almoxarifado e oficinas de manutenção. Além destes, conta também com uma área esportiva composta de um ginásio coberto, uma quadra poliesportiva descoberta e um campo de futebol “society” que são servidos por depósito e vestiários. O Quadro IX apresenta a distribuição de área construída, em m².



Quadro IX - Área de construção por prédio

Prédio	Área construída
A	1235,70
B	1498,16
C	1177,28
D	4300,14
X	32,64
Centro Esportivo	3545
Restaurante Universitário	1000
Serviços Gerais	2390
TOTAL DE ÁREA CONSTRUÍDA	15.178,92 m²

No prédio A, estão alocadas a estrutura administrativa e acadêmica. Possui sala de reunião, atendimento a discentes, sala de reprografia, sala de aula diferenciada, além de laboratório de informática para pós-graduação e pesquisa que conta com 18 computadores, ar-condicionado e “datashow”.



Laboratório para pós-graduação e pesquisa



Laboratório para pós-graduação e pesquisa



16. 5. 2012

Prédio A – Sala de aula diferenciada



O prédio B, de dois andares, possui 7 salas de aula com capacidade para 70 discentes cada uma e um laboratório de informática com 48 computadores. Os computadores do laboratório disponibilizam acesso ao portal de periódicos da CAPES e têm a seguinte configuração: Sistema Operacional Windows Vista Business - Service Pack 2 - 32 bits, Processador: Pentium Dual Core, Memória: 2GB, Disco Rígido: 300GB.

Para atividades de extensão, pesquisa e representação estudantil, são disponibilizadas salas para o PET - Programa de Educação Tutorial, Empresa Júnior, ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Sala de Convivência Discente.



Laboratório – Prédio B

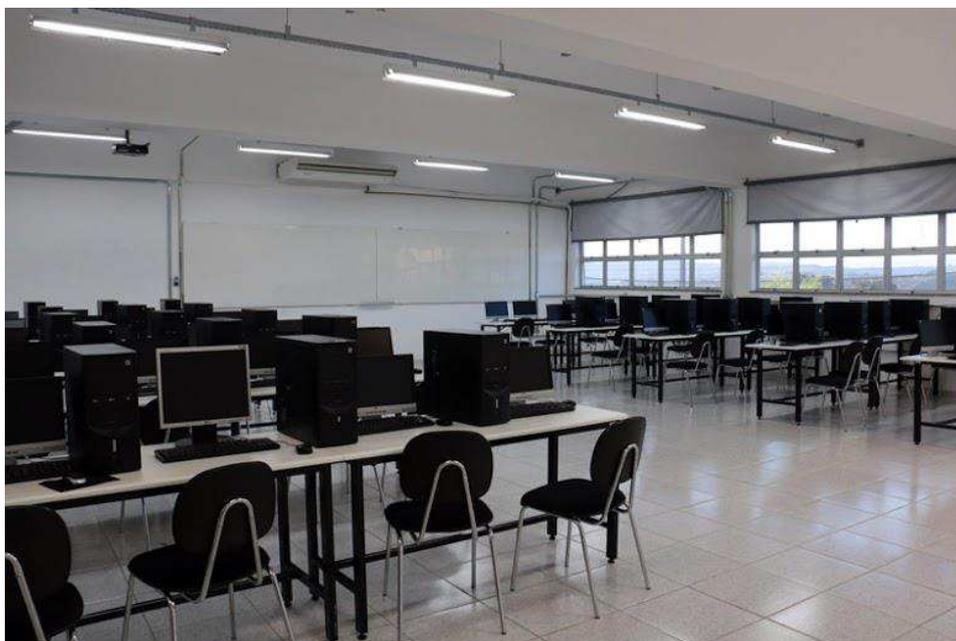
O laboratório do prédio B fica aberto das 07:00 às 22:30 hs. para uso dos(as) discentes e conta com uma estagiária da área tecnológica para auxiliá-los(as).

O prédio C, térreo, conta com quatro salas de aula com capacidade de 80 discentes cada uma, além de uma sala com capacidade para 150 discentes sendo que esta possui dois “datashows” e sistema de som.

Quanto ao prédio D, esse possui quatro andares e é o maior prédio do câmpus, com área construída de 4.300 m². Neste espaço está instalada a biblioteca com 450 m²,



salas individuais para 66 professores(as), 1 laboratório de informática com 40 computadores utilizados para aulas diversas, 1 auditório, cantina e 6 salas de aula.



Prédio D - Laboratório de Informática



Prédio D – Auditório



É importante ressaltar que o câmpus conta com ruas asfaltadas e estacionamentos para professores(as) e servidores(as) administrativos(as), além de redes de esgoto, água, energia elétrica, internet com link de 100 Mb (reais), além de contar com manutenção constante da estrutura física e equipamentos, visando recursos para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Desta forma, a infraestrutura do câmpus foi concebida para atender às necessidades da graduação, pós-graduação e atividades administrativas.

Nesse sentido, pode-se dizer que o ICSA tem à sua disposição, instalações físicas adequadas para desenvolvimento das atividades dos cursos ofertados: BICE, Ciências econômicas com ênfase em Controladoria, Administração Pública e Ciências Atuariais, além de contar com Programa de Pós-graduação stricto sensu - mestrado em Gestão Pública e Sociedade, Programa de Pós-graduação stricto sensu - mestrado em Economia e o PROFIAP – Mestrado Profissional em Administração Pública em rede nacional. O câmpus Varginha conta também com o curso de especialização lato sensu em Controladoria e Finanças e o curso de especialização lato sensu em Gestão Pública Municipal em parceria com a UAB – Universidade Aberta do Brasil.

Os gabinetes de trabalho da direção do câmpus, ICSA, dos(as) coordenadores(as) dos cursos, dos(as) integrantes do NDE e docentes em tempo integral são equipados com computadores conectados à internet. Já todas as salas de aulas são equipadas com computador, aparelho multimídia, ventiladores, sistema de áudio (Sala C-108) e quadro branco, atendendo aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessárias à atividade desenvolvida.

O câmpus conta também com rede “wi-fi” para uso de discentes(as) e servidores(as).

12.1 Biblioteca

A biblioteca setorial do câmpus Varginha (BSCV), junto com a biblioteca central (Alfenas) e a biblioteca setorial do câmpus Poços de Caldas, faz parte do sistema integrado de bibliotecas da UNIFAL-MG. Um dos principais objetivos das bibliotecas é dar suporte e apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da graduação



e pós-graduação, de forma a oferecer subsídios às diferentes linhas de pesquisa acadêmica.

A atualização do acervo bem como a aquisição de materiais bibliográficos visa contemplar as bibliografias básicas e complementares das UCs que compõem a dinâmica curricular dos cursos.

As bibliotecas da UNIFAL-MG possuem convênio com a Rede Bibliodata-FGV (rede nacional de catalogação cooperativa), visando agilizar os serviços de catalogação e redução dos custos, além da difusão do acervo bibliográfico. A biblioteca está totalmente automatizada com o software de gerenciamento *Sophia*, que permite a integração dos acervos das bibliotecas da universidade, possibilitando aos(às) usuários acesso aos materiais de todas as áreas do conhecimento através do empréstimo entre bibliotecas.

O acervo da biblioteca central, situada em Alfenas, conta atualmente com 9.000 títulos ofertados em 39.805 exemplares. Quanto aos periódicos, são 1.061 títulos distribuídos em 35.185 exemplares. Neste acervo estão incluídas obras e periódicos das áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Sociais e Ciências Humanas. O acesso ao acervo e aos serviços da biblioteca pode ser feito por meio do software *Sophia*. Os(as) usuários(as) podem consultar via internet o acervo da biblioteca, realizar levantamentos bibliográficos e fazer reservas e renovações das obras requeridas.

A Biblioteca oferece aos(às) usuários(as) os seguintes serviços:

- Atendimento a usuários(as): orientação a usuários(as) quanto à recuperação das informações no acervo e a utilização dos serviços oferecidos;
- Empréstimo domiciliar;
- Renovação de empréstimos;
- Sistema de reserva de livros;
- Consulta à base local e remota;
- Acesso ao Portal de Periódicos da CAPES;
- Acesso às bases de dados online;
- Levantamento bibliográfico online quando solicitado;
- COMUT e BIREME: serviços de comutação bibliográfica que permitem localizar e solicitar cópias de artigos de periódicos e teses no Brasil e no exterior;



- Intercâmbio de publicações;
- Acesso à internet para discentes, professores(as) e técnicos(a) administrativos(as);
- Treinamento de usuários(as);
- Visita orientada;
- Catalogação na fonte;
- Orientação na normalização de trabalhos técnico-científicos.

A biblioteca do câmpus de Varginha atualmente dispõe do seguinte acervo:

Quadro X – Acervo da Biblioteca do Câmpus de Varginha

Obras	Nº de títulos	Nº de exemplares
CD-ROM	7	7
Dissertações e teses	24	24
DVD	14	15
Livros	3382	9063
Notebook (para empréstimo a discentes carentes)	1	20
Periódicos	132	2955
Total	3560	12084

A consulta ao acervo é aberta à comunidade em geral, sendo que a biblioteca oferece, ainda, aos usuários os seguintes serviços cooperativos e convênios:

- BIREME - Centro Latino Americano e do Caribe de informações em Ciências da Saúde - Rede Nacional;
- IBICT/BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações;
- IBICT/CCN - Catálogo Coletivo Nacional;
- IBICT/COMUT - Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadadas;
- PORTAL PERIÓDICOS CAPES;
- REDE BIBLIODATA (FGV) - Rede Nacional de Catalogação Cooperativa;
- ISI - Web of Science.



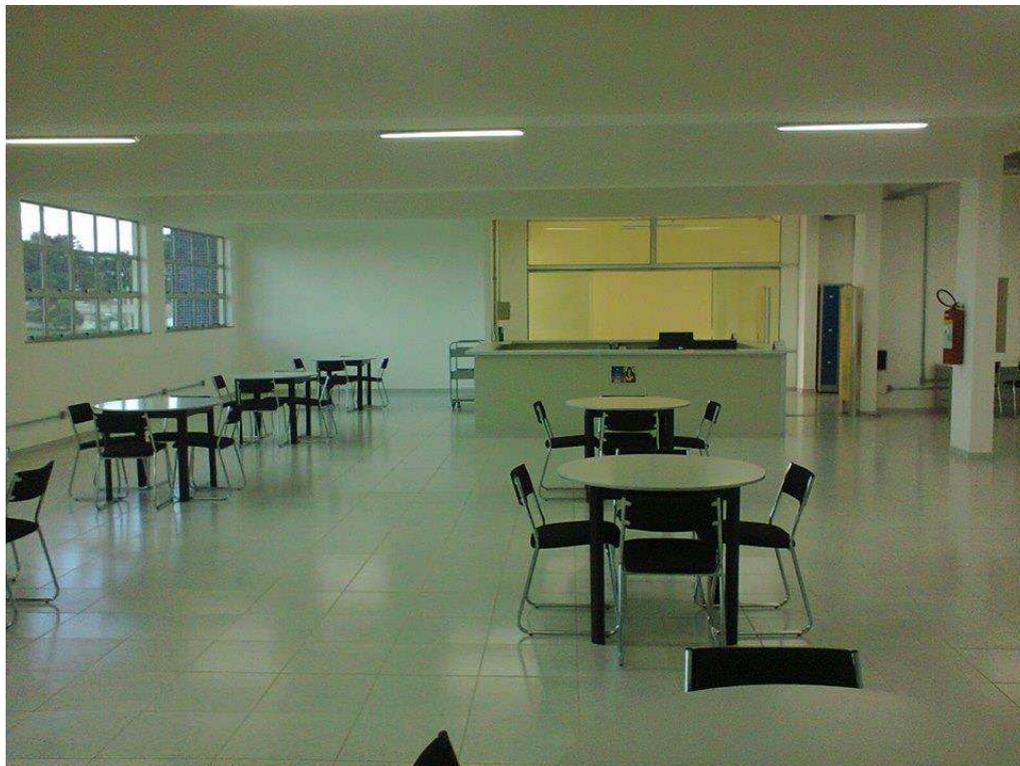
A BSCV, também, está totalmente automatizada com o software SophiA. Ela conta atualmente com 4 computadores, que funcionam como terminais de consulta e pesquisa.



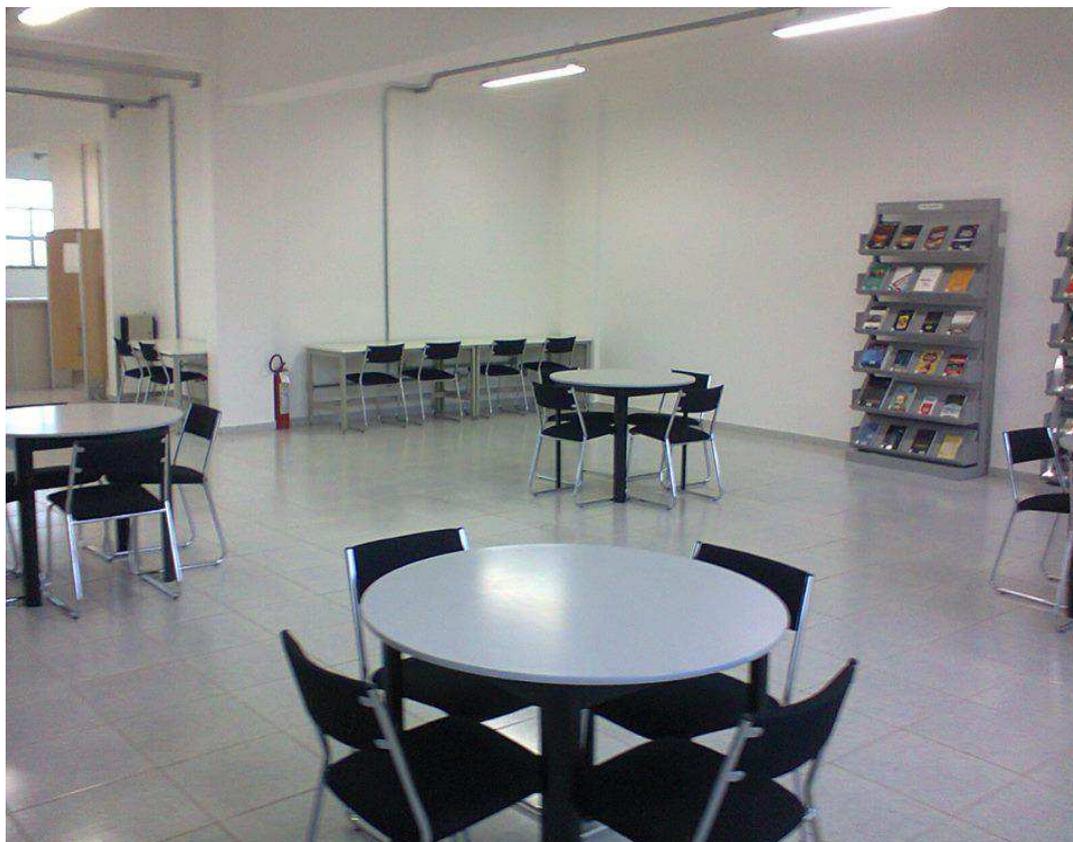
Biblioteca – foto parcial do acervo



Biblioteca – foto parcial do acervo



Biblioteca – foto parcial das instalações



Biblioteca – foto parcial das instalações

12.2 Recursos tecnológicos

A instituição coloca à disposição da comunidade acadêmica um amplo sistema de equipamentos de informática. O número total de computadores instalados nos câmpus de Alfenas, Poços de Caldas e Varginha ultrapassam as 500 unidades. Esses equipamentos se encontram disponíveis para as atividades administrativas, técnicas e de coordenação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Especificamente para o corpo discente, no câmpus Varginha está à disposição no momento, 01 laboratório de informática, com 40 computadores instalados em rede com acesso à internet. Além deste, como citado anteriormente, há mais dois laboratórios de informática para aulas e pesquisas: um no prédio D com 40 computadores e outro no prédio A com 18 computadores.

A equipe de tecnologia da informação do câmpus realiza uma política de manutenção dos equipamentos e acompanhamento das novas tendências com programas



atualizados. Ao final de cada semestre é estudada pelos(as) docentes e pela equipe da tecnologia da informação a viabilidade de implantação de novos softwares.

Considerando a modalidade de Educação à Distância, a UNIFAL-MG conta com um sistema chamado de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Nesse sentido, foi criado o Centro de Educação Aberta e à Distância (CEAD) como um órgão de apoio, responsável pela coordenação, supervisão, assessoramento e pela prestação de suporte técnico a execução de atividades na área de Educação Aberta e à Distância (EAD).

O CEAD oferece cursos que atendam ao conceito de Educação à Distância como forma de ensino, que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados. O sistema emprega como ferramentas padrão para os cursos oferecidos pela universidade a plataforma CEDERJ e o Moodle.

Como ferramenta adicional, o CEAD disponibiliza o Ambiente Virtual de Aprendizagem como apoio aos cursos presenciais na disponibilização de materiais diversos das unidades curriculares, assim como permite a utilização das ferramentas disponíveis no “Moodle” como suporte às aulas dos cursos presenciais.

12.3 Recursos humanos

O BICE, bem como os cursos de Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria, Ciências Atuariais e Administração Pública foram concebidos com recursos do programa “Expansão II” do Ministério da Educação no qual foi acordado, entre a UNIFAL-MG e o MEC, a contratação de 46 docentes, que posteriormente foi alterada para 66, e 30 técnicos(as) administrativos(as) em educação para implantação e execução das atividades do Câmpus Varginha.

No atual estágio de implantação, o corpo docente é composto por 66 professores(as) e o corpo técnico-administrativo por 24 integrantes, com formação adequada às funções desempenhadas no âmbito dos cursos, além de técnicos(as) terceirizados(as).



13. Corpo docente e pessoal técnico-administrativo

a) Informações do corpo docente

O ICESA é composto por 66 (sessenta e seis) docentes efetivos(as) em regime de 40 (quarenta) horas e dedicação exclusiva, conforme dados de maio de 2016, repassados pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas. Destaca-se que esse corpo docente atende, atualmente, aos cursos de BICE, Administração Pública, Ciências Atuariais e Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria. Por conta de afastamento de alguns(as) docentes para conclusão de doutorado, em maio de 2016, constava na relação da Gestão de Pessoas 40 (quarenta) professores(as) doutores(as), 20 (vinte) professores(as) mestres(as), além de 9 professores(as) substitutos(as).

b) Informações do pessoal técnico-administrativo

O quadro técnico-administrativo está composto, atualmente, por 26 (vinte e seis) técnicos, sendo que 25 (vinte e cinco) estão vinculados ao câmpus avançado de Varginha da UNFAL-MG, e 1 (um) técnico está vinculo ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

Ressalta-se que estes(as) TAES atendem a todos cursos de graduação do câmpus.

14. Bibliografia básica e complementar: descrição de critérios e parâmetros de escolha

As bibliografias foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Critérios de avaliação do Ministério da Educação em relação aos números de títulos para básicas e complementares;
- b) Relevância e atualidade dos temas presentes nas ementas;
- c) Expertise dos(as) autores(as) nas referidas áreas;
- d) Sugestões apresentadas pelos(as) professores(as) da área.

As bibliografias sugeridas para as unidades curriculares são apresentadas no Apêndice - A: Relação de bibliografia básica e complementar.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso: maio de 2016.

CAMPO DE PÚBLICAS. Lista de discussão criada para promover o debate de temas relativos à constituição e desenvolvimento do movimento Campo de Públicas.

CASTANHO, S. Ainda avaliar? In: CASTANHO, S.; CASTANHO, M. E.L.M. (Orgs.). **O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora**. Campinas: Papyrus, 2000. p.159-179.

CASTANHO, S. E. M. A universidade entre o sim, o não e o talvez. In: VEIGA, I. P. A.; CASTANHO, M. E. L. M. (Orgs.). **Pedagogia universitária: a aula em foco**. 2.ed. Campinas: Papyrus, 2000. p. 13-48.

COELHO, F. S. Educação superior, formação de administradores e setor público: um estudo sobre o ensino de Administração Pública – em nível de graduação – no Brasil. [Tese de doutorado] São Paulo: Fundação Getúlio Vargas (EAESP), 2006.

SOBRINHO, J. D. Avaliação da educação superior. In: SOBRINHO, J. D. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 53-90.

UNIFAL–MG (Universidade Federal de Alfenas). Projeto de implantação do campus Varginha. 2008. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/graduacao/?q=bachinterce>>. Acesso: maio 2016.



UNIFAL–MG (Universidade Federal de Alfenas). Projeto pedagógico do bacharelado em Administração Pública. 2013. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/graduacao/system/files/imce/Cursos/admPublica/01%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20Publica%20Versao%20para%20CEPE_Internet.pdf>. Acesso: junho 2016.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar? In: CASTANHO, S.; CASTANHO, M. E.L.M. (Orgs.). **O que há de novo na educação superior**: do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas: Papyrus, 2000. p.183-219.

WANDERLEY, L. E. W. **O que é a universidade**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 83p.

ZABALA, A. A função social do ensino e a concepção sobre processos de aprendizagem: instrumentos de análise. In: ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 27-51.



APÊNDICES

APÊNDICE A

RELAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR

PRIMEIRO PERÍODO	
Unidade curricular: Introdução à Administração Pública	Código:
<p>Bibliografia básica KWASNICKA, E. L. Introdução à administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. MAXIMINIANO, A. C. A.. Introdução à administração. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. MOTTA, F. C. P. Teoria das organizações: evolução e crítica. 2. ed. São Paulo, Pioneira; Thomson Learning, 2001.</p> <p>Bibliografia complementar ANTUNES, R. As dimensões da crise estrutural do capital: O toyotismo e as novas formas de acumulação do capital. In: ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 29-34; 47-59. ANTUNES, R. Fordismo, toyotismo e acumulação flexível. In: ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez; Ed. Unicamp, 1997. p. 18-38. BRAGA, R. Crônicas de uma transição imperfeita. In: BRAGA, R. A nostalgia do Fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo: Xamã, 2003. p. 101-132. FAVA, R. Cronologia do pensamento administrativo. In: FAVA, R. Caminhos da administração. São Paulo: Thomson, 2003. p. 223-239. FAYOL, H. Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação e controle. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p>	
Unidade curricular: Introdução à Economia	Código:
<p>Bibliografia básica MANKIW, N. G. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001. PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de Economia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. ROSSETTI, J. P. Introdução à economia. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>Bibliografia complementar BAIN, K.; HOWELLS, P. Economia monetária: moedas e bancos. [s.l.]: Editora LTC, edição mais recente. BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONCALVES, R. Economia internacional: Teoria e experiência brasileira. Editora Campus, edição mais recente. CANO, W. Introdução à economia. Uma abordagem crítica. São Paulo: Unesp, 2007. KRUGMAN, P.; WELLS, R. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Campus, 2008. PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 6. ed. [s.l.]: Prentice-Hall Inc., 2006.</p>	
Unidade curricular: Introdução às Ciências Atuariais	Código:
<p>Bibliografia Básica BERNSTEIN, P. L. O desafio aos deuses: a fascinante história do risco. São Paulo: Campus, 1997. BRANDON, L. G. Deixa a trombeta soar: a indústria do seguro no século XXI. Rio de Janeiro: Funeneseg, 2001. SOUZA, S. Seguros: contabilidade, atuária e auditoria. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>Bibliografia complementar CHAN, Betty Lilian. Fundamentos da previdência complementar: da atuária à contabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas: FIPECAFI, 2010. 241 p. CORDEIRO FILHO, Antonio. Cálculo atuarial aplicado: teoria e aplicações, exercícios resolvidos e propostos. São Paulo: Atlas, 2009. 280 p.</p>	



CORDEIRO FILHO, Antonio. Cálculo atuarial aplicado: teoria e aplicações, exercícios resolvidos e propostos. São Paulo: Atlas, 2009. 280 p.	
FERREIRA, W.J. Introdução a Ciência Atuarial. Instituto de Resseguros do Brasil, 1991.	
Giambiagi, F.; Tafner, P. Demografia: a ameaça invisível. O dilema previdenciário que o Brasil se recusa a encarar. Editora Campus / Elsevier, 2010.	
Unidade curricular: Matemática I	Código:
Bibliografia básica	
FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A: Funções, Limite, Derivação, Integração. Makron Books, McGraw-Hill; 2006.	
VERAS, L. L. Matemática aplicada à economia. Editora atlas; 1999.	
THOMAS, G. B. Cálculo. Vol. 1. Makron Books, McGraw-Hill; 2006.	
Bibliografia complementar	
ANTON, H. Cálculo, um novo horizonte. Porto Alegre: Bookman, 2000. 6ª edição, Vol. 1.	
GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo, Vol 1, LTC, 1991.	
LEITHOLD, L. Matemática aplicada à Economia e Administração. Editora Harbra.	
LEITHOLD, L. Cálculo com geometria analítica. São Paulo: Harbra, 1994. V.1.	
SIMMONS, G. F. Cálculo com geometria analítica; McGraw-Hill; V.1.	
Unidade curricular: Comunicação	Código:
Bibliografia básica	
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação. 17.ed. São Paulo: Ática, 2007.	
MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. Leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos. Vol. 1 (Resumo), Vol. 2 (Resenha) e Vol. 3 (Planejar gêneros acadêmicos). São Paulo: Parábola Editorial, 2004.	
TERRA, E. Curso prático de gramática. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2006.	
Bibliografia básica	
MARTINS, G. A. Metodologia da investigação científica nas ciências sociais aplicadas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
SEVERINO, J. A. Metodologia do trabalho científico. Petrópolis: Vozes, 2000.	
SILVA, M. O novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.	
SIGNORINI, I. (Org.) (Re)discutir texto, gênero e discurso. São Paulo: Parábola, 2008.	
VAL, M. G. C. Redação e textualidade. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.	

SEGUNDO PERÍODO	
Unidade curricular: Matemática II	Código:
Bibliografia básica	
WEIR, MAURICE D.; HASS, J.; GIORDANO, F.R. Cálculo (George B. Thomas Jr.) Vol 2., 11ª edição, São Paulo: Pearson Addison-Wesley. 2009;	
WEIR, M. D.; HASS, J; GIORDANO, F. R. Cálculo (George B. Thomas Jr.) Vol. 1. 11ª edição, São Paulo: Pearson Addison-Wesley. 2009;	
FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo B: funções, limite, derivação, integração. 6ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2006;	
Bibliografia complementar	
CAMARGO, I.; BOULOS P. Geometria analítica: um tratamento vetorial. 3ª ed. São Paulo: Pearson. 2002.	
FLEMMING, D. M., GONÇALVES, M. B. Calculo A: Funções, limite, derivação, integração. 6ª ed. São Paulo: Makron Books, 2006.	
COELHO, F. U.; LOURENÇO, M. L. L. Um curso de álgebra linear. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.	
MEDEIROS, S.; MEDEIROS, E.; MEDEIROS, E. Matemática para os cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
VERAS, L. L. Matemática aplicada à economia. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 2009	
Unidade curricular: Ciências Sociais	Código:
Bibliografia básica	
DURKHEIM, É. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Editora, 2007.	



MARX, K. O capital : crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 1.	
WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo . São Paulo: Companhia das Letras, 2004.	
Bibliografia complementar	
CHAUI, M. Convite à filosofia . São Paulo, Ed. Ática, 2000.	
DURKHEIM, É. Da divisão do trabalho social . São Paulo: Martins Fontes, 2008.	
FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil : ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.	
FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S.. Sociologia e sociedade . São Paulo: LTC, 2000.	
GIDDENS, A. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005.	
HARVEY, D. Condição pós-moderna . São Paulo: Edições Loyola, 2002. Pgs. 121 a 162	
IBSEN, H. Um inimigo do povo . São Paulo: LPM, 2001.	
LÊNIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo . 2 ed. São Paulo: Centauro, 2003.	
LESSA, S. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo . São Paulo: Cortez, 2007.	
Unidade curricular: História Econômica Geral	Código:
Bibliografia básica	
DOBB, M. A evolução do capitalismo . Rio de Janeiro: LTC, 1987.	
EICHENGREEN, B. Globalização do capital . São Paulo: Editora 34, 2000.	
HOBSBAWM, E. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo . São Paulo: Forense, 2009.	
Bibliografia complementar	
ANDERSON, P. Linhagens do estado absolutista . São Paulo: Brasiliense, 1985.	
ASHTON, T.S. A revolução industrial . Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.	
BEAUD, M. História do capitalismo . São Paulo: Brasiliense, 2005.	
DOBB, M. Transição do feudalismo ao capitalismo . São Paulo: Paz e terra, 2004.	
HOBSBAWM, E. A era das revoluções . São Paulo: Paz e Terra, 2007.	
HOBSBAWM, E. A era do capital . São Paulo: Paz e terra, 2007.	
HOBSBAWM, E. A era dos extremos . São Paulo: Cias. das Letras, 2008.	
HOBSBAWM, E. A era dos impérios . São Paulo: Paz e terra, 2007.	
LANDES, D. Prometeu desacorrentado : transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até nossa época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.	
MARIUTTI, E. Balanco do debate : a transição do feudalismo ao capitalismo. São Paulo: Hucitec, 2004.	
MARX, K. O capital . Rio de Janeiro: Abril cultural, 1982.	
PIRENNE, H. História econômica e social da Idade Média . São Paulo: Mestre Jou, 1982.	
PIRENNE, H. Las ciudades de la Edad Media . Madrid: El Libro de Bolsillo: Alianza Editorial, 1972.	
SOBOUL, A. A Revolução francesa . São Paulo: Difel, 1976.	
WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo . São Paulo: Pioneira, 1996.	
Unidade curricular: Matemática Financeira	Código:
Bibliografia Básica:	
HAZZAN, Samuel. Matemática financeira . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática financeira . 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.	
VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática Financeira . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.	
Bibliografia Complementar:	
ASSAF NETO, A. Mercado Financeiro . 8. ed, São Paulo: Atlas, 2008.	
BRIGHAM, Eugene F. Administração financeira : teoria e prática. São Paulo: Cengage Learning, 2006.	
CASAROTTO FILHO, Nelson. Análise de investimentos : matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira . 12. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.	
HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária : matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
ROSS, Stephen A. Administração financeira . 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.	
Unidade curricular: Administração Pública Brasileira	Código:
Bibliografia básica:	
BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro, 2005, FGV.	



COSTIN, C. Administração Pública. Campus - Eselvier: São Paulo, 2010.
PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
Bibliografia complementar
CAMPANTE, R.G. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 46, n.1, 2003, p. 153-193.
KEINERT, T. M. M. Os Paradigmas da Administração Pública no Brasil. Revista de Administração de Empresas, v.34, n. 3, p.41-58, mai/jun 1994.
MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. Estado e Gestão Pública: visões de um Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
PAES DE PAULA, A. P. Administração Pública Brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. Revista de Administração de Empresas. São Paulo. v.45, n.1, p.36- 49, jan./mar., 2005.
PINHO, José Antonio Gomes. Reforma do Estado: limites do gerencialismo frente ao patrimonialismo. Organização & Sociedade, 5(12): 59-79, mar-ago, 1988.

TERCEIRO PERÍODO

Unidade curricular: Ciência Política

Código:

Bibliografia básica

LOSURDO, D. **Marx, Hegel e a tradição liberal**. São Paulo: UNESP, 1998.
MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.
WEFORTH, F. (org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 2006 (vols. I e II)

Bibliografia complementar

ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
CONSTANT, B. **Escritos de política**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
DEBRUN, M. **Gramsci: filosofia, política e bom senso**. Campinas: UNICAMP, 2001.
MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (col. questões da nossa época).

Unidade curricular: Estatística

Código:

Bibliografia básica

SILVA, E. M.; GONÇALVES, W.; SILVA, E. M.; MUROLO, A. C. **Estatística para os cursos: Economia, Administração e Ciências Contábeis**, vol.i, Ed. Atlas, 1999.
MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada**, 3ª Edição, Ed. Atlas, 2008.
LEVINE, D. M. *et.al.* **Estatística: teorias e aplicações**, Ed. LTC, 2008.

Bibliografia complementar

SMAILES, J.; MACGRANE, A. **Estatística aplicada à administração com Excel**. Ed. Atlas, 2002.
BRUNI, A.L. **Estatística aplicada à gestão empresarial**, Ed. Atlas, 2008.
COSTA, S.F. **Introdução ilustrada à estatística**. 4ª ed., Ed. Harbra, 2005.

Unidade curricular: História do Pensamento Econômico

Código:

Bibliografia básica

FEIJÓ, R. **História do pensamento econômico**: de Lao tse a Robert Lucas. São Paulo: Atlas, 2001.
HUNT, E. **História do Pensamento Econômico**. Ed. Campus, 2005.
VV.AA. **Economistas políticos**. São Paulo: Musa, 2001.

Bibliografia complementar

CARNEIRO, R. (Org.). **Os clássicos da economia**. São Paulo: Ática, 1997.
DROUIN, Jean-Claude. **Os grandes economistas**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. Trad. port., São Paulo: Abril Cultural, 1983.
MARX, K. **O Capital**, Livro 1, Volumes 1 e 2, 9ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. **An Outline of the History of Economic Thought**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. (Os Economistas), São Paulo: Abril Cultural, 1983.



Unidade curricular: Fundamentos do Estado	Código:
Bibliografia básica DALLARI, D. A. Elementos de teoria geral do Estado . 30.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. CICCO, C.; GONZAGA, A. A.. Teoria geral do Estado e Ciência Política . 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. MORAES, A. Direito constitucional . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.	
Bibliografia complementar BOBBIO, N. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2009. BOBBIO, N. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Campus, 2004. COSTA, P.; ZOLO, D. (orgs.). O Estado de Direito: história, teoria, crítica . São Paulo: Martins Fontes, 2006. FLEINER-GERSTER, T. Teoria geral do Estado . São Paulo: Martins Fontes, 2006. LENZA, P. Direito constitucional esquematizado . 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. MALUF, S. Teoria geral do Estado . 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. NOVELINO, M. Direito constitucional . 5. ed. São Paulo: Método, 2011. WOLMER, A. C. Ideologia, Estado e Direito . 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.	
Unidade curricular: Matemática III	Código:
Bibliografia básica: FLEMMING, Diva M.; GONÇALVES, Mírian Buss. Cálculo A: Funções, Limite, Derivação, Integração . 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. THOMAS, George B.; WEIR, Maurice D.; HASS, Joel. Cálculo . Vol. 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil: Addison Wesley, 2013. VERAS, Lilia L. Matemática aplicada à Economia . São Paulo: Atlas, 1999.	
Bibliografia Complementar: ANTON, H. Cálculo - um novo horizonte. Vol.2. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. GUIDORIZZI, H. L. Um curso de Cálculo . Vol. 2. São Paulo: LTC, 1991. LEITHOLD, L. Cálculo com Geometria Analítica . Vol. 1. São Paulo: Harbra, 1994. GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David J.; ASMAR, Nakhle H. Matemática aplicada: Economia, Administração e Contabilidade . 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. SIMMONS, G. F. Cálculo com Geometria Analítica . Vol. 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.	
Unidade curricular: Desenvolvimento Local e Sustentabilidade	Código:
Bibliografia Básica ABEGÃO, L. H.; MAFRA, L. Método, Ideologia e ética nas organizações. 3 ed.. Rio de Janeiro: Fundação CEDIERJ, 2010. Disponível em http://teca.cecierj.edu.br/popUpVisualizar.php?id=47774 . SILVA, C. L. (org.). Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil / . Petropolis, RJ: Vozes, 2012. PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996. SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.	
Bibliografia Complementar CAPRA, F. O Ponto de Mutação. São Paulo, Cultrix, 1986. DALY, H. E. Crescimento sustentável? não, obrigado. Revista Ambiente & Sociedade, Vol. VII nº 2, 2004. Acessado em 20/03/2008, disponível em http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n2/24695.pdf . ESCOBAR, A. Antropologia y desarrollo. Disponível em http://www.unesco.org/issj/rics/rics154/escobarspa.htm . Acessado em 01/02/2008. GIDDENS, ANTHONY. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 1991. VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.	
Unidade curricular: Administração Pública Contemporânea	Código:
Bibliografia básica MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MEDEIROS, Paulo César; LEVY, Evelyn. Novos Caminhos da Gestão Pública: olhares e dilemas . Rio de Janeiro; Brasília, DF: Qualitymark; Consad, 2009. NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão Pública . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.	



PAES DE PAULA, Ana Paula. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Bibliografia complementar:
AVRITZER, L. (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez: UFMG, 2009.
SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Orgs.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. Disponível em:
<<http://pt.calameo.com/read/0016339049620b36a7dac>>.
GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: EdUnesp, 1991. HARVEY, D. **O neoliberalismo: memória e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.
HARVEY, D. O problema da globalização. **Marxismo Oggi**: Rivista Quadrimestrale di cultura e política, n. 2, Milão, Teti Editore, p. 125-140 mai./ago. 1996.
IANNI, O. **Teorias da Globalização**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. JUSTEN FILHO, M. Conceito de interesse público e a “personalização” do direito administrativo. **Revista Trimestral de Direito Público**, São Paulo, 1999.
MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2010.

Unidade curricular: Demografia	Código:
---------------------------------------	----------------

Bibliografia básica
GIANBIAGI, F. TAFNER, P. **Demografia: a ameaça invisível - o dilema previdenciário que o Brasil se recusa a encarar**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
PRESTON, S.H; HEUVELINE, P.; GUILLOT, M. **Demography: measuring and modeling population processes**. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2001.
SIMOES, LES. **Elementos de Demografia Econômica**. São Paulo: LCTE Editora, 2006

Bibliografia complementar
BRITO, F. **A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade**. 2007. 318 f. (Tese Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Demografia, Cedeplar, UFMG. 2007.
CARVALHO, J. A. M. SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em Demografia**. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004.
HAKKERT, R. **Fontes de Dados Demográficos**. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004.
POSTON, Dudley L.; Jr., JUNIOR BOUVIER, Leon F. **Population and society: an introduction to demography**. New York: Cambridge University Press, 2010.
ROLLET, Catherine **Demografia: introdução à demografia**. Porto: Porto Editora, 2007. WACHTER, Kenneth W. **Essential demographic methods**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2014.

QUARTO PERÍODO

Unidade curricular: Práticas de pesquisa	Código:
---	----------------

Bibliografia Básica:
GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MARTINS, G.; THEÓFILO, C. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
SEVERINO, A. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007

Bibliografia Complementar:



BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade : tratado da sociologia do conhecimento. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.	
CHAUÍ, M. Convite à filosofia . 13. ed. São Paulo: Ática, 2008.	
COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais . 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.	
GUJARATI, D. Econometria básica . 5. ed. São Paulo: Bookman, 2011.	
KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas . 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.	
Unidade curricular: Microeconomia I	Código:
Bibliografia básica VARIAN, H. Microeconomia : Princípios Básicos. Rio de Janeiro, Editora Campus, 7.ed., 2003. PINDYCK, R. RUBINFELD, D. Microeconomia . São Paulo, Editora Makron Books, 7ª edição, 2010. STIGLITZ, J. E, WALSH, C. E. Introdução à microeconomia , Editora Campus. Bibliografia complementar ANDRADE, M. V. ALVES, L. F. Microeconomia : exercícios resolvidos da ANPEC. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004. FIANI, R. Teoria dos jogos : para cursos de administração e economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. MANKIW, N. G. Princípios de microeconomia . São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2005. SCHMIDT, C.; MOURA, R.. Microeconomia : Questões Anpec: Questões Comentadas Das Provas De 2002 A 2011. Editora Campus, 2010. SCHAPIRO, C., e VARIAN, H. R. A Economia da informação . Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003	
Unidade curricular: Classes e Movimentos Sociais	Código:
Bibliografia Básica: FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina . 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2009. GOHN, M. G. Teorias dos movimentos sociais : paradigmas clássicos e contemporâneos. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2008. MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social . São Paulo: Cortez, 2011. Bibliografia Complementar: GOHN, Maria da Glória; Bringel, Breno. Movimentos sociais na era global . Petrópolis: Vozes, 2012. GOHN, M. G. O protagonismo da sociedade civil : movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. MARX, Karl. As lutas de classes na França de 1848 a 1850 . São Paulo: Boitempo, 2012. MISOCZKI, M.C; FLORES, R.K; SILVA, S.M.G. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? Cadernos EBAPE.BR , v. 6, n. 3, set. 2008. MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social . São Paulo: Cortez, 2011. SADER, E. Quando novos personagens entram em cena . Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988. SOUZA, C. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo . São Paulo: Loyola, 1997. SOUZA, D. D. L. Movimentos sociais, ONGs e educação : um estudo de caso. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2009. TRAGTENBERG, Maurício. Administração, poder e ideologia . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989. VIEIRA, Luiz Vicente; SCHUTZ, Rosalvo. Práxis filosófica : movimentos sociais em questão. Pelotas, RS: Ed. Universitária/UFPel, 2011.	
Unidade Curricular: Fundamentos da Programação	Código:
Bibliografia básica: CORMEN, T. H.; LEISERSON, C. E.; RIVEST, R. L. Algoritmos : teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2002. MANZANO, J. A. N. G.; OLIVEIRA, J. F. de. Algoritmos : lógica para desenvolvimento de programação de computadores. 24. ed., rev. São Paulo: Editora. Érica, 2010. ZIVIANI, N. Projeto de Algoritmos com implementações em Java e C++ . 1. ed. São Paulo: Thomson, 2006. Bibliografia Complementar:	



BRAUN, W. J. ; DUCAN, J. M. **A first course in statistical programming with R**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press. 2007.
CAMPOS, Frederico F. **Algoritmos numéricos**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. CARVALHO, S. **Introdução à programação com Pascal**. Editora Campus, 1982.
JOYANES AGUILAR, Luis. **Fundamentos de programação: algoritmos, estruturas de dados e objetos**. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.
PETERNELLI, Luiz Alexandre; MELLO, Márcio Pupin. **Conhecendo o R : uma visão estatística**. Viçosa, MG: Editora UFV, 2011.
R CORE TEAM. **R: A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing. Vienna, Austria. 2014. Disponível em:
<<http://www.R-project.org>>.

Unidade Curricular: Contabilidade Social	Código:
---	----------------

Bibliografia básica:

FEIJO, C. A. et all. **Contabilidade Social: a nova referência das contas nacionais do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Campus, 2007.
PAULANI, L. M. e BRAGA, M. B. **A Nova Contabilidade Social**. 3. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007.
ROSSETTI, J. P. **Contabilidade Social**. 7 ed. - rev. atual. São Paulo: Atlas, 1992.

Bibliografia Complementar:

GUILHOTO, J.J.M. **Análise de Insumo-Produto: teoria e fundamentos**. Livro em Elaboração. Departamento de Economia. FEA-USP. Versão Revisada, 2011. Disponível em:
<<http://guilhotojmg.wordpress.com/apresentacoes-power-point/analise-de-insumo-produto-teoria-fundamentos-e-aplicacoes/>>.

MANKIWI, N. G. **Introdução à Economia: princípios de micro e macroeconomia**, Rio de Janeiro, Elsevier: Campus, 2001.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. SIMONSEN, M. H.; CISNE, R. P. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. VASCONCELLOS, M. A. S. de e Lopes, L. M. (org). **Macroeconomia: nível básico e nível intermediário**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Unidade Curricular: Tópicos Especiais em Administração Pública I	Código:
---	----------------

A bibliografia será de acordo com a temática abordada na unidade curricular e estará disponível no respectivo Programa de Ensino.

Unidade Curricular: Tópicos Especiais em Economia I	Código:
--	----------------

A bibliografia será de acordo com a temática abordada na unidade curricular e estará disponível no respectivo Programa de Ensino.

Unidade Curricular: Tópicos Especiais em Ciências Atuariais I	Código:
--	----------------

A bibliografia será de acordo com a temática abordada na unidade curricular e estará disponível no respectivo Programa de Ensino.

QUINTO PERÍODO

Unidade curricular: Introdução à Contabilidade	Código:
---	----------------

Bibliografia básica:

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. - Equipe de Professores da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R.; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia complementar:

BORINELLI, Márcio Luiz; PIMENTEL, Renê Coppe. **Curso de Contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais**. São Paulo: Atlas, 2010

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Curso de Contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito, engenharia**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008

LIMA, Luiz M.S. **IRFS: entendendo e aplicando as Normas Internacionais de Contabilidade**. São Paulo: Atlas: 2010



MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial . 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009. STICKNEY, Clyde P. Contabilidade Financeira : introdução aos conceitos, métodos e aplicações. São Paulo: Cengage Learning, 2010.	
Unidade curricular: Macroeconomia I	Código:
Bibliografia básica BLANCHARD, O. Macroeconomia . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. FROYEN, R. T. Macroeconomia . São Paulo: Saraiva, 2008. LOPES, L. M., VASCONCELLOS, M. A. S. (orgs.). Manual de macroeconomia : básico e intermediário. São Paulo: Atlas, 2009. Bibliografia complementar MANKIWI, N.G. Macroeconomia . Rio de Janeiro: LTC, 2008. SACHS, J. D. e LARRAIN, B. F. Macroeconomia em uma economia global . Edição Atualizada e Revisada. Pearson Makron Books, São Paulo, 2000. SIMONSEN, M. H. e CYSNE, R. P. Macroeconomia . Editora Atlas. São Paulo, 2009.	
Unidade curricular: Psicologia do Trabalho e das Organizações	Código:
Bibliografia básica: BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias : uma introdução ao estudo da Psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. BORGES, L. O.; MOURÃO, L. O trabalho e as organizações : atuações a partir da Psicologia. Porto Alegre: Artmed, 2013. ZANELLI, J. C.; SILVA, N.; TOLFO, S. R. (Orgs.). Processos psicossociais nas organizações e no trabalho . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. Bibliografia complementar: BALASSIANO, M.; TAVARES, E.; PIMENTA, R. C. Estresse ocupacional na administração pública brasileira: quais os fatores impactantes? Revista de Administração Pública , v. 45, n. 3, p. 751-774, 2011. BENDASSOLI, P. F. Psicologia e trabalho : apropriações e significados. São Paulo: Cengage Learning, 2010. BENDASSOLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. Dicionário de Psicologia do trabalho e das organizações . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015. DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. Psicodinâmica do trabalho . São Paulo: Atlas, 2009. FERREIRA, M. C.; ALVES, L.; TOSTES, N. Gestão de qualidade de vida no trabalho (QVT) no serviço público federal: o descompasso entre problemas e práticas gerenciais. Psicologia: Teoria e Pesquisa , v. 25, n. 3, p. 319-327, 2009. GOULART, I. B.; SAMPAIO, J. R. (Orgs.) Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos : estudos contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. MENDES, A. M. (Org.). Trabalho e saúde . Curitiba: Juruá, 2008. MORIN, E. M.; AUBÉ, C. Psicologia e gestão . São Paulo: Atlas, 2009. SANTOS, J. N.; NEIVA, E. R.; ANDRADE-MELO, E. A. Relação entre clima organizacional, percepção de mudança organizacional e satisfação do cliente. Psicologia: teoria e pesquisa , v. 29, n. 1, p. 31-39, 2013. ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (orgs.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil . Porto Alegre: Artmed, 2004.	
Unidade Curricular: Direito Constitucional aplicado à Administração Pública	Código:
Bibliografia Básica: LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado . 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. NOVELINO, Marcelo. Direito constitucional . 5. ed. São Paulo: Método: GEN Grupo Editorial Nacional, 2011. PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado . 14. ed. São Paulo: Método, 2015. Bibliografia Complementar: CANOTILHO, J. J. Gomes. Estudos sobre direitos fundamentais . 1. ed. Coimbra, Portugal; São Paulo: Coimbra Ed.: Revista dos Tribunais, 2008.	



CANOTILHO J.J. (Org). Direitos fundamentais sociais . São Paulo: Saraiva, 2010. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Eficácia das normas constitucionais e direitos sociais. São Paulo: Malheiros, 2009. NEVES, Marcelo. Entre Hidra e Hércules : princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. NEVES, Marcelo. Entre Têmis e Leviatã : uma relação difícil - o Estado democrático de direito a partir e além de Luhmann e Habemas. São Paulo: M. Fontes, 2006.	
Unidade Curricular: Cálculo de Probabilidade	Código:
Bibliografia Básica: MAGALHÃES, M. N. Probabilidade e variáveis aleatórias . 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. MEYER, P. Probabilidade e aplicações a estatística . 2. ed. Rio de Janeiro, LTC, 1983. ROSS, Sheldon M. Probabilidade : um curso moderno com aplicações. 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. Bibliografia Complementar: CASELLA, G.; BERGER R. Inferência Estatística . Editora Cengage, 2011. COX. D.R. Principles of statistical inference . New York: Cambridge University Press, 2006. DA SILVA, E. M.; DA SILVA, E. M.; GONÇALVES, W. ; MUROLO, A. C. Estatística : para os cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis. Vol. 2, São Paulo: Atlas, 1997. DEGROOT M. H.; SCHERVISH M. J. Probability and statistics . Boston: Addison Wesley, 2012. JAMES, B. R. Probabilidade : um curso em nível intermediário. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA, 2015. W. JOHN, B.; DUNCAN J. M. A first course in statistical programming with R . Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2007.	
Unidade Curricular: Microeconomia II	Código:
Bibliografia básica: PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia . 7. ed. São Paulo: Pearson, 2010. VARIAN, Hal R., Microeconomia : uma abordagem moderna. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012. VASCONCELLOS, Marco A. S. de; OLIVEIRA, Roberto G. de; BARBIERI, Fabio. Bibliografia complementar: Manual de Microeconomia . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. BILAS, Richard A.. Teoria Microeconômica . 2. ed. São Paulo: Forense, 1972. KRUGMAN, Paul. Introdução à Economia . Rio de Janeiro: Campus, 2007. MANKIW, N. Gregory. Introdução à Economia . 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. SCHRODER, Bruno H. V.; SCHMIDT, Cristiane A. J.; BERTOLAI, Jefferson D. P.; COIMBRA, Paulo C.; SOUZA, Rafael M. de; MOURA, Rodrigo L. de; DIAS, Victor P., Microeconomia - questões comentadas das provas de 2002 a 2011. Rio de Janeiro: Campus, 2011. STIGLITZ, Joseph E.; WALSH, Carl E. Introdução à Microeconomia . 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.	
Unidade Curricular: Tópicos Especiais em Administração Pública II	Código:
A bibliografia será de acordo com a temática abordada na unidade curricular e estará disponível no respectivo Programa de Ensino.	
Unidade Curricular: Tópicos Especiais em Economia II	Código:
A bibliografia será de acordo com a temática abordada na unidade curricular e estará disponível no respectivo Programa de Ensino.	
Unidade Curricular: Tópicos Especiais em Ciências Atuariais II	Código:
A bibliografia será de acordo com a temática abordada na unidade curricular e estará disponível no respectivo Programa de Ensino.	

SEXTO PERÍODO	
Unidade curricular: Políticas Públicas	Código:
Bibliografia Básica: DIETRICH, A. M. ; ZIMMERMAN, A. (Org.). Café com PP: novas abordagens de políticas públicas no Brasil. 1ed., Santo André – SP: UFABC, 2012, v. 1.	



HEIDEMANN, F.G.; SALM, J.F. (Org.). Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009.	
HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., & MARQUES, E. (Eds.). (2007). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.	
SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.	
Bibliografia Complementar:	
BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, 2006.	
FAHEL, M.; NEVES, J. A. B.. Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007. 424 p.	
RICO, E. M. (org.) Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais, 1998.	
SARAVIA, E.; FERRAREZI, E.. (2007). Políticas Públicas – Coletânea Volume 1 e 2. Brasília: ENAP.	
SOUZA, C. Política Pública: Uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, Jul/ Dez 2006, p. 20-45.	
Unidade curricular: Análise de Demonstrações Contábeis	Código:
Bibliografia Básica:	
ASSAF Neto, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico- financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
IUDÍCIBUS, Sérgio. Análise de balanços: análise da liquidez e do endividamento; análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
MATARAZZO, Dante C. Análise financeira de balanços: abordagem gerencial - análise e avaliação global de empresas, administração econômica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
Bibliografia Complementar:	
BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. Administração Financeira: teoria e prática. Cengage Learning. São Paulo, 2006.	
GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.	
HOJI, Masakazu.. Administração Financeira e Orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
MARION, José C. Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. Administração Financeira. 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008	
Unidade curricular: Instituições de Direito Privado	Código:
Bibliografia básica	
VENOSA, S. S. Introdução ao estudo do Direito. São Paulo: Atlas, 2006.	
GUSMÃO, M. Lições de Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2009.	
VENOSA, S. S. Direito Civil V.2: Teoria Geral Das Obrigações e Teoria Geral Dos Contratos. São Paulo, Atlas.	
Bibliografia complementar	
MARTINS, S. P. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Atlas, 2009.	
REALE, M. Lições preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva, 2009.	
MAMEDE, G. Direito Empresarial Brasileiro: Empresa e Atuação Empresarial. São Paulo: Atlas, 2010.	
LOUREIRO, C. R. M.; LOUREIRO FILHO, L. S. Notas e registros públicos. São Paulo: Saraiva, 2009.	
BLASI, G. Di. Propriedade industrial: os sistemas de marcas, patentes, desenhos industriais e transferência. Rio de Janeiro: Forense, 2010.	
Unidade curricular: Gestão de Custos	Código:
Bibliografia Básica	
MARTINS, E. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
MEGLIORINI, E. Custos: análise e gestão. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2007.	
MAUSS, C. V.; SOUZA, M. A. Gestão de custos aplicada ao setor público: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental. São Paulo: Atlas, 2008.	
Bibliografia Complementar	



BRUNI, A. L., FAMÁ, R. Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.	
SILVA, R. N. S.; LINS, L. S. Gestão de custos: contabilidade, controle e análise. São Paulo: Atlas, 2010.	
STARK, J. A. Contabilidade de custos. São Paulo: Pearson, 2007.	
HORNGREN, C. T.; DATAR, S. M.; FOSTER, G. Contabilidade de custos. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2004 (Volumes I e II).	
Unidade Curricular: Matemática Atuarial I	Código:
Bibliografia Básica: CORDEIRO FILHO, Antonio. Cálculo atuarial aplicado: teoria e aplicações, exercícios resolvidos e propostos. São Paulo: Atlas, 2009. DICKSON, D. C. M.; HARDY, M. R.; WATERS, H. R. Actuarial Mathematics for Life Contingent Risks. 2. ed. Cambridge University Press, Cambridge, 2013. ROTAR, V. I. Actuarial Models: the mathematics of insurance. Editora: Taylor & Francis Books LTD, 2006.	
Bibliografia Complementar: BOWERS; Newton L. et al. Actuarial Mathematics. 2. ed. Society of Actuaries - SOA, 1997. CONDE, Newton Cezar; ERNANDES, Ivan Sant'Ana. Atuária para não atuários. São Paulo: ABRAPP: ICS Press: SINDAPP, 2007. GERBER, Hans U. Life Insurance Mathematics. 3. ed. Springer, 1997. KAAS, Rob et al. Modern actuarial risk theory. 2. ed. Berlin: Springer, 2009. PROMISLOW, S. David. Fundamentals of actuarial mathematics. Editora: John Wiley and Sons, 2001. VYLDER, Florent de. Life insurance theory: actuarial perspectives. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1997.	
Unidade Curricular: Macroeconomia II	Código:
Bibliografia Básica: BLANCHARD, O. Macroeconomia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. FROYEN, R. T. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 2008. LOPES, L.M., VASCONCELLOS, M.A.S. (Orgs.) Manual de Macroeconomia: básico e intermediário. São Paulo: Atlas, 2009.	
Bibliografia Complementar: DORNBUSCH, R., FISCHER, S. Macroeconomia. São Paulo: McGrawHill, 1991. MANKIW, N.G. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC, 2008. SACHS, J. LARRAIN, F. Macroeconomia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2000. SIMONSEN, M.H., CYSNE, R.P. Macroeconomia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. VIEIRA, F.V. Macroeconomia internacional: teoria, modelos e evidências. Campinas: Alinea, 2008.	
Unidade Curricular: Tópicos Especiais em Administração Pública III	Código:
A bibliografia será de acordo com a temática abordada na unidade curricular e estará disponível no respectivo Programa de Ensino.	
Unidade Curricular: Tópicos Especiais em Economia III	Código:
A bibliografia será de acordo com a temática abordada na unidade curricular e estará disponível no respectivo Programa de Ensino.	
Unidade Curricular: Tópicos Especiais em Ciências Atuariais III	Código:
A bibliografia será de acordo com a temática abordada na unidade curricular e estará disponível no respectivo Programa de Ensino.	

SÉTIMO PERÍODO	
Unidade Curricular: Direito Administrativo	Código:
Bibliografia Básica ALEXANDRINO, Marcelo. PAULO, Vicente. Curso de Direito Administrativo Descomplicado. 20.ed. São Paulo: Método, 2012.	



CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 24.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.	
NOHARA, Direito Administrativo. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2014.	
Bibliografia Complementar	
NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e contrato administrativo. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.	
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. RIBEIRO, Carlos Vinícius Alves. (coord.) Supremacia do interesse público: e outros temas relevantes do Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2010.	
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 8.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.	
MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. O limite da improbidade administrativa. 5.ed. São Paulo: Forense, 2010.	
SUNDFELD, Carlos Ari. Direito Administrativo para céticos. São Paulo: Malheiros, 2012.	
ZYMLER, Benjamin. Regime Diferenciado de Contratação. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014.	
Unidade Curricular: Projetos Públicos	Código:
Bibliografia Básica	
CARVALHO, Marly Monteiro; REBECHINI JÚNIOR, Roque. Gerenciamento de Projetos na Prática (casos brasileiros) . São Paulo: Atlas, 2006.	
CLEMENTE, Ademar (Org.) Projetos empresariais e públicos . São Paulo: Atlas, 2002.	
CONTADOR, Cláudio R. Projetos Sociais: avaliação e prática . São Paulo: Atlas, 2000.	
Bibliografia Complementar	
COHEN, Ernesto; FRANCO, ROLANDO. Avaliação de Projetos Sociais. 10ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.	
KEELING, R. Gestão de projetos: uma abordagem global. São Paulo: Saraiva, 2006. (2 volumes)	
LUCK, Heloísa. Metodologia de Projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão. 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.	
MARINO, Eduardo. Manual de Avaliação de Projetos Sociais. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2003.	
TENÓRIO, Fernando Guilherme (Coord.). Elaboração de projetos comunitários: uma abordagem prática. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002.	
WOILER, S.; MATHIAS, W. F. Projetos: planejamento, elaboração, análise. 2 ed. São Paulo, 2008. (1 volume).	
Unidade Curricular: Gestão Ambiental	Código:
Bibliografia Básica:	
MILARÉ, Edis. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.	
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda ambiental na administração pública http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf	
SANTOS, Murillo Giordan Santos; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (coord.). Licitações e contratações públicas sustentáveis. Belo Horizonte: Fórum, 2011	
Bibliografia Complementar:	
BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.	
DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.	
FARIAS, TALDEN. Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.	
FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: direito ao futuro. Belo Horizonte: Fórum, 2011.	
LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental, Gestão Pública, Movimentos Sociais e Formação Humana: uma abordagem emancipatória. RIMA, 2011.	
VEIGA, Jose Eli da. Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor. São Paulo: SENAC, 2010.	
ANTUNES, Paulo de Bessa. Manual de direito ambiental. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011	
Unidade Curricular: Instituições Políticas Brasileiras	Código:
Bibliografia Básica:	
AVELAR, L.; CINTRA, A. O. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad- Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.	
NUNES, E. A gramática política do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.	



VIANNA, O. Instituições políticas brasileiras. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: UFF/ São Paulo: USP, 2 v., 1987.

Bibliografia Complementar:

FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 4 ed., 2008.

GREEN, D. Da pobreza ao poder : como cidadãos ativos e Estados efetivos podem mudar o mundo. São Paulo: Oxfam International: Cortez, 2009.

HAMEL, M. R. A política deliberativa em Habermas : uma perspectiva para o desenvolvimento da democracia brasileira. Passo Fundo, RS: Méritos, 2008.

MARTORANO, L. C. Conselhos e democracia : em busca da socialização e da participação. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SOARES, R. P et. aL. Estado, participação política e democracia. Brasília, Distrito Federal: CNPq, 1985.

Unidade Curricular: Teoria das Organizações

Código:

Bibliografia Básica

AKTOUF, O.; TRYLINSKI, M. H.; FACHIN, R. C. Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz. Atlas, 2004.

FARIA, J. H. Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração. Juruá, 2004.

MORGAN, G. Imagem da Organização. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTTA, F.C.P. Teoria das organizações: evolução e crítica. São Paulo: Pioneira, 2001.

MOTTA, F.C.P. Teoria geral da administração. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

Bibliografia Complementar

CALDAS, M. P.; MOTTA, F. C. P. Cultura organizacional e cultura brasileira. São Paulo: Atlas, p. 38-54, 1997.

CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2007.

FREITAS, M. E. Cultura organizacional identidade, sedução e carisma?. FGV Editora, 1999.

SÁ, M. Sobre organizações e sociedade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SILVEIRA, R. A. Michel Foucault: Poder E Análise Das Organizações. FGV Editora, 2005.

Unidade Curricular: Modelos de Democracia

Código:

Bibliografia Básica

BOBBIO, N. Liberalismo e democracia. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAHL, R. A. Sobre a democracia. Brasília: EdUnB, 2001.

RIBEIRO, RENATO JANINE. A democracia. São Paulo: Publifolha, 2008.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, NORBERTO. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Coleção Pensamento crítico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 25, p. 83-106, nov. 2005.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. Lua Nova, São Paulo, v. 36, p. 40-53, 1995.

HIRST, P. A democracia representativa e seus limites. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

O'Donnell, G. Contrapuntos. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización. Editora Paidós – Argentina.

SORJ, BERNARDO. La democracia inesperada. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2005.

TORRES, M. D. F. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

TOURAINÉ, A. O que é a democracia? Petrópolis: Vozes, 1996.

OITAVO PERÍODO

Unidade Curricular: Contabilidade Pública

Código:

Bibliografia Básica

KOHAMA, H. Contabilidade Pública: teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F. Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



SLOMSKI, V. Manual de Contabilidade Pública: de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (IPSASB/IFAC/CFC). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar

BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem simples e objetiva. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. Lei n. 4.320/1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional. MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO. 6ª Edição – Brasília, 2014. Disponível em:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773. Acesso em 16 maio de 2015.

CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público: integração das áreas do ciclo de gestão - planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MAUSS, César Volnei; SOUZA, Marcos Antonio. Gestão de Custos Aplicada ao Setor Público: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

QUINTANA, A.C; MACHADO, D.P; QUARESMA, J.C.C; MENDES, R.C. Contabilidade Pública: de acordo com as novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Atlas, 2011.

SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública. Um enfoque na contabilidade municipal. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

Unidade Curricular: Direito Financeiro e Tributário

Código:

Bibliografia básica

CORAINI JÚNIOR, Mário. Finanças públicas e direito financeiro. São Paulo: Letras Jurídicas, 2012.

FABRETI, Lúdio Camargo. Direito tributário para os cursos de administração e ciências contábeis. 9. ed., rev. atual. São Paulo: Atlas, 2013.

HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARRETO, Aires Fernandino. Curso de direito tributário municipal / Aires F. Barreto. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARRAZA, Roque Antônio Curso de Direito Constitucional Tributário. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

GUERRA, Evandro Martins, Direito financeiro e controle da atividade financeira estatal. 3. ed. Belo Horizonte: Forum, 2012.

MARTINS, Ives Gandra da Silva, Carlos Valder do Nascimento. Comentários à lei de responsabilidade fiscal. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Unidade Curricular: Território e Espaço Público

Código:

Bibliografia Básica

SANTOS, M. A Natureza do espaço - Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2012.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

LEITE, R. P. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007

Bibliografia Complementar

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

ARENDDT, Hannah. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 11 ed. Forense Universitária. 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly & SÁ CARNEIRO, Sandra de.

Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERTEAU, M. **A cultura no plural**. São Paulo: Papius, 2001.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 2**. Morar, Cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2002.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.



HABERMAS, Jünger. Mudança estrutural da esfera pública . São Paulo: Unesp, 2014.	
HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.	
LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço . no prelo. 2006.	
MASSEY, Doreen. Pelo espaço : uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.	
SANTOS, M. e BECKER, B. Território, territórios . Ensaios sobre o ordenamento territorial, 3a edição, Lamparina, Rio de Janeiro. 2007.	
Unidade Curricular: Gestão de Serviços Públicos	Código:
Bibliografia Básica: BERNARDI, Jorge Luiz. Gestão de serviços públicos municipais . Curitiba: InterSaberes, 2013. DUBOIS, Richard; LINS, João (orgs). Inovação na gestão pública . São Paulo: Saint Paul, 2012. KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças (orgs.). Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas . São Paulo: Atlas, 2010.	
Bibliografia Complementar: KAUCHAKJE, Samira. Gestão pública de serviços sociais . Curitiba: IBPEX, 2011. LOVELOCK, Christopher; WIRTZ, Jochen; HEMZO, Miguel Angelo. Marketing de serviços : pessoas, tecnologia e estratégia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. MATIAS-PEREIRA, Jose. Manual de Gestão Pública Contemporânea . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. 20 experiências de gestão pública e cidadania . Ciclo de premiação, 2005. Programa de Gestão Pública e Cidadania, 2005.	
Unidade Curricular: Avaliação de Políticas Públicas	Código:
Bibliografia Básica BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. Metodologia de avaliação em políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. DIETRICH, A. M. ; ZIMERMAN, A. (Org.). Café com PP: novas abordagens de políticas públicas no Brasil. 1ed., Santo André – SP: UFABC, 2012, v. 1. FAHEL, M.; NEVES, J. A. B.. Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007. 424 p HEIDEMANN, F.G.; SALM, J.F. (Org.). Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009. RICO, E. M. (org.) Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais, 1998.	
Bibliografia Complementar COSTA, F.L; CASTANHAR, J.C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 37(5): 969-92, set/out.2003. FARIA, C.A.P. A Política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Out 2005, vol.20, n.59, p.97-100. HOCHMAN, Gilberto; ARRETICHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. SARAIVA, E.; FERRAREZI, E.. (2007). Políticas Públicas – Coletânea Volume 1 e 2. Brasília: ENAP.	
Unidade Curricular: Arranjos Institucionais Contemporâneos	Código:
Bibliografia Básica HACHEM, Daniel Wunder. Gestão pública e a realidade latino americana. Revista de Direito Administrativo e Constitucional. a. 10. n.42. out/dez. 2010.p.153-175. KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 40(3):479-99, Maio/Jun. 2006. MIRAGEM, Bruno. A nova administração pública e o direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.	
Bibliografia Complementar: AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. Opinião pública.vol.18, n.2, pp. 383-398, 2012. ARAGÃO, Alexandre Santos de. As parcerias público-privadas – PPP’S no direito positivo brasileiro. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.2, maio-jun-jul, 2005. Disponível em: . Acesso em ago.2012.	



BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1986.	
MODESTO, Paulo. O direito administrativo do terceiro setor: a aplicação do direito público às entidades privadas sem fins lucrativos. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, edição especial, 2012, p.237-259.	
PEREIRA, Bruno Ramos; VILELLA, Mariana; SALGADO, Valério. Procedimento de manifestação de interesse nos Estados: relatório sobre projetos de PPP em fase de estruturação via PMI. Observatório das Parcerias Público-Privadas, 2012.	
TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves; SOUZA, Clóvis Henrique Leite de; LIMA, Paula Pompeu Fiuza. Arquitetura da participação no Brasil: uma leitura das representações política em espaços participativos nacionais. Textos para discussão (1735). IPEA, Rio de Janeiro, maio, 2012.	
Unidade Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso I	Código:
Bibliografia Básica: GIL, A. C. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. GOYATÁ, S. L. T. et al. Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses da UNIFAL-MG. Disponível em http://www.unifal-mg.edu.br/biblioteca/sites/default/files/manual_para_normalizacao_da_Unifal-MG-nov-2006.pdf MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2005. SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007	
Bibliografia Complementar: Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2008. MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002. SERVA, M.; JAIME JR., PEDRO. Observação participante e pesquisa em administração; uma postura antropológica. Revista de Administração de Empresas, São Paulo: v. 35, n.1, p64-79. 1995. SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007. VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.	

NONO PERÍODO	
Unidade Curricular: Ética na Administração Pública	Código:
Bibliografia Básica: ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. MAQUIAVEL, N. O Príncipe. São Paulo: Madras, 2009. Weber, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.	
Bibliografia Complementar: Arendt, Hannah. Eichmann em Jerusalem : um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Avritzer, L. Corrupção e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Código de Ética dos Servidores Públicos - Lei 8027/90 Lei nº 8.027, de 12 de abril de 1990. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/108888/codigo-de-etica-dos-servidores-publicos-lei-8027-90 Eisenberg, José. A democracia depois do liberalismo: ensaios sobre ética, direito e política. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumara, 2003. Marx, K. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2007.	
Unidade Curricular: Gestão Pública Municipal	Código:
Bibliografia Básica BERNARDI, Jorge Luiz. A organização municipal e a política urbana. Curitiba: Ibpex, 2007. xxix, 424 p., il., 23 cm. Bibliografia: p. [415]-424. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Comentários ao estatuto da cidade. 5.ed., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Atlas, 2013. 566 p. CIDADES brasileiras: atores, processos e gestão pública. Belo Horizonte, MG: Autentica, 2007. 284 p DE CASTRO, Iná Elias; DA COSTA GOMES, Paulo Cesar; CORRÊA, Roberto Lobato. Brasil: questões atuais da reorganização do território. Bertrand Brasil, 1996. DIAS, Patrícia Chame; LOPES, Diva Maria Ferlin (Org.). Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão. Salvador, BA: SEI, 2014. 263 p.	



MENCIO, Mariana. O regime jurídico da audiência pública na gestão democrática das cidades.
MONGIN, Olivier. A condição urbana: a cidade na era da globalização. São Paulo: Estação liberdade, 2009. 338 p

Bibliografia Complementar

AGENDA 21 local : compromisso do município de Sao Paulo. 2 ed rev. São Paulo: A Secretaria, 1997. 165 p.

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander Soares de (Org.). A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.,

BEATO, Claudio. Crime e cidades. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 291 p

CAMPOS, Mercedes Carvalho. "Salve ouros cidade querida": dois séculos de história. Conceição dos Ouros, MG: [S.n.], 2002. 320 p

KOTKIN, Joel. A cidade: uma história global. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 255 p. Inclui bibliografia e índice.

SILVEIRA, Maria Laura; SANTOS, Milton. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008

Unidade Curricular: Planejamento Governamental

Código:

Bibliografia Básica:

CARDOSO JÚNIOR, José Celso Pereira (Org.). A reinvenção do planejamento governamental no Brasil. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), v. 4, 2011. (Série Diálogos para o Desenvolvimento). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol04.pdf.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (Org.). Planejamento e Orçamento Governamental – Coletânea. Vol.1. Brasília: Enap, 2006. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/654>

SERRA, Fernando A. Ribeiro. Gestão Estratégica das Organizações Públicas. Conceito. 2010

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, N. A. et al. Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. São Paulo: Atlas, 2005.

BRASIL. Programa de Apoio à Elaboração dos PPA'S Municipais. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/servicos/central-de-conteudos/publicacoes/130220_ppa_municipal.pdf

CARDOSO JÚNIOR, José Celso Pereira. Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado, TD 1584, IPEA, Brasília, 2011.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso Pereira (org). Para a Reconstrução do Desenvolvimento no Brasil: eixos estratégicos e diretrizes de política. São Paulo: Ed. Hucitec, 2011.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso Pereira; SANTOS, José Carlos; ALENCAR, Joana (Orgs.). Diálogos para o desenvolvimento: a experiência do CDES sob o governo Lula. Brasília: Ipea, v. 2, 2010. (Série Diálogos para o Desenvolvimento). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10152

CARDOSO JÚNIOR, José Celso Pereira; SIQUEIRA, Carlos Henrique Romão de Siqueira (Orgs.). Diálogos para o desenvolvimento. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), v.1, 2009. (Série Diálogos para o Desenvolvimento).

CARDOSO JÚNIOR, José Celso Pereira; SIQUEIRA, Carlos Henrique Romão de Siqueira (Orgs.). Complexidade e desenvolvimento. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), v. 3, 2011. (Série Diálogos para o Desenvolvimento). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8704

CARDOSO JÚNIOR, José Celso Pereira; BERCOVICI, Gilberto (Orgs.). República, Democracia e Desenvolvimento contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), v.10, 2013. (Série Diálogos para o Desenvolvimento). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19896

CARVALHO, Fernando. Práticas de planejamento estratégico e sua aplicação em organizações do terceiro setor. São Paulo, SP. USP, 2004. 204p. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade de São Paulo, 2004.

CASSIOLATO, Martha; GUERESI, Simone. Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. In: Planejamento e avaliação de políticas públicas, p. 297-332, IPEA, 2015.



CASTELLO BRANCO, Luiza Szczerbacki. O planejamento estratégico no setor público brasileiro. GeCont, v.1, n. 1, p. 173-182, 2014.

DE TONI, Jackson. A retomada do planejamento estratégico governamental no Brasil: novos dilemas e perspectivas. VII Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília, 2014. Disponível em: http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/2015/CONSAD/005_A_Retomada_do_Planejamento_Estrategico_Governamental_no_Brasil.pdf

DE TONI, Jackson. A retomada do planejamento estratégico governamental no Brasil: novos dilemas e perspectivas. Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento, v. 4, n. 1, p. 4-20, 2014. Disponível em: http://www.assecor.org.br/files/9414/1295/5676/rbpo_vol4_num1-artigo1-retomada_planejamento_estrategico.pdf

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (Org.). Planejamento e Orçamento Governamental – Coletânea. Vol.2. Brasília: Enap, 2006. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/836>

IMAP - Instituto Municipal de Administração Pública da Prefeitura Municipal de Curitiba. Introdução ao Pensamento de Carlos Matus. Disponível em: http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4096_IMAP_Planejamento_Situacional_Introducao_ao_Pensamento_de_Carlos_Matus_Livro.pdf. 2008

MATUS, Carlos. O Método PES: Franco Huertas. São Paulo: FUNDAP, 1996.

MATUS, Carlos. Teoria do Jogo Social. São Paulo: Fundap, 2005.

MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente: governantes, governados. São Paulo: FUNDAP, 2006. 376p.

OSBORNE, David e GAEBLER, Ted. Reinventando o governo. Brasília: Editora MH Comunicação, 1992.

PAULO, Luiz Fernando Arantes. O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. Revista do Serviço Público, v. 61, n. 2, p. 171-187, 2010.

PECI, Alketa; PIERANTI, Octavio Penna; RODRIGUES, Silvia. Governança e New Public Management: Convergências e Contradições no Contexto Brasileiro. Revista Organizações & Sociedade, v. 15, n. 46, p. 39-55, 2008.

PFEIFFER, Peter. Planejamento Estratégico Municipal no Brasil: uma nova abordagem. Brasília/DF. ENAP - Textos para discussão nº 37, Out. 2000. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/documents/586010/601535/37texto.pdf/620429ef-b89f-4a61-b563-3e9a1e8d0b5c>

VÁSQUEZ, Javier Medina & ORTEGÓN, Edgar. Manual de Prospectiva y Decisión Estratégica: bases teóricas e instrumentos para América Latina y El Caribe. Santiago do Chile: Ilpes, 2006. Disponível em: <http://www.cepal.org/ilpes/publicaciones/xml/3/27693/manual51.pdf>

Unidade Curricular: Gestão de Pessoas no Setor Público

Código:

Bibliografia Básica:

BERGUE, S. T. Gestão de pessoas em organizações públicas. 3. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

DAVEL, E.; VERGARA, S. C. (Orgs.) Gestão com pessoas e subjetividade. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PANTOJA, M. J.; CAMÕES, M. R. S.; BERGUE, S. T. (Orgs.) Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010

Bibliografia Complementar:

ABBAD, G. S. et al. (Orgs.) Medidas de avaliação em treinamento, desenvolvimento e educação: ferramentas para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BARBOSA, L. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil? Revista do Serviço Público, v. 120, n. 3, p. 58-102, 1996.

BORGES, L. O.; MOURÃO, L. O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia. Porto Alegre: Artmed, 2013.

CARVALHO, A. I. et al. Escolas de governo e gestão por competências. Brasília: ENAP, 2009.

DUTRA, J. Gestão de Pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Experiências de avaliação de desempenho na Administração Pública Federal. Cadernos ENAP, n. 19, 2000.

GAULEJAC, V. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias e Letras, 2007.

MORAES, V. V.; BORGES-ANDRADE, J. E.; QUEIROGA, F. Construção e validação de medida para diagnóstico de competências relativas às funções de prefeito e secretário municipal. Revista de Administração Pública, v. 45, n. 5, p. 1445-1461, 2011.



MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. Cultura organizacional e cultura brasileira. São Paulo: Atlas, 1997.
OLIVEIRA, K. P.; CKAGNAZAROFF, I. B. Implementação de políticas e práticas de gestão de pessoas para os especialistas em políticas públicas e gestão governamental. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 34., 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

PIRES, A. K. et al. Gestão por competências em organizações de governo. Brasília: ENAP, 2005

Unidade Curricular: Finanças e Orçamento Público

Código:

Bibliografia Básica

GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: A Política Orçamentária no Brasil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TIMBO, Maria Zulene Farias; PISCITELLI, Roberto Bocaccio. Contabilidade Pública: uma Abordagem da Administração Financeira Pública. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças Corporativa e Valor. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. 5. ed. Brasília, 2012 (versão digital). Disponível em: <http://www.stn.gov.br/contabilidade_governamental/manuais.asp>. Acesso em: 30

out. 2012.

MATIAS, Alberto Borges. Finanças Corporativas de Curto Prazo: a Gestão do Valor do Capital de Giro (v. 1.). São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. Controladoria Governamental: Governança e Controle Econômico na Implementação das Políticas Públicas. São Paulo: Atlas: 2010.

QUINTANA, Alexandre Costa; MACHADO, Daiane Pias; QUARESMA, Jozi Cristiane da Costa; MENDES, Roselaine da Cruz. Contabilidade Pública: de acordo com as novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Atlas, 2011.

SLOMSKI, Valmor. Controladoria e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2005.

Unidade Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso II

Código:

Bibliografia Básica:

GIL, A. C. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOYATÁ, S. L. T. et al. Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses da UNIFAL-MG. Disponível em http://www.unifal-mg.edu.br/biblioteca/sites/default/files/manual_para_normalizacao_da_Unifal-MG-nov-2006.pdf

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2005.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007

Bibliografia Complementar:

Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

SERVA, M.; JAIME JR., PEDRO. Observação participante e pesquisa em administração; uma postura antropológica. Revista de Administração de Empresas, São Paulo: v. 35, n.1, p64-79. 1995.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008



APÊNDICE B – Tabela de equivalências

Currículo 2011					Currículo 2017-2			
Código	UC	Período	CR	Tipo	UC	Período	CR	Tipo
DCEC01	Matemática I	1º	6	Obrigatória	Matemática I	1º	4	Obrigatória
DCEC23	Introdução às Ciências Atuariais	1º	4	Obrigatória	Introdução às Ciências Atuariais	1º	4	Obrigatória
DCEC57	Introdução à Administração	1º	4	Obrigatória	Introdução à Administração Pública	1º	4	Obrigatória
DCEC06	Introdução à Economia	1º	4	Obrigatória	Introdução à Economia	1º	4	Obrigatória
DCEC99 DCEC54	Filosofia da Ciência e Metodologia da Pesquisa	1º 2º	2 2	Obrigatória	Prática de Pesquisa	4º	4	Obrigatória
DCEC07	Matemática II	2º	6	Obrigatória	Matemática II	2º	4	Obrigatória
DCEC10	Comunicação	2º	4	Obrigatória	Comunicação	1º	4	Obrigatória
DCEC12	Ciências Sociais	2º	4	Obrigatória	Ciências Sociais	2º	4	Obrigatória
DCEC45	História Econômica Geral	2º	4	Obrigatória	História Econômica Geral	2º	4	Obrigatória
---	---	---	---	---	Prática de pesquisa	4º	4	Obrigatória
DCEC17	Ciência Política	3º	4	Obrigatória	Ciência Política	3º	4	Obrigatória
DCEC18	Estatística	3º	6	Obrigatória	Estatística	3º	6	Comum



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG
Campus Varginha - MG
Avenida Celina Ferreira Ottoni, 4000
Padre Vítor - Varginha/MG
CEP: 37048-395



DCEC46	História do Pensamento Econômico	3º	4	Obrigatória	História do Pensamento Econômico	3º	4	DOB - Economia
DCEC36	Fundamentos do Estado	3º	2	Obrigatória	Fundamentos do Estado	3º	2	Comum
DCEC58	Teoria das Organizações	3º	4	Obrigatória	Teoria das Organizações	7º	4	Específico
DCEC01 e DCEC07	Matemática I e Matemática II	1º 2º	6 6	Obrigatória Obrigatória	Matemática III	3º	4	DOB – Ciências Atuariais e Economia
DCEC 34	Desenvolvimento Local e Sustentabilidade	6º	4	Tópicos Especiais-Adm. Pública	Desenvolvimento Local e Sustentabilidade	3º	4	DOB – Adm. Pública
DCEC14	Microeconomia I	4º	4	Obrigatória	Microeconomia I	4º	4	Obrigatória
DCEC13	Matemática Financeira	4º	4	Obrigatória	Matemática Financeira	2º	4	Obrigatória
DCEC16	Fundamentos de Administração Pública	4º	4	DOB – Adm. Pública	Administração Pública Brasileira	2º	4	Obrigatória
DCEC 79	Classes e Movimentos Sociais	4º	4	Tópicos Especiais-Adm. Pública	Classes e Movimentos Sociais	4º	4	DOB – Adm. Pública
DCEC63	Demografia	4º	4	DOB – Ciências Atuariais	Demografia	3º	4	DOB – Ciências Atuariais



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG
Campus Varginha - MG
 Avenida Celina Ferreira Ottoni, 4000
 Padre Vítor - Varginha/MG
 CEP: 37048-395



DCEC 35	Fundamentos de Programação	4º	4	Tópicos Especiais – C. Atuariais	Fundamentos de Programação	4º	4	DOB – Ciências Atuariais
DCEC20	Contabilidade Social	4º	4	DOB – Economia	Contabilidade Social	4º	4	DOB – Economia
	Tópicos Especiais em Administração Pública I	4º	4	Tópicos Especiais – Adm. Pública	Tópicos Especiais em Adm. Pública I	4º	4	Tópicos Especiais – Adm. Pública
	Tópicos Especiais em Ciências Atuariais I	4º	4	Tópicos Especiais – C. Atuariais	Tópicos Especiais em Ciências Atuariais I	4º	4	Tópicos Especiais – C. Atuariais
	Tópicos Especiais em Economia I	4º	4	Tópicos Especiais – Economia	Tópicos Especiais em Economia I	4º	4	Tópicos Especiais – Economia
DCEC19	Introdução à Contabilidade	5º	4	Obrigatória	Introdução à Contabilidade	5º	4	Obrigatória
DCEC64	Macroeconomia I	5º	4	Obrigatória	Macroeconomia I	5º	4	Obrigatória
DCEC66	Psicologia	5º	2	DOB – Adm. Pública	Psicologia do Trabalho e das Organizações	5º	2	DOB – Adm. Pública
DCEC65	Direito Constitucional	5º	2	DOB – Adm. Pública	Direito Constitucional aplicado à Administração Pública	5º	2	DOB – Adm. Pública



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG
Campus Varginha - MG
Avenida Celina Ferreira Ottoni, 4000
Padre Vítor - Varginha/MG
CEP: 37048-395



DCEC26	Cálculo de Probabilidade	5°	4	DOB – Ciências Atuariais	Cálculo de Probabilidade	5°	4	DOB – Ciências Atuariais
DCEC68	Microeconomia II	5°	4	DOB – Economia	Microeconomia II	5°	4	DOB – Economia
	Tópicos Especiais em Administração Pública II	5°	4	Tópicos Especiais – Adm. Pública	Tópicos Especiais em Adm. Pública II	5°	4	Tópicos Especiais – Adm. Pública
	Tópicos Especiais em Ciências Atuariais II	5°	4	Tópicos Especiais – C. Atuariais	Tópicos Especiais em Ciências Atuariais II	5°	4	Tópicos Especiais – C. Atuariais
	Tópicos Especiais em Economia II	5°	4	Tópicos Especiais – Economia	Tópicos Especiais em Economia II	5°	4	Tópicos Especiais – Economia
DCEC25	Análise de Demonstrações Contábeis	6°	2	Obrigatória	Análise de Demonstrações Contábeis	6°	2	Obrigatória
DCEC24	Instituições de Direito Privado	6°	2	Obrigatória	Instituições de Direito Privado	6°	2	Obrigatória
DCEC15	Gestão de Custos	6°	4	Obrigatória	Gestão de Custos	6°	4	Obrigatória
DCEC27	Sistemas de Informação	6°	4	DOB – Adm. Pública	Não há equivalência			
DCEC28	Matemática Atuarial I	6°	4	DOB – Ciências Atuariais	Matemática Atuarial I	6°	4	DOB – Ciências Atuariais
DCEC29	Macroeconomia II	6°	4	DOB – Economia	Macroeconomia II	6°	4	DOB – Economia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG
Campus Varginha - MG
Avenida Celina Ferreira Ottoni, 4000
Padre Vítor - Varginha/MG
CEP: 37048-395



	Tópicos Especiais em Administração Pública III	6º	4	Tópicos Especiais – Adm. Pública	Tópicos Especiais em Adm. Pública III	6º	4	Tópicos Especiais – Adm. Pública
	Tópicos Especiais em Ciências Atuariais III	6º	4	Tópicos Especiais – C. Atuariais	Tópicos Especiais em Ciências Atuariais III	6º	4	Tópicos Especiais – C. Atuariais
	Tópicos Especiais em Economia III	6º	4	Tópicos Especiais – Economia	Tópicos Especiais em Economia III	6º	4	Tópicos Especiais – Economia
ICSA501	Contabilidade Pública	7º	4	Específica	Contabilidade Pública	8º	4	Específica
ICSA502	Gestão Ambiental	7º	4	Específica	Gestão Ambiental	7º	4	Específica
ICSA504	Marketing no Setor Público	7º	4	Específica	Não há equivalência			
ICSA505	Políticas Públicas I	7º	4	Específica	Políticas Públicas	6º	4	DOB – Adm. Pública
ICSA506	Modelos de Democracia	7º	2	Específica	Modelos de Democracia	7º	2	Específica
ICSA503	Instituições Políticas Brasileiras	7º	2	Específica	Instituições Políticas Brasileiras	7º	2	Específica
ICSA508	Direito Administrativo	8º	4	Específica	Direito Administrativo	7º	4	Específica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG
Campus Varginha - MG
Avenida Celina Ferreira Ottoni, 4000
Padre Vítor - Varginha/MG
CEP: 37048-395



ICSA507	Gestão de Pessoas	8º	4	Específica	Gestão de Pessoas no Setor Público	9º	4	Específica
ICSA509	Gestão Financeira	8º	4	Específica	Não há equivalência			
ICSA510	Políticas Públicas II	8º	4	Específica	Projetos Públicos	7º	4	Específica
---	---	---	---	---	Avaliação de Políticas Públicas	8º	4	Específica
ICSA511	Administração de Produção e Serviços	8º	4	Específica	Gestão de Serviços Públicos	8º	4	
ICSA512	TCC I	8º	2	Específica	TCC I	8º	2	Específica
---	---	---	---	---	Arranjos Institucionais Contemporâneos	8º	2	Específica
---	---	---	---	---	Território e Espaço Público	8º	2	Específica
ICSA518	Direito Financeiro e Tributário	9º	4	Específica	Direito Financeiro e Tributário	8º	4	Específica
ICSA514	Ética na Administração Pública	9º	2	Específica	Ética na Administração Pública	9º	2	Específica
ICSA516	Gestão Estratégica Pública	9º	4	Específica	Planejamento Governamental	9º	4	Específica
ICSA517	Finanças e Orçamento Público	9º	4	Específica	Finanças e Orçamento Público	9º	4	Específica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG
Campus Varginha - MG
Avenida Celina Ferreira Ottoni, 4000
Padre Vítor - Varginha/MG
CEP: 37048-395



ICSA513	Administração Pública Contemporânea	9º	4	Específica	Administração Pública Contemporânea	3º	4	DOB – Adm. Pública
ICSA521	TCC II	9º	2	Específica	TCC II	9º	2	Específica
DCEC81	Tópico Especial em Administração Pública – Gestão Pública Municipal	5º	4	Eletiva	Gestão Pública Municipal	9º	4	Específica

Fonte: Elaboração própria.

Nota:

As Unidades Curriculares ofertadas como Tópicos Especiais podem variar a cada semestre.